

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

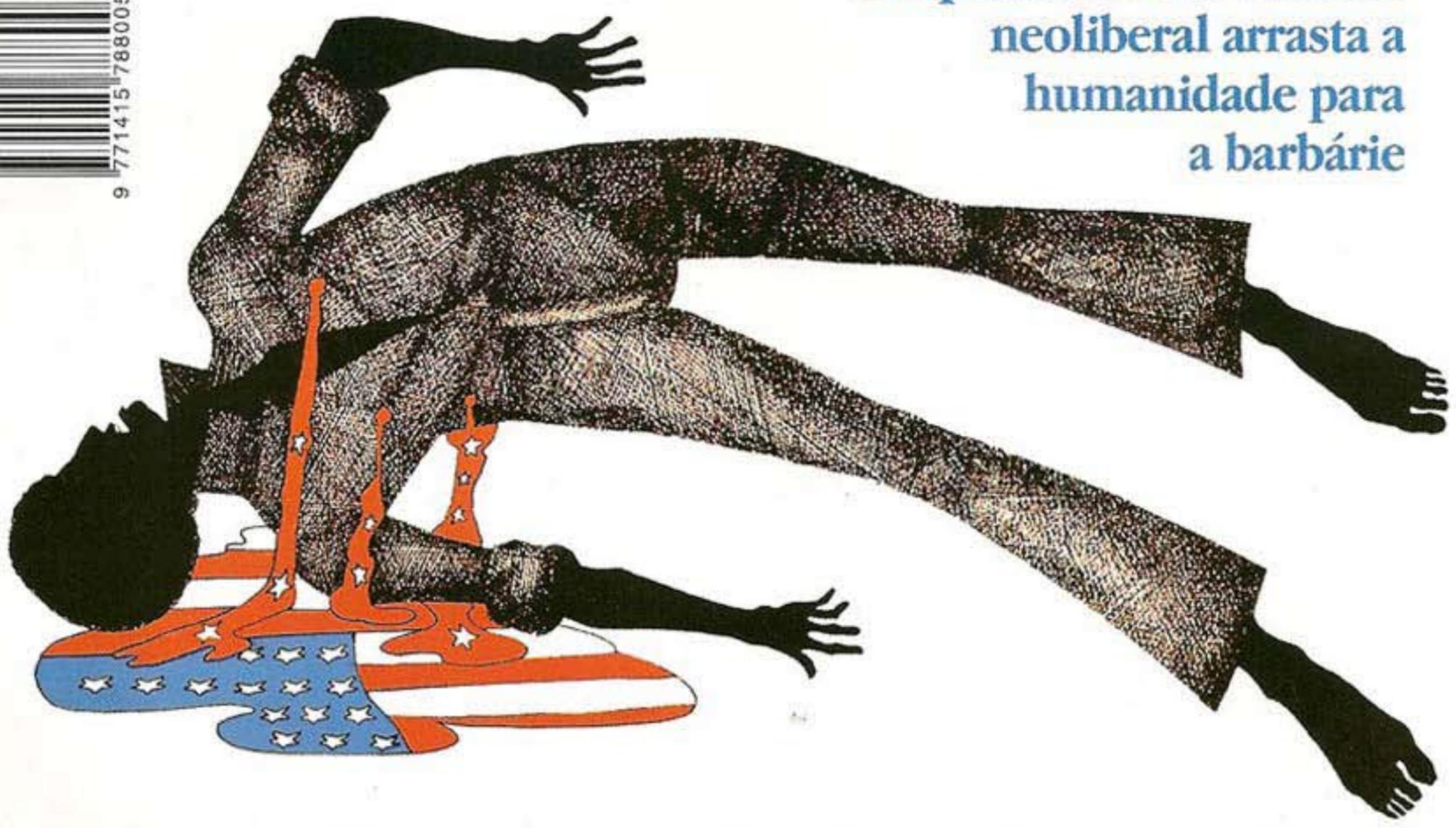
Sérgio
Miranda
A FARSA DA LRF



BOM PARA O IMPERIALISMO, DESASTRE PARA OS POVOS

Sob a hegemonia dos Estados Unidos,
o capitalismo em sua fase
neoliberal arrasta a
humanidade para
a barbárie

ISSN 1415-7888
6 1
9 771415 788005



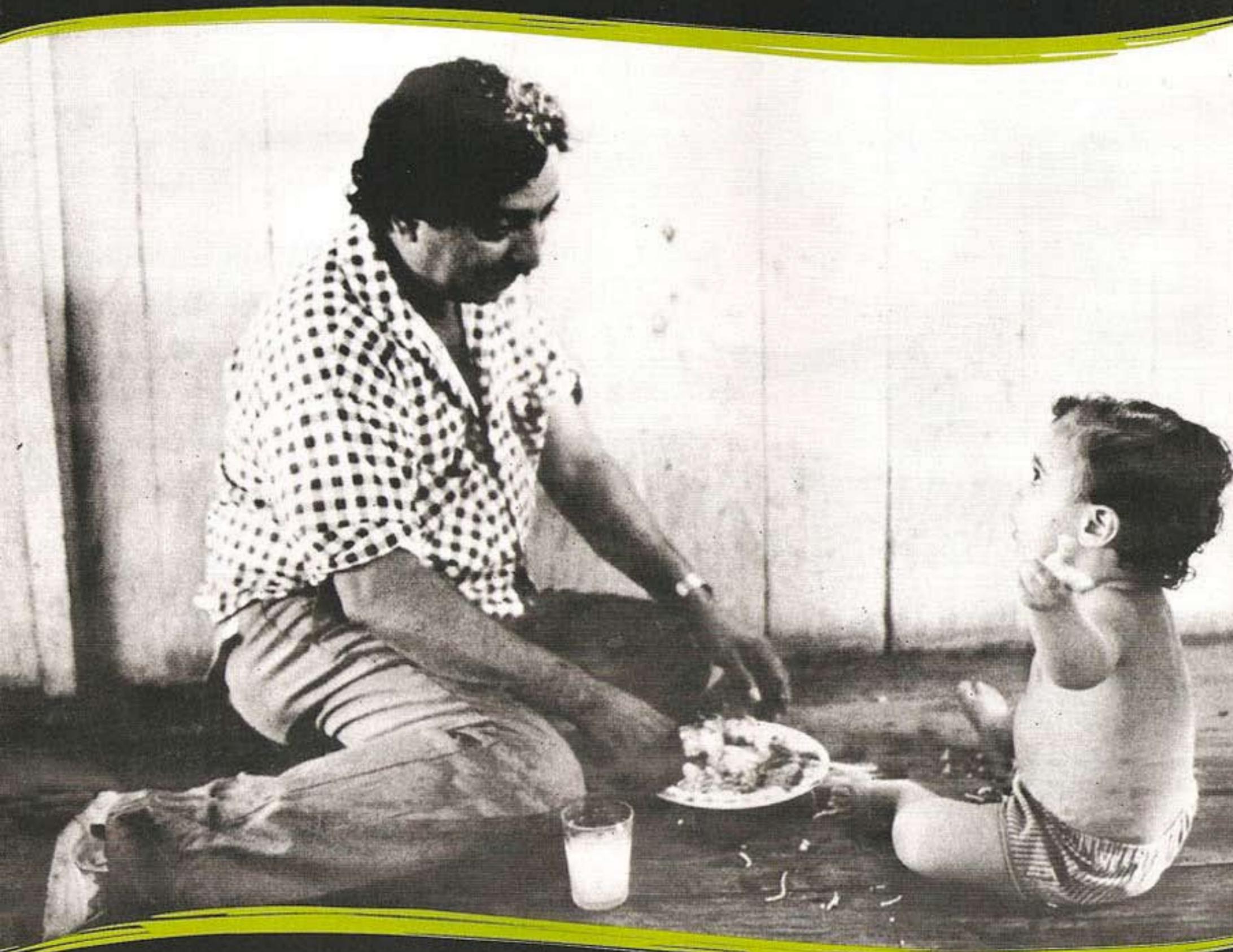
Mundo
Ricardo Alarcón
de Quesada,
Miguel U. Rodrigues

**América
Latina**
Jaime Caycedo
Turriago

Brasil
Renato Rabelo,
Tarso Genro,
Samuel Guimarães



adjunto
da
solidariedade



**Dignidade, trabalho
e florestania**



ALCA: as Américas para os americanos... do norte

A 3ª CÚPULA DAS AMÉRICAS, realizada em Quebec, no Canadá, no mês passado, ocorreu no cenário rotineiro das reuniões dos poderosos do mundo: isolada por uma cerca de aço, de três metros de altura e quatro quilômetros de comprimento, e protegida por uma força policial militar de centenas de soldados para manter afastados as mais de 50 mil pessoas que pretendiam manifestar sua oposição às decisões que seriam tomadas naquele bunker. Mais de 400 pessoas foram presas. E, numa inversão completa de perspectiva, o presidente Fernando Henrique Cardoso qualificou de “fascistas” justamente aqueles que pretendiam manifestar sua oposição e que foram impedidos de fazê-lo pela ação policial!

Aqueles manifestantes tinham o que fazer lá. O assunto debatido pelos chefes de Estado dos países americanos (com exceção de Cuba, impedida de participar do conclave), se implementado, vai refletir diretamente na vida dos povos da América – a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Há um braço de ferro entre os governos brasileiro e norte-americano a respeito da data e das condições de sua implantação. Os norte-americanos insistem em 2005, e o governo brasileiro fala em prazos maiores; os norte-americanos falam em abertura dos mercados, mas calam-se sobre a abertura de seus próprios mercados. No documento final da 3ª Cúpula fala-se em reduzir a pobreza na região pela metade até o ano de 2015, com base na agricultura e no agro-comércio, deixando claro o sentido do “século das Américas” proclamado por Bush em sua campanha eleitoral e reafirmado naquele encontro: reservar os mercados latino-americanos às multinacionais ianques, impedindo a industrialização da região e criando obstáculos para aquelas já existentes e que podem competir com os fabricantes dos EUA, e reciclando suas economias para atividades agrícolas.

Este é também o sentido da possibilidade que as multinacionais terão, de acordo com a nova redação, de processar os governos dos países onde o acordo não estiver sendo cumprido ou suas sucursais forem prejudicadas por manifestações populares que atingirem suas propriedades.

“Século das Américas”, como a Doutrina Monroe no passado, significa a intenção de preservar o quintal latino-americano dos EUA e, hoje, a ALCA é o principal instrumento para alcançar este objetivo, a América para os americanos... do norte.

O governo brasileiro manifesta uma certa resistência contra as pretensões norte-americanas, movida pelos interesses da grande burguesia brasileira, que teria dificuldade em adaptar-se e enfrentar a concorrência norte-americana. Contudo, mesmo sob este aspecto, Fernando Henrique Cardoso vacila. Embora tenha anunciado uma cúpula interna para discutir o assunto, seu governo reprime o livre debate da ALCA. No começo de abril, a maior autoridade do Ministério das Relações Exteriores sobre a questão, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, foi demitido da diretoria do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais depois de cometer o pecado de manifestar, publicamente, sua oposição veemente ao ALCA, denunciando a renúncia à soberania do país e à autonomia do Estado para aplicar medidas de defesa econômica e de promoção do desenvolvimento que aquele acordo significará.

Símbolo da globalização neoliberal, a ALCA é a extensão ao território das Américas das mesmas condições que submetem o México e o Canadá ao espaço econômico dos EUA: multinacionais americanas vão ao México em busca de mão de obra barata, que exploram em condições subumanas nos chamados *sweat shops*, oficinas de suor. Este é o setor industrial que, no México, cresce a um ritmo muito mais acelerado que o conjunto da indústria, diz o jornalista uruguaio Eduardo Galeano.

debate

Davos X Porto Alegre: a resistência ao neoliberalismo

Contra a política neoliberal, da selvageria e da irracionalidade, o Fórum Social Mundial pronunciou-se por um novo rumo.

Renato Rabelo e Tarso Genro

pág. 6

internacional

ALCA: sonho de Monroe e pesadelo de Bolívar

As negociações da ALCA são mais amplas do que as de formação de uma área de livre comércio tradicional. Seus efeitos poderão ser muito mais profundos do que a mera ampliação do comércio de bens e serviços.

Samuel Pinheiro Guimarães

pág. 12



France Presse

Protestos em Quebec

A ditadura global e a promessa de José Martí

O governo do Império está nas mãos do principal mercado capitalista, serve apenas aos mais ricos entre os ricos e exige que sua vontade seja acatada por todos.

Ricardo Alarcón de Quesada

pág. 14

A guerra social da globalização: o Plano Colômbia

O Plano Colômbia, dos EUA, é um projeto de intervenção bélica próprio do atual momento da globalização.

Jaime Caycedo Turriago

pág. 19

As pontes da barbárie na tragédia de Bamyán

No Afeganistão, dirigido por uma seita apoiada pelos EUA, a destruição das estátuas de Buda representou um crime contra a cultura humana.

Miguel Urbano Rodrigues

pág. 26



teoria

Neoliberalismo e liberdade do capital (parte II)

A implementação do neoliberalismo é incompatível com a luta do povo e a restrição à democracia é condição para sua continuidade.

Aldo Arantes

pág. 29

história

Ensinamentos da Comuna de Paris

Sua ressonância e suas conseqüências ultrapassam em muito seus limitados 72 dias de existência.

Silvio Costa

pág. 36

história do Brasil

Os primeiros passos do Partido Comunista do Brasil (1922-1929)

O Partido, em seus primórdios, fez esforços para seguir o caminho revolucionário e ligar-se ao povo.

Raul Carrion

pág. 42



Fundadores do PC do Brasil

teoria

Partido para mudar, ou para manter a ordem capitalista?

A atualidade do Partido leninista diante da confusão teórica dos que tentam negá-lo.

José Carlos Ruy

pág. 49

Brasil

A verdadeira face da Lei de Responsabilidade Fiscal

Ela serve aos interesses do grande capital financeiro e ao controle severo de despesas sociais, encobertos pelo esforço de FHC para vender uma falsa imagem da lei.

Sérgio Miranda

pág. 57



Mário de Andrade, charge de Loredano

cultura

Em defesa da Língua Portuguesa

O projeto do deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP) defende a preservação de um dos nossos bens culturais.

Lucie Didio

pág. 66

Prêmio Casa de las Américas: a cultura como resistência

O Prêmio consolida-se como importante momento no cenário cultural.

Angela Leite de Souza

pág. 69

A incivilização brasileira no pensamento de Mário de Andrade (parte I)

Em seu trabalho para "civilizar" as artes brasileiras, Mário orienta-se pela convicção de que a arte nacional já está feita na inconsciência do povo.

Luciano Santos

pág. 74

resenha

Um convite para ler Marx,
por Luciano Cavini Martorano

pág. 80

registro

pág. 81

cartas

pág. 82

Capa: Editoração
de Flávio Nigro
sobre desenho de
Rafael Morante



Maurício Moreira

José Carlos Ruy, Renato Rabelo, Walter Sorrentino e Tarso Genro no debate promovido pela *Princípios* e o Instituto Maurício Grabois

Davos X Porto Alegre: a resistência ao neoliberalismo

No 20º aniversário da revista *Princípios* – e lançamento de sua edição de número 60 – a Editora Anita Garibaldi e o Instituto Maurício Grabois promoveram o debate com seu tema de capa *Davos X Porto Alegre: a resistência ao neoliberalismo*, com as palestras de Renato Rabelo, vice-presidente do Partido Comunista do Brasil, e Tarso Genro, prefeito de Porto Alegre – sede do Fórum Social Mundial.

O evento ocorreu em 9 de março último, na livraria e shopping cultural Fenac-Pinheiros, em São Paulo, e foi acompa-

nhado por um atento e expressivo público de lideranças políticas, intelectuais, científicas, estudantis, sindicais e populares. Além das alusões ao papel da revista no debate de idéias e do impacto do Fórum Social Mundial e da luta de resistência ao neoliberalismo, destacou-se a importância do manifesto *Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho* e da necessidade da organização de um amplo movimento para mudar o rumo do país. A Revista *Princípios* apresenta um resumo das exposições.

O caminho da resistência ao neoliberalismo

Renato Rabelo

Para a ruptura com o modelo neoliberal é preciso articular fatores políticos, econômicos e sociais

COM SATISFAÇÃO estamos comemorando duas décadas de *Princípios*, revista teórica e de informação, que nesse período enfrentou desafios e conseguiu desenvolver importante contribuição ao debate de idéias – uma carência em nosso país. Ao abordar o tema proposto, à luz do que aconteceu no Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, podemos situar esse evento no contexto histórico e mundial em que vivemos.

O processo de globalização – enquanto idéia de ocupação dos espaços econômicos e de relações sociais no mundo – é um fenômeno marcante na atualidade, pois o mundo caminha para derrubar as fronteiras; porém, a globalização que pensamos é a de união e da solidariedade entre os povos do mundo, com o respeito a suas diversidades nacionais, para alcançar desenvolvimento, progresso e bem-estar para toda a humanidade. Contudo, não é essa a globalização que presenciamos; na realidade, vivenciamos um processo inelutável decorrente do próprio desenvolvimento das formas de acumulação capitalista. Marx, mesmo sem fixar prévia e detalhadamente, afirmava que o capitalismo caminhava para um processo de globalização

e de universalização financeira. No final do século XIX e início do século XX, Lênin, apoiado em trabalhos de conceituados economistas, analisou o processo de universalização do capital, de monopolização capitalista e a formação e o crescimento do capital financeiro, que se estendia pelo mundo. Hoje, esse processo de globalização está ligado à política – neoliberal – do capitalismo, uma espécie de “reprise” do liberalismo nas condições presentes.

A política neoliberal, na atual fase desse sistema, supera o próprio capitalismo clássico em selvageria e irracionalidade, e a anarquia provocada atinge um nível extraordinário de desenvolvimento na esfera financeira. Essa política neoliberal tem por característica, primeiro, um gigantesco e inédito processo de concentração e centralização dos capitais, da riqueza e da propriedade; segundo, a contenção do trabalho vivo; e, terceiro, justamente esse processo de desenvolvimento do capital financeiro que atingiu um nível inédito de hipertrofia especulativa. E, ao contrário de um movimento econômico neutro, tem seu centro num sistema mundial de poder, numa fase de globalização neoliberal sob a hegemonia dos Estados Unidos. Há, no presente,

mesmo considerando suas contradições econômicas e políticas, uma unidade entre as grandes potências capitalistas no processo de exploração dos povos e em cujo centro encontra-se nos Estados Unidos. A política neoliberal surge como uma necessidade desses interesses.

Esse processo de globalização neoliberal vai provocando crises do capitalismo em escala mundial. Nesse contexto, o Fórum Social Mundial de Porto Alegre é – objetivamente – um reflexo dessas crises no âmbito mundial entre os povos e os diversos setores sociais, sobre os quais pesa o maior custo da globalização neoliberal. Desse modo, vivemos essa nova realidade e presenciamos o novo fenômeno da internacionalização objetiva da resistência e da luta contra o neoliberalismo. O Fórum de Porto Alegre expressa parte dessa resistência, bem como os atos internacionais que se sucederam e congregaram pessoas do mundo inteiro – ativistas políticos, sociais e culturais das mais diversas origens – para denunciar e travar sua luta contra o curso mundial dominante – em cidades como Seattle, Washington, Nice e Praga onde se reuniram instituições que expressam a política neoliberal (FMI, Banco Mundial, OMC etc). Na

realidade, essa luta antineoliberal vai tomando, cada vez mais, uma feição de luta anticapitalista. Evidentemente, há diversas matizes e formas de ver as questões envolvidas, mas há um processo objetivo de resistência em crescimento na fase atual e que, como toda luta social em ascensão, envolve setores com posições e origens heterogêneas.

Desse modo, o Fórum Social de Porto Alegre expressou essa variedade – e riqueza – de toda a movimentação social mundial atual. Reuniu 18 mil pessoas de 122 países, em mais de 400 atividades, que trataram dos mais variados temas, levando em conta questões como “a produção de bens e serviços para todos”; “as cidades sustentáveis”; “a democratização e a identidade cultural”; e “os fundamentos da democracia e do novo poder”; refletindo, assim, as grandes preocupações desses setores sociais do mundo inteiro. O Fórum teve um traço de união na crítica antagonista ao modelo neoliberal vigente e na disposição de lutar contra o mesmo – apesar da diversidade de entendimentos e da apresentação de saídas ilusionistas.

Nesse debate, devemos alertar para o fato de, na fase atual, ainda não podermos considerar o neoliberalismo como um modelo esgotado. Seria um erro fatal para seu enfrentamento. Tal modelo é transitório do ponto de vista histórico, porém não chegou ao seu fim, apenas se desenvolve cumprindo determinadas fases que se esgotam e busca novas fases de reciclagem para sua continuidade, implementando reformas em seu próprio âmbito. Essa constatação é fundamental ao processo de resistência a esse modelo, pois o movimento político e social não pode se confundir com algumas “reformas sociais” no projeto neoliberal; tampouco com a

idéia de que bastaria a elaboração de um programa econômico alternativo tecnicamente perfeito para a abertura de novos caminhos.

Assim, nosso desafio é romper com esse modelo neoliberal. A saída é antes de tudo política. Envolve a aglutinação de amplas forças políticas e sociais interessadas em seguir por outro rumo. Essa ruptura não é uma questão simples porque, mesmo no seio da oposição e da resistência, pode haver ilusões em relação a certas reformas no modelo neoliberal, e que isso seria suficiente para uma mudança – as chamadas “políticas sociais compensatórias”, por exemplo, bastariam; poderia ser mantida a matriz econômica adicionada de um bom plano social; e, até mesmo, a equipe responsável pela política econômica, à qual apresentariamos uma nova política social. Assim, vem se manifestando um conjunto de opiniões ingênuas e também oportunistas. Essa compreensão de encontrar soluções de parâmetro tecnocrático serve para encobrir o atual pacto político de poder que comanda nosso país e para impedir que seja mudado o projeto dominante. Alguns setores governistas, de perfil mais centrista, também falam na possibilidade de se pleitear uma certa retomada de desenvolvimento, “agora que já se alcançou a estabilidade”. Tal opinião faz adeptos no seio de parcela da oposição. Tais reformas do próprio modelo neoliberal não passam de mera ilusão – torna-se necessário um rompimento com o projeto e a derrota do pacto de forças que o conduzem.

Em nosso país necessitamos levar em conta a premência de um novo caminho: um novo modelo, a partir de uma ruptura que envolva – articuladamente – fatores políticos, econômicos e sociais. Não há como separar

esses elementos indissociáveis sem incorrer em equívoco, pois não há solução ideologicamente neutra.

Se não construirmos um novo pacto de forças políticas e sociais, um novo bloco de poder, não há meio de abrir caminho para um novo modelo de caráter antineoliberal, visando alcançar uma soberania nacional diante da ordem global neoliberal. A burguesia brasileira, cada vez mais rentista, se encontra, na sua quase totalidade, associada e comprometida com os centros financeiros mundiais. O Estado brasileiro está crescentemente a serviço dos monopólios transnacionais – *mínimo* para as exigências nacionais e sociais, *máximo* para atender aos interesses dos grandes especuladores e da burguesia brasileira associada – e transfere um volume significativo de riqueza para esses setores. É basicamente esse o seu papel – o último orçamento destina mais de 40% para o pagamento do serviço da dívida pública (se considerarmos a rolagem desta, compromete quase 60%) –, configurando uma imensa transferência de capital para uma determinada camada articulada ao capital financeiro mundial e às transnacionais. Tais interesses intervêm em nossa sociedade conformando um novo perfil político hegemônico. Sem um poderoso pacto de forças com grande base político-social – nos trabalhadores e na maioria da população – é impossível tal ruptura. Construir esse processo não é simples, pois vivenciamos uma situação em que a aplicação do projeto neoliberal criou uma série de contradições no país e, com isso, levou a maioria da população a se conscientizar aos poucos de que o mesmo é contrário aos seus interesses fundamentais; mas, por outro lado, diversificou as opiniões políticas – pelo novo perfil resultante

da reestruturação neoliberal de nossa sociedade.

Essa realidade heterogênea gerou a atual diversificação política. Dessa forma, a dificuldade que enfrentamos, hoje, é – exatamente – conceber e construir uma grande frente de resistência e alternativa ao neoliberalismo. Como é grande a diversificação no seio da oposição, com suas diferenças de candidaturas políticas, romper com o atual esquema de forças hegemônicas e com os interesses poderosíssimos que submetem nosso país é tarefa complexa que requer persistência e mobilização popular ampla. Por sua vez, a luta de resistência não passa apenas pela ação interna, sendo de alcance mundial – o exemplo que o Fórum Social nos dá reforça esse sentido. Hoje, a luta con-

tra o neoliberalismo é mundial e reúne países, povos, setores sociais, culturais e outros elementos. Em nosso país será muito difícil, para um governo de esquerda, buscar um novo caminho em meio à ordem mundial unipolar, pois o rompimento necessário é custoso e complexo e requer grande esforço político e social. Assim, nosso maior desafio é reunir essas forças e conduzir o movimento de formação de uma ampla frente social e política. Necessitamos ampliar essa frente – além dos partidos de esquerda – para mais amplos setores políticos, sociais, culturais, científico-acadêmicos. Algumas iniciativas como o Conselho Político da Frente de Oposição e o manifesto *Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho*

– que unifica posições e expõe as grandes bandeiras contra o neoliberalismo – precisam se transformar em extenso movimento cívico nacional. Isso demanda um gigantesco esforço político e uma luta conseqüente sem perder de vista a união de todas as forças possíveis. Para galvanizar tal união necessitamos, como base, de uma plataforma de ruptura com o atual projeto dominante – um projeto de alternativa ao neoliberalismo para o Brasil – e provocar esse debate na população, nas instituições, nas universidades, nas organizações e entidades da sociedade civil e populares, nos sindicatos e movimentos sociais; enfim, necessitamos envolver toda a nação. 

Renato Rabelo é vice-presidente do PCdoB.

Fórum Social Mundial: um outro mundo é possível

Tarso Genro

O Fórum de Porto Alegre teve a capacidade de “desnaturalizar” as atuais relações neoliberais, e colocou em cena a existência de uma alternativa a elas

COM SATISFAÇÃO participo deste debate que comemora os 20 anos da revista *Princípios*, que tem dado importante contribuição para o debate teórico e político do país – o qual ainda nos faz falta, devido à certa tendência ao normativismo e

ao autoritarismo acadêmicos existentes em nossa cultura política e história ideológica.

Ao fazer uma reflexão sobre o Fórum Social Mundial, podemos iniciar por uma crítica ao pensamento tradicional da esquerda sobre

questões dessa natureza. Não significa invalidar o pensamento desta, mas de uma forma tradicional de abordagem dos grandes acontecimentos internacionais a partir das internacionais históricas, cuja centralidade analítica se localizava na

categoria das classes sociais. Esta categoria não perdeu a centralidade para a compreensão da sociedade capitalista, mas tem de ser contextualizada dentro de um movimento, hoje, completamente diferente daquele que constituiu as bases de sustentação materiais e políticas das grandes revoluções burguesas e também – do ponto de vista estritamente econômico – da segunda revolução industrial.

Esse acontecimento de grande magnitude – a primeira concentração de resistência política, ideológica e cultural ao neoliberalismo em escala mundial – estabeleceu uma identidade geográfica a partir de um cenário de diversas origens políticas e culturais. Desde um grupo guerrilheiro tradicional, reconhecido como força beligerante pelo próprio poder político de seu país, como as Farc da Colômbia, até as organizações pacifistas budistas, todos se encontraram sob uma consigna de que outro mundo é possível – com racionalidades diferentes e motivações políticas distintas, mas unificados nessa centralidade. Suas contestações tanto podem ser abertamente revolucionárias quanto de caráter reformistas, conjunturais ou democráticos.

O Fórum Social Mundial representa, assim, elementos que podem ser deduzidos dessa situação histórico-universal. Um deles é o estilhaçamento, a fragmentação e a dissolução dos padrões estruturais clássicos da segunda revolução industrial – com seu grande pacto social-democrata, sua classe operária industrial forte e seus sindicatos negociando contratos sociais e jurídicos de integração e coesão social, que resultaram nos grandes movimentos reformistas vigentes por cerca de 40/50 anos neste século. Essa sociedade

fragmentou-se completamente: mudou o perfil da classe operária e das classes trabalhadoras em geral, aguçaram-se as formas de exploração pela intensidade dos ritmos de trabalho e também pelo aumento crescente da reserva de mão-de-obra pela exclusão, que permite um rebaixamento dos padrões sociais dos assalariados. Em suma, o capitalismo ficou mais moderno e tecnologicado; mas, ao mesmo tempo, mais bárbaro, insensível e violento – ao contrário do que dizem os neoliberais.

Assim, os grandes confrontos de classe da segunda revolução industrial começam a tomar outras formas, especialmente com as mudanças ocorridas nos últimos vinte anos. Isso se dá dentro de uma profunda “desordem” da ordem capitalista – nas relações jurídicas, no desordenamento das funções do Estado, e na legitimidade, credibilidade e governabilidade das elites tradicionais da burguesia. Tudo isso, estranhamente, tem se dado com maior capacidade de amortecimento, cooptação e manipulação da vida social, disponibilizada pelas transformações tecnológicas ocorridas nesse período – em que a própria informação foi transformada em mercadoria e instrumento de dominação política. Esse processo passa até mesmo a criminalizar a grande política de uma maneira jamais vista na história do capitalismo – grandes lideranças de países centrais terminam ou interrompem seus governos como casos de polícia. Isso forma um novo fator de ordenamento social dentro dessa desordem na medida em que, ao se tornar regra, tal criminalização cria um sistema normativo determinado e, este, por sua vez, polariza as equações, os diálogos políticos e as composições nesse desordenamento. Esse proces-

so ocorre hoje também no Brasil, quando, por exemplo, da disputa entre essas “grandes figuras morais”, Jader Barbalho e Antônio Carlos Magalhães.

Essa situação vem, gradativamente, reduzindo a importância dos partidos políticos nas grandes mobilizações sociais – vitais na sociedade – e, por isso, é preciso pensar uma forma de renovar as velhas concepções de partido. A forma *partido moderno*, que serve tanto aos conservadores quanto aos partidos operários clássicos, parece insuficiente para apreender e conter no seu interior a fragmentação e a desordem da atualidade. Tanto que, por dentro do Fórum Social Mundial, passava uma resistência – contida, mas sentida – a todos os partidos. Isso não pode ser abordado simplesmente como algo imediatista ou fenomênico, que lá havia pessoas com visões um pouco acadêmicas, economicistas, basistas ou meramente movimentistas daquele evento. Deve se compreender que algo de transformador está ocorrendo nas relações de dominação, nas relações políticas, nos processos de contenção da sociedade de classes que geram determinadas influências. O Fórum Social Mundial foi, assim, um momento de tecelagem dessa constelação e desses fragmentos, unificados em torno dessa visão de outro mundo ser possível.

Há duas categorias de dois grandes marxistas que remetem de uma forma muito sábia para a situação histórico-universal em que vivemos. Para Frederick Jameson, marxista norte-americano, a vida manipulatória do neoliberalismo maduro, articulado mundialmente, promove a *histeria do sublime*; e isso remete a outra categoria de George Lucáks, que afirmava a tendência da socie-

dade capitalista em promover sempre a *centralidade do presente* – um presente sem passado e sem futuro. Essa histeria do sublime e essa centralidade do presente são importantes para entender a luta política, ganhar consciências e tentar construir novas formas de coesão política e solidariedade e, até mesmo, para reconstituir o que pode se apresentar como um novo sujeito transformador – uma constelação de partidos, ou uma constelação de partidos com organizações não-governamentais, ou núcleos de direções políticas articuladas sobre uma visão que possa romper com essa inércia elaborada, com essa dominação sofisticada vigente.

As formas de exclusão geradas pelo desenvolvimento capitalista nessa fase são mais agudas do que as da velha exclusão do desemprego da segunda revolução industrial. Geram uma brutal exclusão social, fragmentando os sujeitos das lutas sociais e das lutas transformadoras das demandas sociais advindas da classe trabalhadora organicamente articulada na fábrica e nos sindicatos; e gera uma outra exclusão tão aguda e violenta – a exclusão do conhecimento, da informação, da verdade, da cultura –, fazendo com que as pessoas e os grupos sociais se prendam cada vez mais à sua imediatidade. Assim, a política passa a ser um grande ritual formal de cenas simbólicas referenciadas pela mídia, e as pessoas passam a viver mais intensamente a sua realidade isolada, fragmentada – ou seja, sua histeria do sublime ou sua centralidade do presente.

O Fórum Social Mundial teve a capacidade de “desnaturalizar” essas relações e colocou na cena pública e política mundial a existência de um contraponto possível a essa situação

aparentemente estagnada e sob controle. Ao reunir um conjunto de personalidades, organizações, partidos e governos que se chocam frontalmente com o projeto neoliberal, que contestam Davos, que dizem não haver apenas um caminho, traz um novo dado político-cultural em um novo patamar de disputa sobre os futuros da sociedade e do país – sobre o futuro da humanidade.

Nesse processo, segundo o sociólogo Boaventura de Souza Santos, um dos grandes pensadores da pós-modernidade, levantar hoje a questão da igualdade não é suficiente, pois ela é importante quando nos sentimos realmente inferiores; hoje, neste mundo fragmentado, é importante também levantar a questão da diferença – quando a diferença nos exclui e nos humilha. Assim, ao lado da questão da classe social – permanente e estrutural – existem as questões de gênero, raça, exclusão pelo conhecimento, sexual, ou seja, um conjunto de questões que passaram a ter uma nova importância política em função dessa nova situação estrutural. Temos de reconhecer, portanto, que se os partidos chamassem o Fórum Social Mundial, talvez ele não tivesse a representação que teve. É essa constatação deve ser o ponto de partida metodológico para a reflexão sobre a forma de fazer política, as velhas e as novas, incluindo a velha forma partido – não para se dissolver, mas para se adequar a essa situação histórico-universal até mesmo para recuperar sua capacidade de se tornar um sujeito transformador democrático-radical, socialista reformista ou que se proponha uma transformação revolucionária da sociedade.

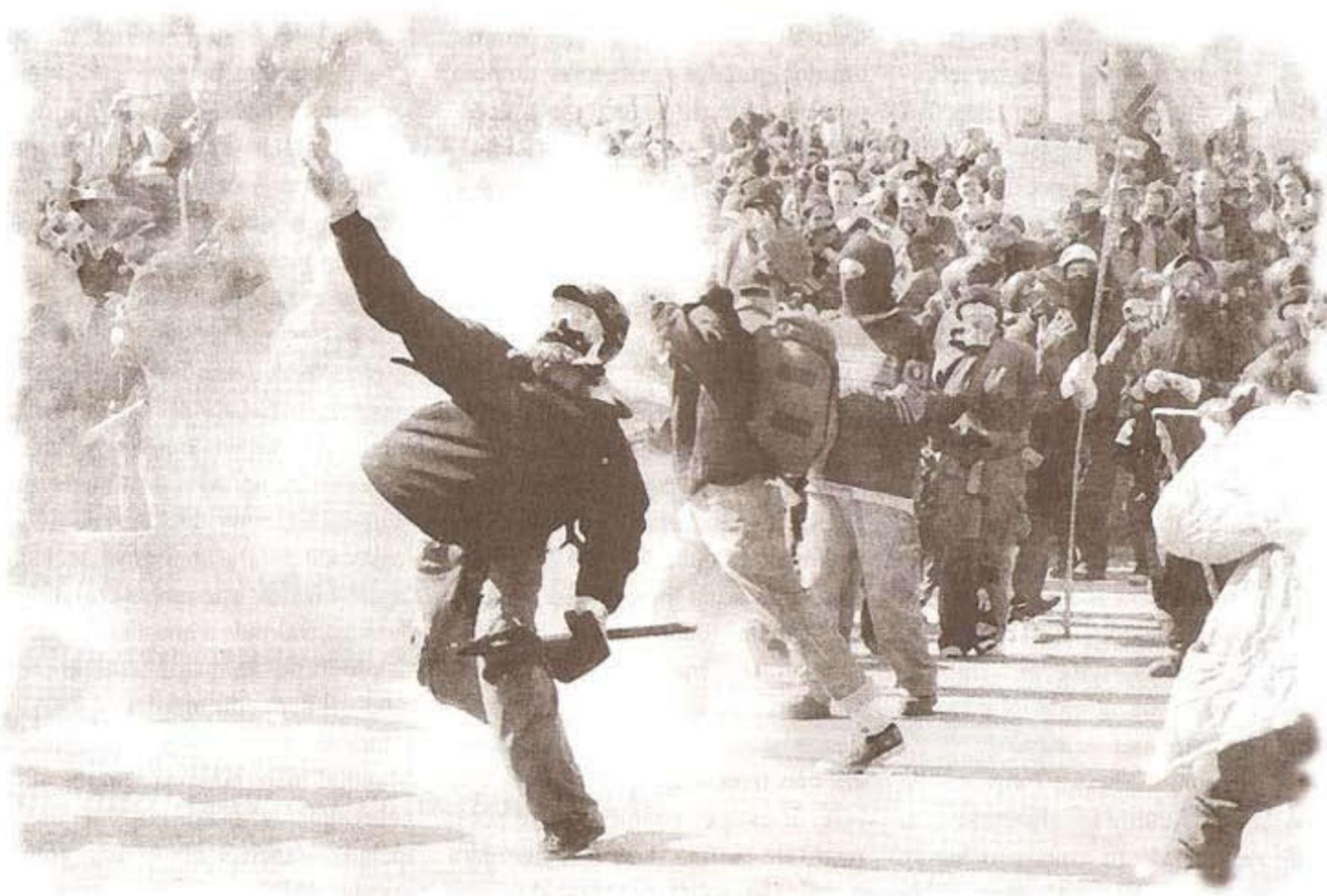
Segundo Boaventura de Sousa Santos – e discordo dele – um novo nome para o socialismo é “democra-

cia sem fim”, fazendo recordar a antiga formulação de que “o movimento é tudo”. Porém, mesmo com as limitações de seu pensamento, a questão democrática – com a atual fragmentação social, com o reconhecimento das diferenças – é poderoso instrumento de legitimação e transformação revolucionária. A questão democrática adquire uma nova dimensão e especificidade na atualidade, fundamentalmente no que se refere à questão do Estado. É impossível pensar um Estado democrático sem pensar nesse conjunto de diferenças organizadas e articuladas socialmente – das classes trabalhadoras com suas formas específicas até esses outros fragmentos de mobilização em torno das questões específicas (raciais, sexuais, culturais...) – e nas formas das novas esferas de controle do Estado de fora para dentro. Isso faz com que se retome a velha visão do direito público, que vem da Comuna de Paris de 1871, readequando-a a uma nova sociedade de classes e a novas formas de dominação, onde a questão democrática se torna um instrumento imprescindível para enfrentá-las.

Desse modo, o Fórum Social Mundial não pode ser apreendido pela esquerda socialista – em que me incluo – apenas como um grande evento político de contestação ao neoliberalismo. Ele é também uma “crítica das armas”, sólida e contundente, aos limites que estamos apresentando para enfrentar – hoje – as grandes lutas sociais e as novas formas por onde verte a luta de classes, pois pretendemos recuperar a utopia da igualdade e da transformação democrática e socialista da sociedade, que nos unifica. 

Tarso Genro é prefeito de Porto Alegre e coordenador do Conselho Político da Frente de Oposição.

ALCA: sonho de Monroe e pesadelo de Bolívar



France Presse

Dias de protesto em Quebec

Samuel Pinheiro Guimarães

A chamada Área de Livre Comércio das Américas faz parte da estratégia norte-americana para o Continente e visa eliminar a soberania dos estados nacionais como o Brasil

As negociações da ALCA são muito mais amplas do que as de formação de uma área de livre comércio tradicional. Seus efeitos poderão ser muito mais profundos do que a mera ampliação do comércio de bens e serviços.

ASSIM, as estimativas que vêm sendo apresentadas de quanto aumentariam as exportações brasileiras, e de que setores e empresas se beneficiariam com a derrubada de barreiras tarifárias e não-tarifárias nos EUA e nas Américas, discutem apenas a questão mais superficial dessa iniciativa estratégica dos EUA, a Hiperpotência, e ocultam suas principais conseqüências.

A principal conseqüência da ALCA será a radical limitação, e até mesmo eliminação por tratado internacional de que participará a maior potência do mundo, da capacidade soberana do Estado brasileiro de articular, estimular e promover, por meio de políticas comerciais, industriais, tecnológicas, agrícolas e de emprego, o desenvolvimento econômico, como tal entende-se a acumulação de capital; a diversificação e integração do parque produtivo; o aumento da produtividade e o emprego da mão-de-obra; e a redução gradual das disparidades, inclusive regionais, e da vulnerabilidade externa.

O corolário desse processo de redução negociada da soberania será, como é natural, a diminuição da possibilidade do Brasil promover e defender seus interesses de toda ordem, inclusive políticos e estratégicos, na dinâmica de um mundo multipolar que está emergindo, com a progressiva formação do Estado europeu, a emergência econômica e política da China – futuro maior PIB do Planeta –, e, em um segundo plano, o Japão, a Rússia e a Índia. Este mundo multipolar será, como tudo indica, violento, arbitrário e concentrador de riqueza,

poder e conhecimento.

O Brasil, por suas características de extenso território, grande população, recursos naturais abundantes, nível de desenvolvimento industrial, capacidade tecnológica, unidade de idioma, ausência de agudos conflitos religiosos e étnicos, reúne condições mais do que suficientes, mesmo quando comparado àqueles países, para participar desse processo de forma autônoma, caso não se deixe incorporar a nenhuma das esferas de influência que se organizam, levado pelas sereias ideológicas do pan-americanismo, do “livre” comércio e da integração.

A ALCA tem como objetivo central criar um conjunto de regras, que, limitando a capacidade de formular e executar política econômica, incorpora de forma assimétrica e subordinada a economia brasileira ao território econômico (e ao sistema político) norte-americano.

Somente remotamente tem ela a ver, na concepção estratégica norte-americana, com os micro, mini, pequenos e médios Estados das Américas.

Depois da ALCA, o Brasil não mais poderá exercer políticas capazes de atrair e disciplinar os investimentos estrangeiros, de forma a ampliar a capacidade instalada, estimular a criação e integração das cadeias produtivas, promover a transferência efetiva de tecnologia e o fortalecimento do capital nacional.

As mega-empresas multinacionais poderão vir a adquirir, no espírito do esdrúxulo projeto de Acordo Multilateral de Investimentos (AMI),

um poder superior ao dos Estados nacionais.

Depois da ALCA, o Brasil não mais poderá exercer políticas comerciais, industriais e tecnológicas efetivas, capazes de criar novas vantagens comparativas dinâmicas pelo estímulo ao surgimento de empresas, pois não terá mais nenhuma possibilidade de proteger tais empresas da competição avassaladora das mega-empresas já existentes nesses setores, pois não terá mais tarifas e barreiras, em especial e provavelmente em setores de tecnologia mais avançada.

Depois da ALCA, o Brasil não mais poderá utilizar o poder de compra do Estado para fortalecer a empresa nacional, desenvolver novas tecnologias, aumentar sua escala de produção e ter empresas capazes de disputar mercados no exterior, em qualquer região do mundo, por não estarem vinculadas aos esquemas de divisão de mercados praticados pelas multinacionais.

Depois da ALCA, o Brasil se tornará ainda mais indefeso diante do poder, agora acrescido, dos detentores de tecnologia e não disporá mais dos investimentos necessários para combater os abusos decorrentes do uso anti-social de patentes, como o caso das patentes farmacêuticas revelou de forma escandalosa.

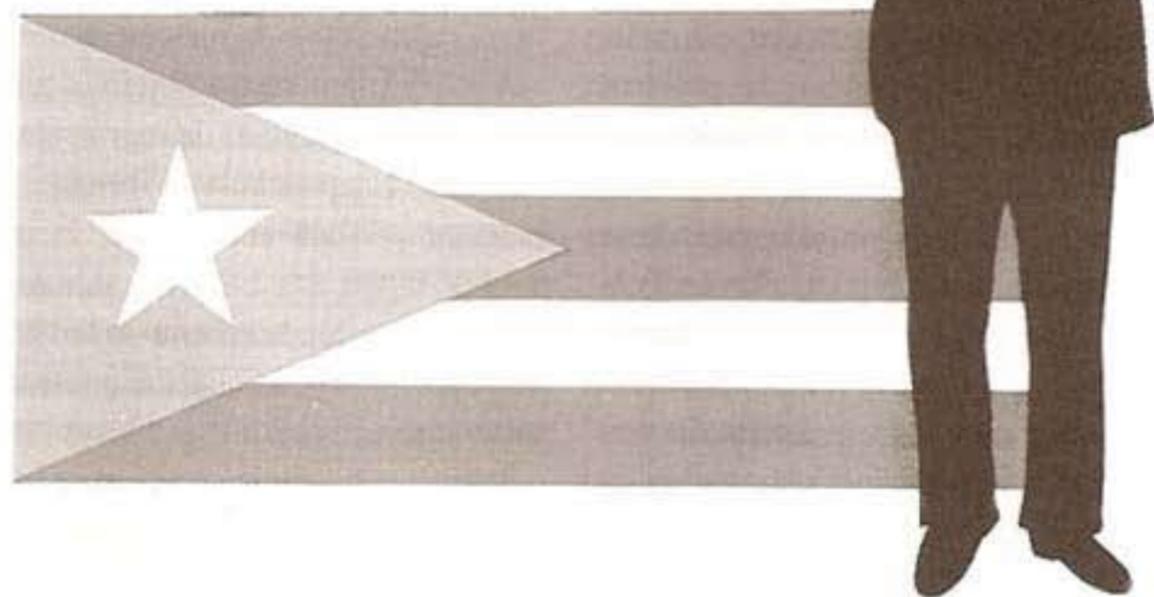
Depois da ALCA, não haverá, para todos os fins práticos, mais Brasil, como possibilidade e visão de construção de uma sociedade mais democrática, mais justa, menos desigual, mais próspera, de acordo com os traços nacionais e culturais que a duras penas os brasileiros vinham construindo ao longo de séculos, contra a crua opressão colonial e, hoje o sofisticado controle neocolonial. 

Samuel Pinheiro Guimarães é embaixador e ex-diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Itamaraty. Este artigo foi publicado originalmente no *Jornal do Brasil*, de 20/4/2001.

A ditadura global e a promessa de José Martí

Ricardo Alarcón de Quesada

O capitalismo suscita um dilema crítico: ou sua voracidade ilimitada arrasa a natureza e a civilização; ou esta acaba definitivamente com ele para que se possa chegar a uma nova sociedade verdadeiramente humana



O terceiro milênio se inicia com a consagração do ardil. A mentira sistemática, industrializada, nos invade dia e noite por meios tecnológicos em constante renovação, monopolizados por um punhado – cada vez mais reduzido – de empresas.

QUEREM nos convencer de que chegamos a um outro mundo: a aldeia global finalmente edificada – contudo, nunca foram tão agudas as diferenças nos níveis de vida que separam as nações. Se em 1820 o

PIB per capita dos países ricos era três vezes maior do que o dos pobres, hoje é setenta e quatro vezes maior. (1) O número de pessoas na miséria, atualmente, ultrapassa o total da população da Terra quando

se iniciava o século XX. E essa população continuará crescendo, quase toda no Terceiro Mundo, a um ritmo de um México por ano, apesar de, em continentes inteiros, a esperança de vida ir diminuindo e em muitos países o total de habitantes se reduzir em milhões e milhões (2).

Nunca foram tantos os que passam fome e sofrem de desnutrição, ou morrem de doenças plenamente evitáveis, embora seja possível aumentar colheitas, multiplicar alimentos e desenvolver novas vacinas, medica-

mentos e equipamentos médicos.

Jamais os conflitos armados, a violência e a criminalidade foram disseminados como nestes anos em que não terminam as mentiras sobre uma nova ordem internacional de paz e estabilidade.

Supõe-se que os governos não intervenham – não podem nem devem fazê-lo – e que somente operem com a “mão invisível” do mercado; que a iniciativa privada por si só, sem as odiosas regulações, nem os incômodos entraves burocráticos, se encarregue de distribuir felicidade e bem-estar. A política deve ficar em segundo plano, dando liberdade absoluta aos mercadores.

Esta é, talvez, a maior das mentiras. Jamais houve governantes tão fortes e intervencionistas. Não renunciam ao exercício da autoridade, nem a política abandonou seus antigos foros. Apenas a sua função foi completamente invertida. Os mercadores “estão dentro do templo” e o dirigem.

Não é verdade que o Estado tenha desaparecido e que em seu lugar tenha se estabelecido toda sorte de anarquias universais. Na realidade, a nova ordem internacional é resultado de imposições governamentais. Concretamente, é consequência da indiscutível hegemonia de um governo que tem nome e sobrenome: o que dirige o império norte-americano.

Nunca, em nenhum outro momento da história, um grupo de indivíduos teve poder comparável. Tal poder é exercido sobre aliados e adversários nas relações econômicas e nas instituições internacionais; maneja governos estrangeiros transformados em dóceis instrumentos; e afeta os trabalhadores e o povo norte-americano, dos quais extrai, hoje, mais ganhos ilícitos do que em

qualquer outra época, e a quem esmaga sob um sistema que os terceiromundiza e aliena. No país mais rico e poderoso, 43 milhões de pessoas carecem de seguro médico, uma parte significativa da população vive na miséria e a educação está em crise. Não é melhor o acesso às novas tecnologias. Segundo uma pesquisa publicada recentemente pela Universidade de Massachussets, em várias comunidades urbanas do Nordeste dos EUA – que inclui Nova York e Boston – 56% dos entrevistados conhecem “pouco, ou nada” sobre a Internet e 80% estão ansiosos por conhecê-la. Segundo o Departamento de Comércio, apenas 16% das famílias latinas e 19% das afro-americanas têm acesso a ela.

Trata-se de instaurar uma ditadura global da qual nem a Organização das Nações Unidas escapa. Se Washington impedir, a ONU nada fará para tornar realidade suas próprias decisões, discutidas e aprovadas democraticamente. O conflito do Oriente Médio também envolve uma interminável sucessão de resoluções não respeitadas, e ninguém reclama para que sejam cumpridas. Não passam de letra morta os compromissos de cooperação para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos: para esse fim, quase não se refere à modesta promessa de entregar 0,7% do PIB. As solenes declarações subscritas em Conferências extraordinárias dos Chefes de Estado sobre questões vitais para a humanidade são textos esquecidos ou abertamente repudiados; como é o caso – para usar apenas um exemplo – dos problemas de contaminação do meio ambiente, o aquecimento terrestre e as mudanças climáticas.

Embora dediquem grande parte do seu tempo, e recursos, para vigiar

processos eleitorais, a ONU e a OEA sequer se inteiraram sobre a mais escandalosa fraude eleitoral que acaba de ocorrer, precisamente no país onde tais organizações têm suas sedes. Não se ocuparam sobre esse assunto, apesar de ter ocorrido todo tipo de violações, até o fato de privar do direito ao voto aproximadamente 180 mil eleitores. O super-Estado mundial é administrado, atualmente, por um regime carente de respaldo moral e desprovido de legitimidade. Os Estados Unidos dizem ter um sistema político pretensamente superior, que quer impor ao mundo inteiro como modelo exclusivo. Mas antes esgotou todo o conteúdo do ideal democrático – tudo estaria reduzido ao que denominam *eleições competitivas*. Depois, com a crescente mercantilização da política, transformou tais competições numa farsa, da qual a maioria do povo não participa. Agora, essa farsa foi transformada num espetáculo vergonhoso e antidemocrático. Há tempos, Hans Kelsen desmascarou o caráter fictício da chamada *democracia representativa*, mas, dificilmente poderia imaginar o vergonhoso lodaçal em que se encontra submersa.

A nova administração, engendrada de modo tão devasso, ameaça o mundo com novos e maiores perigos para a paz e a sobrevivência humana. Entre os seus noticiados planos inclui-se a anulação do tratado ABM e o desenvolvimento do chamado sistema nacional de defesa estratégica, isto é, o desenvolvimento de novos mísseis nucleares para enfrentar adversários inexistentes. É o retorno à guerra nas estrelas concebido por Reagan durante a guerra fria. Trata-se de desencadear outra carreira armamentista sem justificativa nem sentido.

A guerra nas estrelas, ultramoderna, uma excrescência nuclear, não exclui o uso de urânio e outros meios para aniquilar o homem e os lugares onde vive. Existe, também, uma guerra à maneira antiga para colonizar e reprimir. Para prepará-la, dotam seus exércitos com técnicas de invasão e ocupação de territórios alheios, e submetem ao martírio a ilha portorriquenha de Vieques.

O governo do Império está nas mãos dos principais mercados capitalistas, serve e representa apenas a um grupo de indivíduos: os mais ricos entre os ricos. Exige que ninguém se interponha e que sua vontade seja acatada por todos.

O FMI, o Banco Mundial, e outras entidades semelhantes são suas principais ferramentas. Atuam como instrumentos eficazes e implacáveis de uma estrutura vertical de dominação, pirâmide da qual não se pode ver o cume.

Para se impor desmantela qualquer outra autoridade. Desregular, privatizar e abrir os mercados, eliminar os subsídios, reduzir o gasto social, deixar fazer; são as ordens que dita aos demais por meio de instituições *internacionais*, cujos mecanismos controla. Para que haja o supergoverno, é preciso que ninguém mais governe. De passagem, convertidas em dogmas, algumas dessas ordens – nem todas mas certamente aquelas mais convenientes ao aumento de seus privilégios – também são aplicadas aos trabalhadores norte-americanos.

O neoliberalismo é o começo do fim da *democracia representativa*. O caráter fictício que ela sempre teve em sociedades baseadas na desigualdade, aparece agora completamente nu. Ainda pretende iludir as pessoas, mas é muito difícil apresentar o

Estado neoliberal como representante do povo. Já não há cidadãos, mas sim consumidores. Os pobres, os excluídos, são os novos bárbaros, estrangeiros carentes de direitos.

A abstenção eleitoral predomina e, em alguns países, torna-se a principal tendência política. Seu enfrentamento à maneira capitalista intensifica a mercantilização, transforma dinheiro em grande eleitor e aumenta, inevitavelmente, a corrupção.

O abstencionismo não reflete apenas a resistência que alguns setores de uma população politicamente consciente opõem ao sistema. Para milhões de cidadãos dos países capitalistas, de qualquer forma há um longo caminho a ser percorrido antes de se alcançar, verdadeiramente, a liberdade eleitoral. O caso norte-americano é ilustrativo: seu sistema eleitoral foi desenvolvido precisamente para que apenas uma parte dos cidadãos tenha a condição de eleitor e para que somente uma parte destes – aquela que puder ser manipulada pelas máquinas partidárias – exerça efetivamente o direito ao voto. Desde a sacrossanta norma de toda eleição ocorrer numa terça-feira de trabalho até o complexo enredo de restrições federais, estaduais e regionais, tudo foi concebido para que o eleitorado seja predominantemente branco, anglo-saxão, e de renda média ou alta. Quando se consegue mobilizar milhares de novos eleitores negros, como ocorreu em 7 de novembro passado, recorre-se a tudo, inclusive à polícia, para impedi-los de votar, ou, simplesmente não se registram seus votos ou não se permite que reclamem. Que o povo não conta nesse sistema ficou demonstrado com o modo que foi encarado – e resolvido – o maior escândalo da história política dos

EUA. Ninguém pensou em fazer aquilo que devia ser elementar: voltar a realizar eleições na Flórida ou, pelo menos, nas circunscrições onde houve denúncias de irregularidades. Isso seria o equivalente a reconhecer ao povo uma prerrogativa que não possui: decidir sobre se seus direitos políticos devem limitar-se apenas a que uma parte dessa população visite as urnas uma vez a cada quatro anos. Por isso, nenhum dirigente, democrata ou republicano, nenhum dos membros desse partido único, que Nader batizou de Republicrata, fez essa proposta. Não exigiram também investigação sobre as numerosas fraudes e flagrantes violações dos direitos de dezenas de milhares de eleitores, a maioria afro-americana. Seis semanas de manobras e disputas giraram sobre apenas um ponto: recontar ou não as cédulas de votação daqueles a quem foi permitido votar. Finalmente, depois de ter recebido instruções, seguramente, da plutocracia – que lá exerce o poder real –, as direções de ambas as facções dividiram entre si os recursos e os poderes do Senado, proclamaram vitorioso um candidato que não havia recebido mais de 52% dos votos contados, e se uniram para entonar elogios à *democracia representativa*. Desse modo, nega-se à maioria dos cidadãos, efetivamente, o direito de eleger seus supostos representantes.

Mas as sociedades capitalistas desenvolvidas não são compostas apenas de pessoas nativas. Delas também fazem parte milhões de estrangeiros, residentes legais ou ilegais, que trabalham mais do que ninguém, produzem riquezas, mantêm serviços, engrossam os exércitos e sofrem com as condições, muitas vezes brutais, de exploração e

discriminação e que, por não possuírem cidadania, carecem daquele magro direito. Para eles não há sequer a fantasia da representação. Trata-se de uma parte substancial da população desses países com uma taxa de natalidade mais elevada. Em informe divulgado nos últimos dias de 2000, a CIA (Agência Central de Inteligência) dos Estados Unidos estima que, hoje, os estrangeiros representam, em média, 15% da população desses países; e essa porcentagem aumentará sensivelmente pois a emigração é um dos fenômenos decisivos da evolução do mundo nos próximos anos. Nem a CIA possui dados exatos sobre a sempre crescente imigração ilegal ou sobre as incontáveis vítimas do comércio clandestino de mulheres e crianças. Este último, o da nova escravidão de mulheres prostituídas e crianças submetidas ao trabalho forçado, traço distintivo da pós-modernidade, atrai a atenção de muitos estudiosos; entre eles a ONU, cujos cálculos, em 1998, estimavam para esse tráfico 4 milhões por ano.

A migração é um notável exemplo de manipulação da informação. Todo o mundo conhece o fato de o muro de Berlim ter sido demolido. Todavia, muito pouco se sabe sobre o muro que começou a surgir, depois, na fronteira norte-americana com o México – cenário de um número maior de mortes, cuidadosamente silenciadas pelos meios de comunicação de massa. Somente na Califórnia, entre 1994 e 1999, foram encontrados 759 imigrantes mortos. Estes, pelo menos, foram contados. Ninguém apresentou dados sobre os que foram engolidos pelo deserto ou morreram em outras partes da grande fronteira. Entretanto, o Consulado mexicano, em San Diego, continua

se ocupando principalmente em *reco-llher cadáveres*. (4)

A expansão do uso de novas tecnologias fomenta, além disso, outras formas de extinção que afetam tanto os trabalhadores dos países periféricos quanto os dos centros dominantes. Já se fala em nômades do século XXI, ou *cibernômades*: trabalhadores temporários ou com contratos especiais que se somam à corrente migratória, ou que já nos seus países vendiam sua força de trabalho a multinacionais instaladas no exterior. A outra face da moeda são os trabalhadores e empregados dos grandes centros industriais que tiveram seu tempo médio de permanência no emprego de mais de 23 anos há meio século, para menos de 4 anos na última década. Segundo estudo do IMT, 25% dos operários dos Estados Unidos trabalham em horário parcial; na Califórnia essa é a condição de 2/3 da força trabalhadora.

O capitalismo neoliberal tende a apagar o que separa seus cidadãos de seus *bárbaros*. Os primeiros, têm privilégios, conseguem superar obstáculos, ser considerados *eleitores*, mas, apenas para escolher candidatos fora de seu controle que formarão assembleias perfeitamente sujeitas ao poder do dinheiro. Contudo, uns e outros são impotentes diante do que Thomas Friedman qualificou de “*ansiedade definitiva da globalização*”, isto é, “*o temor à mudança rápida procedente de um inimigo ao qual não se pode ver, tocar ou sentir – a sensação de que sua vida possa ser modificada a qualquer momento por forças econômicas e tecnológicas anônimas*”. (5)

No fundo, estamos diante do desenlace de uma antiga questão. Com a derrota do *socialismo real*, o Império acredita ser também possí-

vel confundir o ideal democrático. Já não lhe parecem indispensáveis as concessões e as manobras para enfrentar os anúncios de um regime verdadeiramente popular. Agora, torna-se mais útil do que nunca a antiga falácia sobre a *delegação* de autoridade como início e fim do sistema. A *democracia representativa* saiu vitoriosa da guerra fria. Ou seja, o modelo político que reduz a participação do povo no governo da sociedade, estritamente, à *representação*. Todo triunfo dos seus ideólogos, todo colossal esbanjamento de propaganda sobre o *fracasso* do *socialismo* e o *fim da história*, não refletem outra coisa se não a necessidade – vital para o grande capital – de convencer a multidão de que a milenária aspiração da humanidade se esgota, de tempos em tempos, com a participação de alguns em um colégio eleitoral. A *representativa* seria a única democracia possível. E, como já venceu seu terrível inimigo, não há mais nada a ser feito; a longa marcha pela democratização deve ser detida.

É preciso reconhecer os indubitáveis êxitos acumulados durante a última década. Nunca, em tão curto espaço de tempo, haviam sido adotadas tantas decisões que afetam profundamente tanta gente que não tem com quem contar. Dessa forma, se vigorarem as diretrizes do FMI e do Banco Mundial, subsídios serão eliminados; programas sociais desaparecidos; escolas e hospitais fechados; medidas econômicas e financeiras de austeridade implantadas; fábricas e serviços privatizados; estradas, cárceres e cemitérios vendidos; empresas arruinadas e dissolvidas; a moeda nacional renunciada; recursos naturais entregues; e os países submetidos a mercados alheios.

Por mais que se fale sobre a liberdade e o livre fluxo das idéias, o capitalismo neoliberal sofre da incurável *agorafobia*. Não resiste à idéia do homem organizado, unido, atuando como um conjunto coerente e motivado. Brzezinski prognosticava sobre os indivíduos isolados, entes separados, sem sindicatos, partidos ou periódicos que os agrupassem: dos mesmos poderiam “*ser manipuladas as emoções e controlada a razão*” (6) e realizar o verdadeiro “*sonho americano*”: “*fabricar a tolerância*”. Muito antes de ter nascido a mãe da ovelha Dolly, os cientistas do capitalismo já sonhavam com a clonagem mental em seus laboratórios ideológicos.

Contudo, sua contenda é irrealizável. Obedecendo a uma estranha lei, os pobres, os miseráveis, os marginalizados – aqueles a quem querem excluir e eliminar –, se multiplicam e avançam até cercar a fortaleza dourada dos que, inutilmente, pretendem fazê-los desaparecer. Depois de tudo, que outra coisa possuem se não a capacidade de reproduzir sem parar uma espécie que se recusa a ser extinta?

Como pode atribuir perenidade a si mesmo um sistema que esmaga nações inteiras e atenta contra a vida e marginaliza seus próprios cidadãos? Não pode perdurar uma sociedade na qual o homem é esquecido.

Ao ultrapassar os limites de seu afã por lucro e cobrir todo o Planeta, o capitalismo suscita um dilema crítico: ou sua voracidade ilimitada arrasa a natureza e a civilização ou acaba, definitivamente, com esse louco afã para que se possa chegar a uma nova sociedade, justa, verdadeiramente humana. Meio século depois, retorna como uma certeza a tão criticada profecia de Schumpeter:

“*inevitavelmente, surgirá uma forma de socialismo da, igualmente inevitável, decomposição do capitalismo*”.

Para se decompor e iniciar o seu declínio, o capitalismo teria, primeiro, de triunfar e chegar ao seu máximo desenvolvimento, abolindo todas as restrições e impondo-se universalmente.

Todavia, não cairá por si só. É preciso se esforçar para antecipar o surgimento de uma ordem verdadeiramente humana.

Devem ser desenvolvidas novas formas e novos métodos de luta que incluam as possibilidades de comunicação e intercâmbio instantâneos oferecidos pela atual tecnologia. A batalha contra o Acordo Multilateral de Investimentos constituiu-se numa importante experiência que pode levar a outras ações indispensáveis.

Pela primeira vez, as lutas das nações oprimidas e as dos assalariados dos países dominantes podem convergir na mesma direção; e, junto a eles, os setores e grupos religiosos e os marginalizados por qualquer motivo, e todos os que desejam preservar a vida e são capazes de amar e criar.

Antes, nunca foi possível conceber uma frente abrangente de todo o conjunto da humanidade.

É necessário erradicar todo tipo de sectarismo, qualquer atitude estreita e mesquinha, qualquer visão provinciana e excludente. É preciso uma nova Internacional que inclua todos os que buscam um mundo solidário e livre, em harmonia com a natureza, que respeite plenamente a dignidade de cada mulher e de cada homem. A civilização desaparecerá se não conseguirmos derrotar o Império, se não formos capazes de abrir espaço para o humanismo. O futuro será socialista ou, então, não haverá futuro.

Um socialismo diferente, multicolor, que não surgirá como imposição dogmática, não será *reprodução ou cópia* de ninguém, mas sim, como gostaria Mariátegui, uma “*heróica criação*” de cada povo. Será o auge da democracia, a realização dos sonhos, dos ideais, das utopias que animaram o ser humano ao longo dos séculos.

Num dia como hoje, em Cuba, nasceu José Martí, que nos ensinou: “*A Pátria é a Humanidade*”. Ele era uma criança quando em 1868 nós, cubanos, juramos “*guerra e morte à exploração e à discriminação do homem pelo homem*”, e demos início à nossa Revolução. Pouco antes de sua última batalha, confiante e lúcido, nos transmitiu esta frase – na época, promessa; hoje, missão e certeza: “*Conquistaremos a justiça completa*”.

Ricardo Alarcón de Quesada é presidente da Assembléia Popular da República de Cuba. Este texto reproduz parcialmente sua intervenção no Fórum Social Mundial 2001. Tradução de Maria Lucília Ruy.

Notas

- (1) DICKSON, Martin. “Global inequality”. In: *Financial Times*. 22 de setembro de 2000.
- (2) *Global trends 2015: A dialogue about the future with nongovernment experts*. Agência Central de Inteligência dos EUA. Dezembro de 2000.
- (3) *Falling through the net: toward digital inclusion*. Departamento de Comércio dos EUA. Outubro de 2000.
- (4) GOLDSBOROUGH, James. “Out of Control Immigration”. In: *Foreign Affairs*. Set./Out.-2000.
- (5) *The Lexus and olive tree*. Nova Iorque, 1999.
- (6) *Between two Ages – America’s role in the Technetronic Era*. Nova Iorque, 1970.

A guerra social da globalização: o Plano Colômbia



Jaime Caycedo Turriago

O eixo da intervenção estratégica dos EUA é enquadrar os povos da América Latina, em especial o povo colombiano, nas suas pretensões imperialistas

O Plano Colômbia, aprovado pelo Congresso dos EUA em junho de 2000, reúne as características de um projeto de intervenção no marco das guerras periféricas, próprio do atual momento da globalização. Como se sabe, seu pretexto é a luta antinarcoóticos. Porém, se observarmos as peculiaridades da Colômbia e de sua situação interna, econômica e sócio-política, bem como o contexto andino e latino-americano, pode-se confirmar a existência de um contexto no qual se manifestam mudanças, altos graus de confrontação social e crises com causas bastante diferentes; e isso não pode ser reduzido a um problema pontual: o narcotráfico.

PARA NÓS, outros são os objetivos específicos que enquadram o Plano Colômbia. Por isso, queremos enfatizar – e tentar demonstrar – que a luta antinarcoóticos não é o propósito fundamental e que são bastante evidentes os dados que confirmam tal asseveração. Outro aspecto desse assunto é a enorme campanha ideológica e publicitária montada para mostrar o sentido da “guerra santa” e a necessidade das operações militares que a marcam, que mostram a seqüência *preparação-abrandamento-persuasão*, que previa a aprovação das medidas fundamentais pelos EUA e a inexorável execução do Plano Colômbia mediante a criação de uma base de legitimidade local na chamada Frente Comum pela Paz

e contra a Violência, constituída na Casa de Nariño (sede do governo colombiano) em 22 de novembro de 2000, como ante-sala para desencadear as operações do Plano em janeiro de 2001.

O Plano Colômbia é iniciado pelo reordenamento sócio-político e geoestratégico para o Hemisfério ocidental, concebido pelos Estados Unidos na atual fase da globalização. Pela nova ordem, o imperialismo reorganiza o mundo incorporando áreas periféricas à transnacionalização globalizada mediante uma crescente subordinação das mesmas a novas formas da acumulação de capital e, também, assumindo o controle dos conflitos, vistos como focos de resistência a essa nova ordem. As formas de regulação nacional e regional devem corresponder aos delineamentos do centro. Trata-se de um reordenamento não apenas econômico mas também geral, isto é, que engloba o sócio-político, o ideológico e o cultural. A tutela super-estatal sustenta formas de coação tecnológico-militares que tornam a intervenção uma prática quase que cotidiana.

O que é, de fato, o Plano Colômbia

Atualmente, o projeto em desenvolvimento é uma versão profundamente modificada da idéia inicial formulada pelo presidente Andrés Pastrana, por ocasião de sua posse no segundo semestre de 1998. O Plano atual foi trabalhado em meados de 1999 pela equipe do Departamento Nacional de Planejamento do governo colombiano por vários assessores norte-americanos, entre os quais Bryan Sheridan, então subsecretário de Estado para os conflitos de baixa intensidade, posteriormente condecorado com a Cruz de Boyacá (máxima deferência concedida pela Re-

pública colombiana), por Pastrana, junto com outros funcionários norte-americanos. O Plano – Lei 106/246 nos EUA –, foi sancionado pelo presidente Clinton em 13 de julho de 2000. Como se vê, o que na Colômbia é um pacote de estratégias com medidas administrativas sem perfil legal específico, nos EUA é uma lei de Estado.

Permanecem as idéias iniciais para fazer frente à busca de uma solução política ao conflito armado interno e, por sua vez, acelerar uma tomada social e econômica, uma reabsorção da economia agrária vinculada à produção de narcóticos em macro-projetos substitutivos, com a cobertura e o apoio econômico do Banco Mundial. Contudo, entre uma e outra versão, as mudanças são perceptíveis e substanciais. O Plano de 1998 estabelecia uma importante diferença já que, segundo o presidente Pastrana: “A Colômbia passa por duas guerras nitidamente diferentes: a guerra do narcotráfico contra o país e o mundo e o confronto da guerrilha contra um modelo econômico, social e político que considera injusto, corrupto e pre-nunciativo de privilégios”. (1)

O governo tomava distância do conceito de narco-guerrilha ao separar uma caracterização política de uma outra puramente delinqüente. Esse esclarecimento não foi circunstancial ou episódico. Estava associado a um enfoque concreto na luta antidrogas como parte de uma problemática ligada ao conflito político-militar com o qual em nada se confundia. (2)

Em resumo, essa maneira de ver o problema incluía não apenas uma importante diferenciação entre guerrilha e narcotráfico, mas, além disso, uma ação antidrogas, orientada para uma eventual erradicação consensual, com métodos não contaminadores nem destrutivos, onde, exceto

o Estado, interviriam o movimento guerrilheiro e os organismos internacionais. O Fundo de Inversões para a Paz previa a chegada de ajuda internacional, os bônus de paz e de crédito, destinados a financiar os planos de desenvolvimento nas zonas do conflito. (3)

No Plano Colômbia/99, versão inglesa distribuída pelo presidente Pastrana no Parlamento europeu (4), a nova ótica destaca, antes de mais nada, os aspectos militares associados a reformas econômicas dirigidas a corrigir o déficit fiscal, outorgar maiores privilégios à ocupação estrangeira, reforçar o sentido repressivo da fiscalização, a extradição de nativos aos EUA e uma idéia de paz como assunto de governabilidade. O centro desse enfoque é cortar os vínculos da subversão com o narcotráfico, supondo-se que a guerrilha, como projeto anti-sistêmico, estaria inscrita em uma dinâmica delinqüente cada vez menos revolucionária, conforme o parecer dos redatores. A partir dessa apresentação, o Plano se caracteriza em uma “ameaça” a ser enfrentada por quatro agentes geradores de violência: as organizações de narcotraficantes, os grupos subversivos, os grupos ilegais de “autodefesa” (5) e os delinqüentes comuns.

Um problema de governabilidade

Se essa insurreição goza apenas da simpatia de 4% dos cidadãos e confirma sua importância unicamente com o poder das armas – sendo estas, por sua vez, adquiridas com fundos provenientes da comercialização da droga, como o assegura o Plano – então, desaparece todo o conflito social real e surge uma associação entre narcotráfico e insurreição que deve ser desmontada. O conceito de “narco-guerrilha”, introduzido no

período reaganiano pelo então embaixador na Colômbia, Lewis Tambs, um dos redatores do Documento Santa Fé I, foi retomado como núcleo da estratégia. Sua função foi modificada para tentar mostrar as transformações da guerrilha: de romantismo revolucionário, do período bipolar, chegou a pragmatismo contestador armado completamente carente de projeto político libertador. A carga ideológica dos usos conceituais, nas condições de um monopólio dificilmente expugnável dos meios de comunicação sob o controle do capital transnacional e dos grandes grupos econômicos, é uma formidável arma da “guerra virtual”, destinada a esmagar toda oposição, ou dissidência, e qualquer tentativa de esclarecimento em relação à real situação da Colômbia; e a impor um pensamento único assentado no guerrearismo, na conciliação com o fascismo paramilitar e na polarização da sociedade.

Desde o início, o conteúdo social do Plano busca complementar o eixo da estratégia: como erradicar não apenas, e nem tanto, os cultivos de uso ilícito, mas também a massa vinculada econômica e territorialmente aos espaços afetados, quer dizer, o campesinato e o proletariado flutuante, que supostamente, é óbvio, constituem a base social da guerrilha. O processo de paz é vislumbrado como a modificação das condições materiais e sociais de existência do movimento guerrilheiro atual. Como uma versão modificada – desde o início, mais complexa pelas próprias características da atual negociação – dos processos de reinserção ocorridos com outros grupos armados em passado recente. Acontece que, agora, além da reinserção, as circunstâncias sócio-territoriais foram modificadas a fim de serem substituídas por alian-

É expressiva a distribuição dos recursos aprovados pelo Congresso dos Estados Unidos para a área militar

ças estratégicas para a modernização capitalista do campo por via prussiana, isto é, confirmando, no essencial, as formas da grande propriedade territorial de tipo latifundiária.

A estratégia militar no centro

O Plano se propõe a seis objetivos estratégicos, cujo propósito central é reduzir os **cultivos**, o processamento e a distribuição de narcóticos em 50% no transcurso dos seis anos seguintes. (6) Para isso, prevê um Foco Integrado do Plano, que constitui a essência de seu enunciado estratégico militar.

“Desenvolver uma comissão integrada das Forças Armadas e da Polícia dirigida para golpear as zonas de cultivo e romper as estruturas financeiras, logísticas e armadas do comércio de drogas através de um contínuo e sistemático esforço em 3 fases para reduzir o cultivo e a produção em 50% no transcurso de seis anos”.

O desenvolvimento desse Foco Integrado inclui três fases de curto, médio e longo prazos: fase 1 – Putumayo e Sul, planejada para um ano; fase 2 – zonas Sudeste e Central do país, para dois a três anos; e fase 3 – extensão do esforço integral a todo o país, de três a seis anos. (7)

Dessa maneira, temos um projeto que afeta áreas significativas da Amazônia, da qual não apenas não foram consultados os seus atuais habitantes como também é atingida a

sua situação real, seu modo de sobrevivência e os seus recursos ambientais, na medida em que nele está incluído “combater o cultivo ilícito mediante ação contínua e sistemática do Exército e da Polícia, especialmente na região do Putumayo e no Sul do país, e fortalecer o poder da Polícia na erradicação de tais cultivos (...). Estabelecer o controle militar sobre o Sul do país com propósitos de erradicação”. (8)

No sentido militar, é expressiva a distribuição dos recursos aprovados pelo Congresso dos EUA. Há US\$ 790 milhões para potencializar a artilharia, a mobilidade aérea, o treinamento e as operações de inteligência do exército e da polícia colombianos. Especialmente helicópteros, aviões e pistas de pouso para a guerra aérea têm criado profundas preocupações nos países vizinhos pela despropositada cooperação militar por parte de Washington. Complementarmente a essas cifras, os países que apóiam logisticamente o Plano Colômbia, especialmente na criação do corredor aéreo para chegar ao espaço referido pelas operações militares – que têm suas cabeças de ponte no Equador e nas ilhas de Aruba e Curaçao (território do reino da Holanda) –, deverão ser ocupados para a adequação de suas pistas de pouso e instalações militares norte-americanas, envolvendo por volta de US\$ 117 milhões. Do total de US\$ 1,3 bilhão destinado

ao Plano Colômbia, US\$ 907 milhões estão destinados à área puramente militar, centrada sobre o território e o espaço aéreo colombiano.

Desproporções e enfoques

Se examinarmos os volumes de capital movidos pelo negócio colombiano da droga, encontraremos razões bastante contundentes que acentuam o sentido desproporcional do componente militar do Plano em comparação com essa outra realidade material do objeto que afirma combater.

Segundo alguns estudos, que provêm de fontes tanto européias quanto norte-americanas, o montante anual do comércio de narcotráficos gira em torno de US\$ 50 bilhões, correspondentes a 400 toneladas líquidas. É esta a cifra que o investigador Ricardo Vargas deduz da quantidade de cocaína exportada da Colômbia, descontado o confisco feito pela interdição e o que se consome nos dois grandes mercados mundiais – dos EUA e da Europa ocidental –, aproximadamente. Esse dado não está muito afastado do que proporciona o estudo de Anif (9), de março de 2000, que assinala um valor de US\$ 46 bilhões.

Em relação à capacidade de retorno financeiro ao país as fontes divergem. Enquanto Vargas calcula em torno de US\$ 2,5 bilhões, Anif afirma ser US\$ 3, 574 bilhões, que triplica o valor das exportações de café e supera o do petróleo.

Segundo o ex-diretor da DEA (10), o gen. MacCaffrey, a guerrilha colombiana estaria recebendo US\$ 500 milhões anualmente. Porém, nunca esclareceu quanto é desviado pelos paramilitares, que abertamente se declaram narcotraficantes, e, conforme dados a serem verificados, hoje dirigem rotas decisivas para a exportação de alcalóides. A

chamada expansão paramilitar, cujos dirigentes apóiam pública e clamorosamente o Plano Colômbia, aparentemente estaria sendo financiada por recursos provenientes, não tanto de mesquinhos empresários também afetados pela crise econômica mas, sobretudo, pelo próprio negócio sustentado para amparar a impunidade a eles imputada pelos aliados estratégicos da guerra contra-insurrecional.

Podemos retornar ao aspecto das desproporções ao qual fizemos alusão anteriormente. Como indica Vargas, “82% da ajuda militar dos EUA são destinados para golpear os 0,67% dos agricultores, que vendem seus produtos nas ruas de Frankfurt, e a insurreição que se beneficia dos 1% do volume apropriado pelas organizações do narcotráfico. O que acontece, então, com o crime organizado, que se beneficia dos 99% do capital exportador de cocaína?” E acrescenta: “pela perspectiva do Plano Colômbia, para esse setor não há estratégia nem medidas definidas com clareza, já que não está garantido o combate ao crime organizado, propriamente, com helicópteros, ou com aviões de combate, nem com lanchas ou batalhões antinarcóticos” (11).

Quanto ao chamado crime organizado – sem política para golpear os paraísos fiscais; continuar a rastrear os fluxos financeiros; estabelecer controles reais sobre as reformas tributárias e os fundos para ocupação, ou os diferentes mecanismos que garantem grandes lavagens de dinheiro, incluída a aquisição de bônus da dívida pública e o endividamento em dólares como parte da chantagem que o capital financeiro impõe ao pressuposto fiscal deficitário –, o Plano se situa de um dos lados do alvo da verdadeira luta antinarcóticos, que deveria golpear

as fontes econômicas do negócio e os fluxos de acumulação de capital que alimentam o circuito global do mercado de produtos ilícitos.

Visto desse ângulo, o Plano Colômbia está totalmente fora de foco. Realmente, não é uma política antidrogas, mas, ao tomar como centro principal o campesinato produtor e a insurreição, abre uma brecha para a desestabilização da sociedade sem levar a nenhuma solução que contribua para modernizar ou democratizar o país. O pretexto antidrogas deixa antever o corpo anti-social do projeto real. Trata-se de uma reestruturação econômica e social em função dos macro-projetos, previstos há uma década, pelo menos, pelo Banco Mundial, entre os quais porções do território da atual Colômbia, com seus recursos energéticos, bióticos e ambientais, são incorporadas, através de grandes consórcios privados transnacionais, ao mercado mundial; e as populações, deslocadas e refugiadas no interior do país, por possuírem menor capacitação trabalhista, como peões no novo enquadramento da força de trabalho, destroem outra parte importante do espólio estrutural em jogo.

A alma da estratégia

A estratégia oferece elementos que merecem ser examinados com certa atenção. Logo de pronto, estamos diante de uma versão do tratamento destinado aos conflitos chamados de baixa intensidade (CBI) que tiveram vigência única na década dos anos 80. Naquele momento o seu objetivo era controlar e dar condições para solucionar os processos insurgentes centro-americanos de Nicarágua, El Salvador e Guatemala. Significativas variantes cumpriram o seu papel no caso de Granada e Panamá,

depois Haiti, nos anos 90, onde se tratou, abertamente, da deposição de governantes.

A versão modificada, e polida, do tratamento ao conflito de baixa intensidade que foi posto em prática na Colômbia, parte de uma dupla concepção do “atuar com mãos alheias”, evitando o desgaste provocado pela vinculação direta – uma parte dos EUA e outra das próprias forças institucionais do Estado colombiano. A *guerra antinarcóticos*, como guerra “legítima”, é liberada pelas forças militares e policiais da Colômbia, para a qual o exército norte-americano e mercenários “contratistas” fazem praticar exercícios de reengenharia, adestramento e familiarização com as novas tecnologias, ajustadas à sua submissão funcional como instrumento da política estratégica. A *guerra “suja”* é praticada pelos paramilitares, cuja existência e desenvolvimento se justificam como “resposta da sociedade à guerrilha”, como resultado indesejável, mas inevitável, da própria guerra, incluindo a idéia de convertê-los paulatinamente em “atores” do conflito, propriamente, com direitos – iguais aos da insurreição –, de ocupar um lugar nas negociações e significar uma força política da ultra-direita na criação do modelo pós-conflito. O esquema é evidente; além disso funciona nas atuais condições da globalização neoliberal e da política dos EUA, que não condenam nem combatem o paramilitarismo.

De fato, o conflito aparece cada vez menos como uma confrontação das guerrilhas com o Estado. Com a introdução da idéia de “guerra de posição”, os estrategistas apresentam o relato de uma luta pelo território entre guerrilha e paramilitares.

Todos os países da América Latina se pronunciaram pela não intervenção e contra o papel dos Estados Unidos e seu plano de ação

(12) Segundo essa idéia, o Estado adquire um status de vítima e de inocente, até o ponto de desaparecer a guerra de contra-insurreição real, não obstante ser uma política permanente do Estado, com não menos de 40 anos ininterruptos. A população civil dos territórios em disputa é considerada objeto. Objeto esse não neutralizado, mas comprometido, e, no caso das regiões camponesas produtoras de coca ou papoula, consideradas pelas autoridades como delinquentes (13), normalmente aliadas da guerrilha. Os exercícios de terror, através dos massacres dos esquadrões da morte, tentam forçar uma adesão, pelo pânico ou pelo deslocamento da população que luta pela mesma causa, abandonando móveis, animais, ferramentas, etc. Essa metodologia, tipicamente fascista, tem o seu correlato – nos meios operários, universitários, de professores, defensores dos direitos humanos ou ativistas da esquerda – com os atentados pessoais executados por meio de operações como as de comando, estudadas previamente, inteligente e logisticamente, sem descuidar de detalhes, chegando até a eliminar testemunhas em potencial. (14)

Um dos elementos básicos é a identificação, cada vez mais precisa, de um inimigo estratégico. Em condições de diálogo do governo colombiano com os movimentos guerrilheiros Farc e ELN, apenas a carac-

terização de guerrilheiro não basta. Para os propósitos da estratégia é essencial introduzir a combinação de guerrilha e narcotráfico com um traço que deve ser interiorizado mediante a propaganda e a definição cada vez mais precisa dos objetivos da guerra. O inimigo deve ser definido e, nessa mesma linha, devem ser situadas as fronteiras com qualquer outro objeto semelhante. Por isso, em sua recente visita a Bogotá, o gen. Peter Pace, chefe do Comando Sul do exército dos EUA, afirmou: “No caso do narcotráfico, fica claro para o mundo que nele há membros das Farc em todos os níveis. O problema é que, se estiver implicado com o narcotráfico, se for narcotraficante, contra isso é que luta o governo do meu país”. (15)

Em busca de uma base de legitimidade

O Grupo dos 8 (G8), reunido em Okinawa, no Japão, discutiu a situação da Colômbia, vista no limiar do manejo dos conflitos regionais que preocupam esse Estado Maior, com a seguinte apreciação: “Aprovamos plenamente os programas e as iniciativas do governo colombiano que tencionam estabelecer as bases de uma paz durável e pôr fim ao cultivo e ao tráfico de produtos ilícitos no país, levando em consideração as aspirações e as necessidades da coletividade local. Convidamos a todas

as partes a respeitar os princípios do direito internacional humanitário e a negociar, para acabar com o conflito. Reafirmamos o nosso compromisso de combater a lavagem de dinheiro e o comércio ilegal de armas e produtos químicos precursores, que servem para a fabricação de drogas ilícitas, com vistas a eliminar as fontes de financiamento dos grupos armados clandestinos no país”. (16)

É claro que o conflito colombiano tem sido colocado num contexto global de manejo. Contudo, também é evidente que a Colômbia está fora da realidade, despreocupada com as políticas de direção global, as quais antes não eram consideradas. Como assinalou Alain Joxe: “Pode-se cair na tentação de alinhar a Colômbia com a Bósnia, Kosovo, Argélia e África, fora da civilização, ou ainda, ‘fora da história contemporânea’. Contudo, ao contrário, a análise estratégica impõe admitir que a história e o futuro se arriscam justamente nesses lugares situados nas franjas do débil edifício de estados pacificados e prósperos da Euro-América; ali onde se acumulam e expressam, por meio de violência, todos os conflitos próprios da pobreza e do subdesenvolvimento, simultaneamente a todos os conflitos da modernidade e do desenvolvimento ‘mundializado’.” (17)

A administração dos EUA no período da formulação do Plano Colômbia fez múltiplos esforços para favorecer um apoio relativo à implantação do seu projeto, externa e internamente. A então secretária de Estado, Madelein Albright, o diretor da DEA, gen. MacCaffrey, e outros funcionários visitaram a União Européia estimulando o respaldo a esse Plano, o que para vários governos foi uma verdadeira surpresa pela ausência de autoridades colombianas

nessa função. Os mesmos funcionários visitaram os mais importantes países da América Latina com igual propósito. Desde o primeiro momento foram vislumbradas notáveis diferenças em relação a alguns dos governos europeus.

Em fins de junho de 2000 – após ter sido superado o incidente do “colar-bomba” que paralisou, por parte do governo, o diálogo com as Farc –, ocorreu, em Los Pozos, em El Caguán, a Audiência Internacional sobre Plantações Ilegais e Meio-Ambiente, com a assistência de todos os embaixadores da União Européia creditados na Colômbia, aos quais se juntaram os de Japão, Canadá, Suíça, Noruega e Vaticano. Os delegados camponeses, convocados metade pela guerrilha e metade pelo governo, manifestaram seus problemas, inquietudes e aspirações. Por unanimidade se opuseram às fumegações químicas, aos planos de guerra, ao deslocamento forçado; e se clamaram favoráveis a um real apoio de cooperação em função de uma modificação em suas condições de vida. Essa realidade comoveu o auditório europeu. Os arautos dos governos europeus, integrantes do G8, fizeram incluir na declaração de Okinawa, na parte sobre a Colômbia, uma reserva para que sejam levadas em consideração “as aspirações e as necessidades das coletividades locais”; mas, não mexeram no eixo da **intervenção estratégica que enquadra o Plano Colômbia**.

Nesse mesmo sentido, foram acentuadas as diferenças, não apenas, em todo caso, de países europeus tomados individualmente, mas também de linhas assumidas por organismos colegiados da União Européia, com o Plano Colômbia. Em essência, a União Européia se identifica com a busca de paz mediante “um acordo

geral” que “inclua a sociedade civil”; uma especial atenção à defesa dos direitos humanos, o DIH e as vítimas da violência; o apoio aos defensores dos direitos humanos; medidas próximas à reforma agrária integral como base de uma política alternativa frente aos cultivos de destinação ilícita; a resistência às medidas de erradicação que impliquem ação indiscriminada e danos ao meio-ambiente, em clara alusão às fumegações ou a agentes biológicos.

Observa-se tendências semelhantes no ambiente latino-americano. Todos os países se pronunciaram pela não intervenção, especialmente em relação ao papel dos EUA e o seu plano de ação. A posição do governo da Venezuela é particularmente ativa em sua denúncia do Plano Colômbia. Enfrentar a Colômbia e a Venezuela em suas atuais circunstâncias de transformação institucional e liderança petrolífera é um despropósito ainda maior. A atitude venezuelana de compromisso com a paz na Colômbia em grande medida contém o sentimento da América Latina; quiçá não explicitado por parte de todos os governos. O fenômeno peruano é mais complexo. Fujimori questionou o processo de paz com as FARC e a zona de distensão em oposição à postura de Chávez. Fujimori propunha reproduzir o seu modelo autoritário de contra-insurreição, comprovado na ação contra o Sendero e o Mrta. Depois, modificou sua posição com um reforço militar em sua fronteira norte e com uma crítica ao Plano Colômbia. A pressão norte-americana sobre Fujimori e o comando militar peruano precipitou a crise, movida, em grande parte, pelos serviços de inteligência dos EUA, afastando o presidente, o seu assessor de confiança e uma parte substancial da cúpula militar.

A proposta norte-americana de estimular uma força coletiva dos países vizinhos que intervisse no conflito colombiano perdeu o vigor. As declarações do então Chanceler do Brasil em Madrid, em agosto de 2000, são enfáticas: “Já dissemos claramente que o Brasil não participará dessa corrente internacional; e mais, somos contrários à existência de uma força estrangeira militar na Colômbia (...). Não queremos nos envolver nesse conflito. Sequer queremos que as infra-estruturas brasileiras sejam usadas, e nem as pistas aéreas, direta ou indiretamente. (...) Sem dúvida, há uma preocupação de nossa parte de que o conflito possa se estender de forma militar, civil ou através do narcotráfico. Dissemos isso publicamente ao governo dos EUA”. (18)

Se o respaldo internacional ao Plano Colômbia se viu debilitado por esse conjunto de posturas que expressam temores bastante generalizados entre atores importantes, internamente o governo colombiano não procurou mais estimular os meios empresariais, militares e a grande mídia, um dos setores da hierarquia católica e os chefes dos grupos políticos do sistema. Significativamente, os paramilitares puseram em relevo o seu apoio incondicional a um Plano supostamente dirigido para combater o narcotráfico. (...)

Jaime Caycedo Turriago é secretário geral do Partido Comunista Colombiano, professor da Universidade Nacional da Colômbia e membro do Conselho Nacional da Paz, das organizações que lutam pela paz. Este artigo reproduz partes de sua intervenção no Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre. Tradução de Maria Lucília Ruy.

Notas

(1) PASTRANA, Andrés. *Plano Colômbia: uma Grande Aliança com o Mundo contra o Delito Internacional, pelos Direitos Humanos, pelos Direitos Sociais e pela*

Ecologia. Outubro de 1998. In: *Obras de paz V, do diálogo à negociação*. Imprensa Nacional. Santa Fé de Bogotá. Maio de 1999, p. 76. Escritório do Alto

Comissionado para a Paz

(2) *Ibid. Ibidem*. p. 80.

(3) O Plano Nacional de Desenvolvimento, Bases 1998-2002, *Mudança para Construir a Paz*, previa a “erradicação sem compensação” de cultivos de grandes áreas e, para os pequenos camponeses, “alternativas produtivas para a erradicação”; pp. 234-235. O objetivo proclamado é “não continuar a caracterizar os pequenos produtores como ilegais”, p. 235, para o qual “esse esquema requer que os projetos produtivos estejam estruturados como organizações empresariais com altos níveis de produtividade e competitividade. A premissa principal que orientará a colocação em prática desses projetos será responder às tendências do mercado (...). Tendo-se em conta que a capacidade de negociação dos camponeses é reduzida, e que apresentam uma débil estrutura organizativa, a participação do setor privado é de vital importância para facilitar a construção de um modelo com base em alianças estratégicas que facilitem sua sustentação a longo prazo”, p. 235. Deve-se observar que, com tudo isso e essa diretriz de mercado, tal proposta tendia a priorizar uma alternativa não militar e diferenciados procedimentos em relação à erradicação. A ajuda internacional e o Fundo de Inversões apareceram para reforçar esses propósitos.

(4) No início do ano 2000, circularam algumas versões imparciais do documento, nas quais foram incluídas mudanças para agradar os interlocutores europeus que já manifestavam preocupação com a nítida orientação pró-EUA, expressa pelo Plano (...)

(5) O documento adota a denominação oficial “autodefesas”, dada pelo governo colombiano aos grupos paramilitares.

(6) Em resumo, esses objetivos podem ser assim sintetizados: 1) fortalecer a luta contra os traficantes e dismantelar as organizações do narcotráfico através de um esforço integrado entre Exército e Polícia; 2) fortalecer o sistema jurídico, com centro na Fiscalização e na aplicação da extradição; 3) neutralizar o sistema financeiro do comércio de drogas e confiscar seus recursos; 4) neutralizar e combater os agentes da violência aliados ao narcotráfico; 5) integrar as iniciativas nacionais dentro dos esforços regionais e internacionais; e 6) fortalecer e estender os planos para o desenvolvimento alternativo nas áreas afetadas pelo tráfico de drogas.

(7) Plano Colômbia, p. 15. É notória a exclu-

são dessa parte do texto na tradução oficial da Presidência da República. (Nota do Autor)

(8) *Ibid. Ibidem*. p. 14.

(9) ANIF, Associação Nacional de Instituições Financeiras, centro de estudos que realiza observações e análises sobre vários temas econômicos. Um resumo desse informe foi publicado pelo *El Espectador*, no Diário Econômico, em 20 de março de 2000.

(10) DEA, Central Antidrogas dos EUA.

(11) VARGAS, Ricardo. *Políticas Antidrogas, Estado e Democracia na Colômbia*. In: IX Fórum pelos Direitos Humanos. Bogotá. 2000, pp. 60-61.

(12) A idéia de uma guerra de posições provém de comentaristas informados sobre temas militares. No essencial, considera que a guerrilha colombiana tende a expandir sua influência territorial e, por isso, se concentrar em “zonas com alto potencial econômico, político e militar”. Concluem que a paz logo chegará se o Estado, militarmente, obrigar a guerrilha a negociar e a “reduzir progressivamente os espaços” por ela ganhos. Ver a respeito: SUÁREZ, Alfredo Rangel. *Colômbia: Guerra no final do século*. TM Editores: Bogotá. 1998. (...)

(13) Durante as marchas (cocaleiras) de 1996 o gen. Néstor Ramirez, comandante da 12ª Brigada do Exército, definia os camponeses manifestantes como delinquentes. No mesmo sentido se pronunciou em outubro de 2000 Gonzalo Defrancisco, diretor da Empresa Colômbia, encarregada da erradicação da coca pelo departamento de Putumayo (...)

(14) No atentado contra o dirigente sindical Wilson Borja, presidente da Federação Nacional de Trabalhadores a Serviço do Estado, do qual foi salvo por seus seguranças em dezembro de 2000, os atacantes eliminaram a sangue frio um de seus partidários, ferido, e uma vendedora ambulante que os havia atendido antes da operação.

(15) Declarações atribuídas ao gen. Peter Pace. In: *El Tiempo*. Bogotá. p. 2-A, 19 de janeiro de 2001. Grifo do Autor.

(16) Deliberações da reunião de ministros de Assuntos Exteriores do G8, em Miyazaki, Japão, em 13 de julho de 2000. In: Internet. *G8 Research Group of the University of Toronto*.

(17) JOXE, Alain. *Colombie: Guerre à Trois Camps, Processus de Paix ‘en penne’ et Intervention Américaine en Le Débat Stratégique Euroaméricain, 1998*. In: *Cahiers d’Études Stratégiques*, n° 26, CIPRÉS: Paris. 1998.

(18) Entrevista a Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Assuntos Exteriores do Brasil. In: *El País*. Madrid, p. 4, 31 de agosto de 2000.

As pontes da barbárie na tragédia de Bamyan

Miguel Urbano Rodrigues

A tragédia do Afeganistão, criada por antigos aliados que tiveram apoio e armas dos EUA, agride também valores artísticos históricos

A destruição dos Budas Gigantes de Bamyan, no Afeganistão, pelos Talibans, chamou durante alguns dias a atenção das grandes cadeias internacionais de televisão por ser um ato de barbárie cultural de uma irracionalidade incomum.

DOIS ASPECTOS do crime passaram, entretanto, despercebidos.

Os fundamentalistas do governo de Kabul invocam motivos de ordem religiosa para justificar a dinamitação dos Budas. Não dizem que a proibição de representar a figura humana em obras de arte foi desrespeitada em terras do Islão desde o Califado Omíada. Quando o primeiro exército árabe atravessou a Cordilheira do Hindu Kuch rumo à

Índia e avançou para o Oriente ao encontro dos chineses (a quem derrotou na batalha de Talas), ignorou a existência dos Budas de Bamyan. Foi idêntica a atitude das sucessivas dinastias muçulmanas que dominaram a região, desde os Samanidas aos turcos Gahznividas.

No século XIII, o mongol Gengis Khan, responsável pelos maiores genocídios da Idade Media, ordenou que todos os seres vivos (incluindo

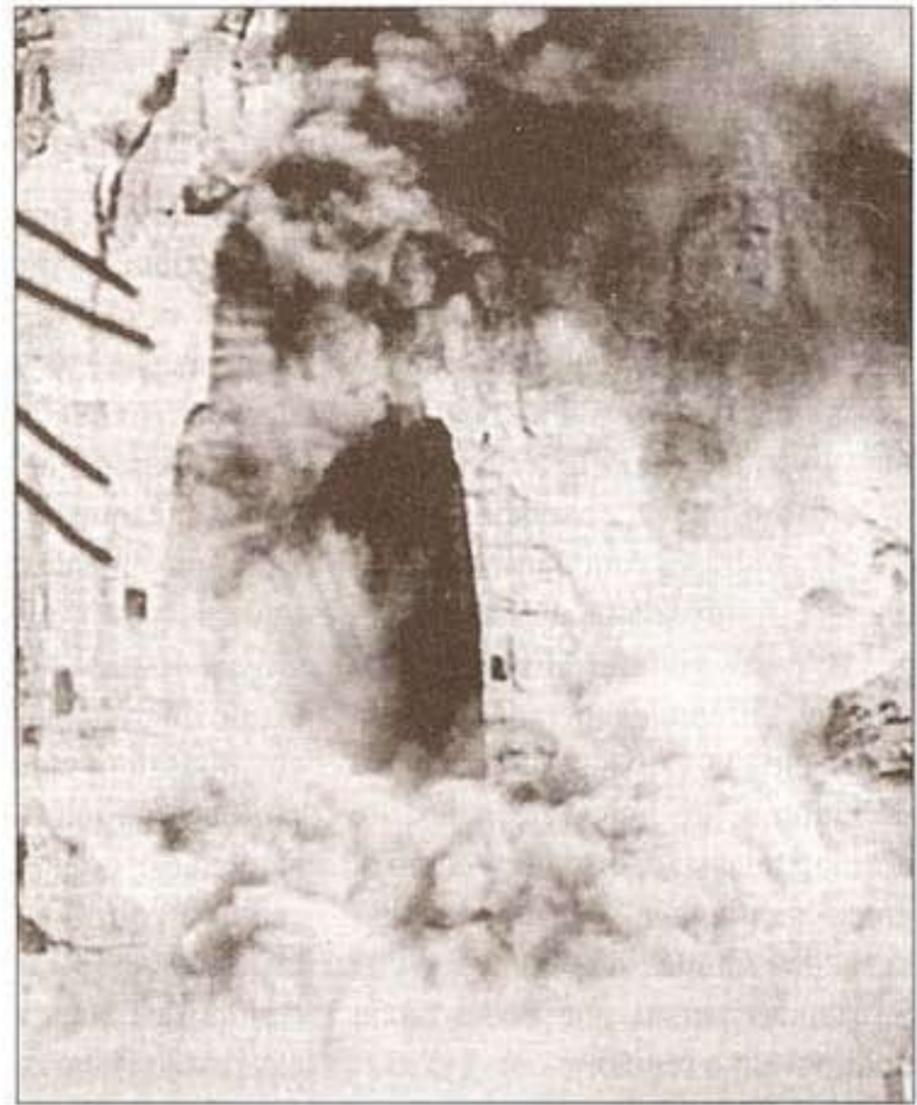
cães e gatos) fossem destruídos no Vale de Bamyan. Mas os Budas foram poupados.

Uma atmosfera de respeito envolveu as duas estátuas desde a época da sua construção, iniciada quando o Império Romano do Ocidente principiava a desagregar-se. As pequenas mutilações no rosto, que sofreram ao longo de 15 séculos, haviam desaparecido após as obras de restauro empreendidas por uma missão de arqueólogos da Índia, nos anos 60.

A admiração inspirada pelos Budas Gigantes é indissociável de uma realidade quase esquecida. As estátuas de Bamyan são obras primas do período tardio da chamada Arte de Gandhara.



O Buda antes...



... e depois da destruição.

Essa Escola nasceu no atual Afeganistão e no norte da Índia (hoje Paquistão) e atingiu o apogeu nos dois primeiros séculos da Nossa Era quando essas regiões estavam integradas ao Império Kuchano, que desempenhou na época o papel de intermediário no comércio entre a Roma dos Antoninos e a China dos Han.

O que explica o fascínio que a Arte de Gandhara inspirou em sucessivas gerações?

O povo Kuchano, vindo em lentas migrações da atual Sibéria mas de origem indo-européia, criou uma civilização brilhantíssima, embora de breve duração, que teve, entre outros, o mérito de realizar na escultura e na pintura uma fusão – que parecia impossível – da arte greco-bactriana e da arte budista da Índia.

O choque emocional e estético que me atingiu ao contemplar os Budas de Bamyán é daqueles que justificam o uso da palavra irrepetível. Pelo cenário, pelas dimensões, pela cor, pelo estilo, são criações únicas do gênio humano, não imitadas sequer.

Escavadas na rocha vermelha de uma escarpa abrupta, aquelas enormes estátuas (a grande tinha 55 metros, a menor 38) atraíram durante 15 séculos peregrinos de muitos credos religiosos e gente distante da idéia de deus. O vale, apertado entre píncaros coroados por neves eternas, envolve o visitante numa atmosfera de irrealidade. Frente aos Budas a fronteira entre o mágico e o real desaparece.

Tudo, ali, a principiar pelo povo hazara, descendente dos antigos Mongóis da conquista, nos projeta a um cenário que parece coisa de ficção.

As duas estátuas não esmagavam; comoviam o forasteiro.

Buda era contrario à idéia de divindade. Não se assumiu nem como profeta nem como representante de um deus que lhe não aparecia como necessidade. Não era representado sob figura humana.

Por que, então, de repente, muitos séculos após a sua morte, milhares de Budas começaram a ser esculpidos no início da Nossa Era, em bronze, mármore, ou madeira, so-

bretudo nos territórios do atual Afeganistão e na Índia?

A questão não permite uma resposta breve e abrangente. Abordei-a num livro. O que se me afigura útil sublinhar num artigo desambicioso como este é a excepcionalidade dos Budas de Bamyán como obras expressivas da Escola de Gandhara.

A influência da refinada arte que surgira nas cidades-estado do Reino Greco-Bactriano, fronteira oriental da aventura helenística nos limites da civilização chinesa, imprimiu aos Budas de Bamyán características muito diferenciadas dos que apareceriam depois na China, no Tibete e no Ceilão.

São filhos do sincretismo greco-budista.

Os Budas gandharianos constituem uma maravilhosa adaptação da arte grega a uma concepção religiosa do mundo antagônica ao paganismo dionisíaco dos helenos.

Nos traços dos Budas o rigor da Grécia coexiste com a espiritualidade hindu.

Omitiram, as agências noticiosas, que na base das estátuas, os arquitetos que as construíram abriram templos. Na complexa rede de grutas e caves integradas nos dois conjuntos monumentais pinturas belíssimas decoravam nichos escavados na rocha. O contraste com a arte de Gandhara é transparente. Foram posteriores essas pinturas. Expressavam atitudes diferentes perante a vida numa mescla cativante do encontro de culturas, de mundividências, de cosmogonias tão distantes como a greco-bactriana, a kuchana, a budista, a dos Guptas da Índia e a dos Sassânidas persas que então ainda dominavam a região.

Recordo que o fundo das pinturas no nicho do Pequeno Buda era azul e o do Grande vermelho. Toda a iconografia naqueles cenários desafiadores da imaginação era também sincrética, nomeadamente o panteão das divindades. De comum, o Deus Sol que fundia três simbolismos: o do grego Hélios, o do persa Mitra e o do indiano Surya.

Nos santuários, nas galerias e nas pequenas celas monásticas da base, a multiplicidade de Budas e Bodishatvas colocava o visitante frente à desordem religiosa que acompanhava as transformações revolucionárias do budismo da época.

Hsuan-tsang, um dos peregrinos chineses letrados que passaram por Bamyán no século VII, afirmou ter

*Os Budas
gigantes em
pedra vermelha,
hoje, são
apenas memória*

encontrado ali mais de mil sacerdotes distribuídos por numerosos mosteiros, o que demonstra a forte implantação que o budismo então alcançara na região.

Imaginar o que seria a vida em Bamyán naqueles tempos apareceu-me como um desafio, tais as contradições entre a atmosfera de religiosidade dos mosteiros e o hedonismo que se manifestava nos motivos pictóricos e na justaposição de estilos arquitetônicos. Eram arcos trilobados, colunas encimadas por capitéis coríntios, divindades hindus desconhecidas.

Num dos afrescos do conjunto de galerias do Pequeno Buda podia ainda ver-se uma cena alusiva ao paraíso. Intrigava os historiadores e os críticos de arte. E por quê? O quadro projetava o visitante a um mundo de prazeres mais próximo do Renascimento italiano que do ascetismo budista.

Nessa pintura Buda e os Bodishatvas que o rodeavam não exibiam posturas rígidas; surgiam como figuras leves e graciosas. Em vez das túnicas monásticas vestiam roupas esvoaçantes. De um cenário de colunas e capitéis emergiam bailarinas e tocadoras de címbalos. Noutro plano, duas jovens nuas tocavam harpa e um estranho instrumento. Pelo estilo, o quadro lembrava obras da arte gupta, indiana. Mas as mulheres tinham rostos ovais, a pele branca e feições ocidentais, com o tipo dos antigos arianos, similar ao que se encontra nos baixos relevos kuchanos e nas pinturas dos oásis do Tarim, no Sinkiang chinês, outrora habitado por povos de olhos azuis e cabelos claros.

Como reagiriam os devotos budistas do século VII à atmosfera de sensualidade que envolvia ali a própria figura de Buda?

Provavelmente nunca obteremos uma resposta.

Essa prodigiosa lição de história, plasmada nos afrescos de Bamyán e presente na pedra vermelha dos Budas Gigantes, é hoje apenas memória.

Os fanáticos integristas da seita-Estado Talibán não se desculpam, aliás, por terem arrasado monumentos únicos que eram patrimônio da humanidade. Estão orgulhosos pela sua proeza de modernos vândalos.

A mesma horda bárbara que arrancou da sede da ONU em Kabul, onde estava asilado, o ex-presidente Muhammad Najibullah, um revolucionário comunista, para o pendurar num poste depois de abatido com requintes de selvageria – essa seita de inimigos da cultura e da condição humana foi guindada ao poder no Afeganistão com a ajuda e o dinheiro dos Estados Unidos. Não posso esquecer essa lição de história.

Recordar os Budas de Bamyán, incrustados na falésia vermelha, reforça em mim o respeito pela maravilhosa criatividade do homem que permitiu a diferenciação e a fusão das culturas como alavanca do progresso ao longo do processo civilizatório.

E reforça simultaneamente a certeza de que a barbárie dos fundamentalistas de Kabul – que odeiam a cultura, pulverizaram os Budas de Bamyán e deceparam os seios de mulheres sem véu – não se teria implantado como tragédia histórica no Afeganistão martirizado sem a cumplicidade de um sistema de poder gerado numa sociedade civilizada, mas que pelos seus objetivos e dinâmica, configura, ele também, cada vez mais, uma agressão a princípios e valores eternos. 

Miguel Urbano Rodrigues é jornalista.

Neoliberalismo e liberdade do capital

(parte II)

Aldo Arantes

O Estado só é mínimo, na verdade, para os pobres. Para os ricos, ele é máximo. É mínimo para os países dependentes e máximo para os países dominantes

Inúmeros intelectuais criticam hoje o neoliberalismo. Dentre eles, destaca-se Perry Anderson. Analisando o caminho percorrido pelo neoliberalismo, o autor afirma que este nasceu logo após a II Guerra Mundial “como reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social”. (1) Mostra o caminho pelo qual as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno, afirmando:

“A CHEGADA da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral do movi-

Este texto é parte de um trabalho apresentado à cadeira de Teoria Política Contemporânea, do Departamento de Ciência Política da UnB, em novembro de 2000. A última parte será publicada na próxima edição.

mento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com a sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais”.

Para enfrentar essa situação o neoliberalismo propunha um Estado capaz de romper com o poder dos sindicatos, controlar o dinheiro, reduzir os gastos sociais e a intervenção na atividade econômica. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema. Para isto, a disciplina orçamentária era indispensável, através dos cortes de gastos com o bem-estar social e a “restauração de uma taxa ‘natural’ de desemprego” e de uma reforma fiscal com a redução de impostos sobre os rendimentos altos e sobre as rendas. Assim uma “nova e saudável desigualdade” voltaria a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge”. (2) A hegemonia desse programa levou mais de dez anos para se consolidar. Em 1979 a política neoliberal foi colocada em prática na Inglaterra, com Margaret Thatcher, e em 1980 nos Estados Unidos, com Ronald Reagan.

A adoção dessa política conduziu a uma queda da inflação e a um aumento da taxa de lucros das indústrias. A razão principal dessa transformação foi “a derrota do movimento sindical, expressado na queda drástica do número de greves durante os anos 80 e numa notável contenção dos salários”. (3) Todavia esse aumento de lucratividade não representou um crescimento dos investimentos, mas sim uma ampliação da esfera especulativa. A “desregulamentação financeira” criou condições “mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva”. Diz Perry Anderson: “Economicamente, o neoliberalis-

mo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muito dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestabilizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito, num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para seus princípios”. (4)

Atilio A. Boron, em seu livro *Estado, capitalismo e democracia na América Latina* faz acurada análise crítica do neoliberalismo. Critica o ponto de vista de Milton Friedman de que a ordem social se reduz ao mercado e de este se basear na cooperação voluntária dos indivíduos enquanto o Estado se baseia na coerção. Ou seja, “o mercado representa a harmonia social, o consenso e a liberdade; o Estado – e a política – a esfera da imposição e do conflito”. (5) Por isso, é necessário impedir o crescimento do Estado.

O autor se refere a Marx quando este afirmava que no mercado se encontram dois tipos de proprietários de mercadorias: os empresários donos do dinheiro e dos meios de produção e os trabalhadores assalariados, donos de sua força de trabalho, despojados dos meios de produção e de uma subsistência independente.

Boron critica Friedman, por seu caráter doutrinário e pela falta de rigor científico ao não levar em conta uma enorme massa “de pesquisas sobre a monopolização da economia capitalista, e por se preocupar muito mais com o “monopólio da força de trabalho”. Ele mostra que a monopolização da economia retira do mercado o papel de mecanismo ordenador da vida econômica do capitalismo.

Segundo Marx, o próprio mercado gera o monopólio. A competição econômica não é um atributo eterno, mas se relaciona a uma fase determinada do capitalismo: o capitalismo mercantil. O mito do mercado auto-regulado é artifício ideológico, pois “sempre requereu o auxílio do Estado”. As classes dominantes jogam “com cartas marcadas no jogo supostamente ‘neuro’ do mercado”. (6)

Falando do Estado keynesiano, tão duramente criticado pelos neoliberais como intervencionista, Boron mostra que o mesmo surgiu de uma necessidade econômica para a “reanimação e estabilização da acumulação capitalista” e de uma necessidade política de enfrentar a revolução e criar “uma ordem burguesa estável e legítima”.

Discorrendo sobre a crise fiscal que, segundo os neoliberais, é causada pela ‘sobrecarga’ de demandas sociais, o autor destaca que o caminho adotado para combater a crise é o corte drástico nas conquistas sociais e o redimensionamento do papel do Estado. Todavia, indaga se a “volta ao mercado não implica por acaso na violenta restauração do darwinismo social” e se seria possível este caminho sem afetar seriamente a democracia. (7)

Boron suscita uma questão-chave e mostra que neoliberalismo conduz a graves conseqüências no campo econômico e social – como também no terreno político. O combate às “reivindicações exacerbadas do povo” conduz à adoção de medidas restritivas no campo político. Não é coincidência o fato de, junto com as “reformas estruturais” no terreno econômico e social, surgir a reforma política com o objetivo de assegurar a “governabilidade”, ou seja, visando assegurar a continuidade da implantação da política neoliberal.

Michel Chossudovsky em seu livro

A globalização da pobreza, estudo sobre as conseqüências da política neoliberal sobre os países em desenvolvimento, mostra como se desenvolveu em todo o mundo um “consenso político” sobre a política macroeconômica e a adoção, pelos governos da maioria dos países, da agenda política neoliberal. Falando do papel das instituições internacionais na implementação desta política, afirma:

“O FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) são estruturas administrativas, são órgão reguladores operando dentro de um sistema capitalista e respondendo a interesses econômicos e financeiros dominantes. O que está em jogo é a capacidade dessa burocracia internacional para supervisionar as economias nacionais por meio da deliberada manipulação das forças do mercado”. (8)

Mostrando que a economia global é regulada pela cobrança da dívida o autor afirma que o seu pagamento é feito à custa do sufocamento das economias nacionais e do agravamento das condições de vida do povo. Além disso, que os programas de “estabilização macroeconômica” e “ajuste estrutural” impostos pelo FMI e Banco Mundial têm levado “centenas de milhões de pessoas ao empobrecimento”. (9)

Entre as medidas de estabilização cita a desvalorização da moeda, a liberação dos preços, a desindexação salarial, a austeridade orçamentária. Modelo esse fartamente conhecido no Brasil! A reforma estrutural se relaciona com a liberalização do comércio, a privatização de empresas estatais, a reforma fiscal, a desregulamentação do sistema bancário, a liberalização do movimento de capitais e a privatização dos setores de educação e saúde.

O autor analisa a gravidade das con-

seqüências da política neoliberal para os países dependentes. As “condicionalidades” impostas pelo FMI conduzem a um processo de desnacionalização e desmonte das economias nacionais. Tudo feito a pretexto da “modernização”. Na realidade, essa formulação procura esconder dos povos a adoção de uma política cujo objetivo principal é resgatar os compromissos com os credores internacionais. Os interesses do país e do povo ficam completamente subordinados.

Estado e mercado

As opiniões de F. A Hayek e Milton Friedman, em essência – como se pode depreender de seus escritos –, se voltam contra o socialismo, o Estado de bem-estar social e em favor da defesa do capitalismo. Uma economia de mercado sem limitações impostas pelo Estado, mas garantindo as “regras do jogo” e assegurando o processo da acumulação capitalista.

A síntese desse pensamento tem sido expressa no slogan “mais mercado e menos Estado”. Todavia os fatos indicam que a proposta neoliberal, na verdade, propõe um Estado mínimo para os pobres e um Estado máximo para os ricos – mínimo para os países dependentes, máximo para os países centrais.

O pensamento neoliberal parte de falso pressuposto em suas análises: fala do “livre mercado” como base de toda sua reflexão teórica. Porém, se era essa uma realidade da fase do capitalismo competitivo, hoje, já não é mais – vivemos, há muito, na fase monopolista do capital em que a “livre competição” é substituída pela ação dos monopólios.

Os monopólios surgem como conseqüência do próprio desenvolvimento do capitalismo. Como seu objetivo essencial é o lucro, esse sistema se organiza no sentido da concentração e

do monopólio como forma de aumentar a escala de produção, reduzir os custos, aumentar o volume de comércio para ampliar a margem de lucros. Todavia os neoliberais procuram negar ou minimizar tal realidade.

Segundo Hayek, “o recente crescimento do monopólio resulta em grande parte de uma colaboração internacional entre o capital organizado e o trabalho organizado”. (10) Friedman procura minimizar a importância do monopólio: “Tenho a impressão de que existe convicção bastante geral de que o monopólio é bem mais importante do que sugerem os estudos feitos e que vem crescendo nas últimas décadas”. (11) E chega ao absurdo de afirmar que “enquanto não parece ter havido nenhum aumento muito significativo da importância do monopólio empresarial nos últimos cinquenta anos, houve certamente aumento da importância do monopólio do trabalho”. (12) Evidentemente esse esforço em minimizar o monopólio é decisivo para a fundamentação das teses de Hayek e Friedman. Caso contrário suas concepções de “livre mercado”, e de “livre cooperação”, na esfera do comércio, vão para o espaço.

Atílio Boron contesta o “livre comércio” e a “mão invisível do mercado” afirmando:

“O resultado dessa crescente presença de grandes monopólios é a progressiva desarticulação e fragmentação do mercado como mecanismo ordenador da vida econômica do capitalismo. Os preços já não se formam ali, mas são ‘administrados’ por um punhado de grandes corporações (...) como é possível sustentar a tese da vigência do mercado e a superstição da ‘mão invisível’ quando se sabe que – segundo estimativa mínima – entre 35% e 45% do total da produção do setor privado norte-

americano em 1973 foram produzidos por um pequeno conjunto de empresas que tinham o controle quase total e sobre seus respectivos ramos industriais?”. (13)

Se os monopólios eram uma realidade há muitos anos atrás, com o chamado processo de “globalização da economia”, com as megafusões nas áreas dos bancos, empresas de telecomunicações, empresas de entretenimento, indústria automobilística e outras, só é possível negar esta realidade com justificativas ideológicas para tentar encobrir a realidade dos fatos. Heinz Dieterich afirma:

“O produto dos quinhentos grupos econômicos gigantes em 1994 atingiram o montante de 10 trilhões, 145 bilhões e 300 milhões de dólares, ou seja, 50% maior do que o PIB estadunidense; dez vezes maior do que o PIB da América Latina e Caribe em 1990 (...) das dez maiores companhias do mundo, seis são transnacionais japonesas, três estadunidenses e uma britânica/holandesa”. (14)

Além de não levar em conta a monopolização da economia em que os grupos maiores aniquilam os menores por meio de preços monopolistas e o processo de exploração que os países industrializados submetem os países fornecedores de matérias primas e produtos agropecuários por uma série de mecanismos entre os quais as injustas relações de troca; Hayek e Friedman não admitem a exploração do trabalho assalariado como o mecanismo do sistema capitalista para se apropriar do produto excedente produzido pelos trabalhadores, a mais-valia. É que por trás da troca de mercadorias existe uma relação entre homens que, por seu trabalho, incorporaram valor aos produtos fabricados. O desconhecimento da exploração do trabalho assalariado é explicitado por Hayek

ao afirmar que “o espírito da livre iniciativa é apresentado como indigno e o lucro como imoral, onde se considera exploração dar emprego para 100 pessoas”.

Friedman fala de dois meios de coordenar a atividade econômica: a coerção, “a técnica do Exército e do Estado totalitário moderno”, e a técnica da cooperação voluntária dos indivíduos, “a técnica do mercado”. Falar em cooperação voluntária num mercado monopolizado significa falar de algo que desapareceu há muito tempo, se é que existiu de forma tão pura assim.

Por outro lado, criticar a intervenção do Estado como imprópria ao capitalismo é, também, falsear a realidade. Como os próprios autores reconhecem, cabe ao Estado capitalista garantir as regras do jogo, ou seja, garantir a propriedade privada e a economia de mercado. A verdadeira coerção por ele exercida é contra aqueles que querem alterar essas regras.

A idéia de um Estado neutro que apenas garante as regras do jogo também não corresponde aos fatos. Na verdade o Estado capitalista sempre interferiu na esfera econômica com o objetivo de assegurar a máxima acumulação capitalista. Isso ocorreu nas fases iniciais do desenvolvimento capitalista e continua ocorrendo no presente. Ocorreu nos Estados Unidos, na Alemanha, no Japão e no Brasil, entre outros.

Falando sobre o assunto, Noam Chomsky afirmou:

“No mundo real os Estados Unidos nunca apoiaram mercados livres, desde sua história mais antiga até os anos Reagan, em que estabeleceram novos padrões de protecionismo e intervenção estatal na economia, contrariamente a muitas ilusões (...) Reagan aumentou a proporção da participação estatal na economia em

mais de 35% até o ano de 1983, um aumento de 30%, comparado com a década anterior. A guerra nas estrelas foi vendida ao público como ‘defesa’ e à comunidade empresarial como subsídio público para a tecnologia avançada. Se, de fato, as forças do mercado tivessem funcionado, hoje, não haveria uma indústria de aço automobilística estadunidense”. (15)

Na realidade o neoliberalismo é uma versão moderna do velho liberalismo. A política neoliberal de acumulação do capital – ao não levar em conta os graves problemas econômicos e sociais, aprofundar a miséria, conduzir à recessão e ao desemprego – não é uma alternativa adequada para o desenvolvimento, mesmo nos marcos do capitalismo. Tanto que já começa e enfrentar dificuldades crescentes em todo o mundo.

Democracia e mercado

Os defensores do neoliberalismo procuram identificar *liberdade* com *liberdade econômica*, entendida como garantia da propriedade privada. Com isto afirmam que qualquer forma de limitação da propriedade representa um atentado à liberdade. Consideram, portanto, o capitalismo como o único regime social que assegura a liberdade. Friedman afirma:

“Vista como um meio para a obtenção da liberdade política, a organização econômica é importante devido ao seu efeito na concentração ou dispersão de poder. O tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade econômica, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo permite que um controle o outro”. (16)

Tais afirmações carecem de fundamento – como já foi visto – pois esse “capitalismo competitivo” há muito

deixou de existir e o Estado capitalista, longe de dispersar, concentra o poder nas mãos da burguesia, mantendo as “regras do jogo” e assegurando o processo de acumulação capitalista.

Nem mesmo a chamada divisão de poderes entre Legislativo, Executivo e Judiciário retira o fato insofismável de o Estado capitalista estar a serviço da burguesia, mesmo sendo um palco das lutas populares.

Na realidade a democracia formal, a democracia elitista, entra em contradição com o sistema capitalista, particularmente quando as massas se levantam para a conquista de seus direitos. Há uma diferença profunda entre a democracia formal e a democracia substantiva. Esta, exige uma distribuição mais igualitária dos bens materiais e culturais como condição de uma igualdade efetiva e de um exercício real da cidadania. A contradição entre a democracia e o Estado capitalista foi atenuada com o Estado de bem-estar social, voltando a se aguçá-la com a política neoliberal de desemprego, corte de direitos sociais e restrições democráticas.

Sobre o assunto afirma Boron:

“A proposta neoliberal aparece obrigando-nos a optar entre o mercado e o Estado, como se sugere com muita insistência. Mas sabemos que é uma falsa alternativa, um mero instrumento ideológico e publicitário que em nada se coordena com o funcionamento ‘dos capitalismos realmente existentes’. Na realidade o neoliberalismo culmina em um dilema muito mais grave e, talvez por isso, muito menos explicado: mercado ou democracia. A democracia é o verdadeiro inimigo, aquilo que está no fundo da crítica anti-estatista do neoliberalismo. Não é o Estado a quem se combate, mas o Estado democrático. A cega opção pelo mercado é, ao mesmo

tempo, uma preferência contra ‘os riscos’ da democracia”. (17)

Sobre o mesmo tema e com o mesmo sentido Norberto Bobbio faz uma cáustica crítica:

“Pode-se descrever sinteticamente este despertar do liberalismo através da seguinte progressão (ou regressão) histórica: a ofensiva dos liberais voltou-se historicamente contra o socialismo, seu natural adversário na versão coletivista (que é de resto o mais autêntico); nestes últimos anos, voltou-se contra o estado do bem-estar, isto é a versão atenuada (segundo uma parte da esquerda também falsificada) do socialismo; agora é atacada a democracia, pura e simplesmente. A insídia é grave”. (18)

Tais formulações deixam claro o ponto de vista dos críticos do neoliberalismo: ele se volta não somente contra os direitos sociais, gera o desemprego, debilita os países dependentes, mas também se volta contra a democracia. A implementação do neoliberalismo é incompatível com a luta do povo pela melhoria de sua condição de vida. Assim, adotar medidas restritivas à democracia é uma condição para dar continuidade ao projeto neoliberal.

A discussão da relação entre a liberdade e a igualdade vem de muito tempo. A revolução francesa tinha como lema “liberdade, igualdade e fraternidade” – da burguesia no combate ao feudalismo. A conquista da igualdade jurídica foi um importante passo dado pela humanidade. Hoje as Constituições, mesmo de países capitalistas, incorporam certos direitos sociais. No entanto os neoliberais consideram residir nesses direitos uma das mais importantes causas da crise vivida pelo sistema capitalista e se aferram à idéia da igualdade formal. Porém, não há efetiva liberdade sem que haja um certo grau de igualdade.

Sobre esta questão afirma Hayek:

“O Estado de Direito, no sentido de regime de Direito formal – e não concessão pela autoridade de privilégios legais a determinados indivíduos – salvaguarda a igualdade perante a lei, que é a antítese do governo arbitrário. Uma consequência disso – contraditória apenas na aparência – é que essa igualdade formal perante a lei conflita e é de fato incompatível com qualquer atividade do governo que vise a uma igualdade material ou substantiva entre os diferentes indivíduos, e que qualquer política consagrada a um ideal substantivo de justiça distributiva leva à destruição do Estado de Direito”. (19)

Sobre o mesmo assunto, diz Friedman:

“O liberal fará, portanto, uma distinção clara entre igualdade de direito e igualdade de oportunidades, de um lado, e igualdade material e igualdade de rendas de outro. Pode considerar conveniente que uma sociedade livre tenda, de fato, para uma igualdade material cada vez maior. Mas considerará esse fato como produto secundário desejável de uma sociedade livre – mas não como sua justificativa principal. Já que defende a igualdade defenderá o direito de tirar de alguns para dar a outros, não como um meio efetivo pelo qual ‘alguns’ poderão alcançar seu próprio objetivo, mas na base da necessidade da ‘justiça’. Neste ponto a igualdade entra imediatamente em conflito com a liberdade, sendo preciso escolher. Um indivíduo não pode ser igualitário, neste sentido, e liberal ao mesmo tempo”. (20)

A idéia oposta à dos liberais se expressa no sentido de só existir uma efetiva liberdade com um certo grau de igualdade. Tal ponto de vista foi desenvolvido por Rousseau que combatia a propriedade privada como instrumento dessa desigualdade. Em

seu livro, ressalta a existência de uma desigualdade natural ou física decorrente da idade, saúde, forças do corpo e qualidades do espírito e da alma e a desigualdade moral ou política. Tratando da origem das desigualdades materiais, afirmou:

“Desde o instante em que um homem sentiu necessidade do socorro de outro, desde que percebeu ser útil a um só contar com provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduziu-se a propriedade, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas transformaram-se em campos aprazíveis que se impôs regar com o suor dos homens e nos quais logo se viu escravidão e a miséria germinarem e crescerem com as colheitas”. (21)

Marx formulou o ponto de vista de uma sociedade capaz de combinar a liberdade com a igualdade ser a sociedade socialista, e a condição essencial para isto seria a apropriação social dos meios de produção. O fim da propriedade privada dos meios de produção, segundo Marx, é o caminho para a superação das classes sociais e da opressão de classes.

A concepção liberal tem por base o individualismo metodológico. Por isto absolutiza o papel do indivíduo e não reconhece o homem como um ser social. Parte de uma falsa concepção de que os homens se incorporam livremente ao mercado. Tal ponto de vista se contrapõe à realidade da vida de os homens viverem em sociedade e, se suas atitudes têm uma margem de opção individual, estas são condicionadas por uma estrutura social, econômica e cultural determinada. E o chamado bem-comum, o interesse coletivo, não é uma mera somatória dos interesses individuais. A solução para os problemas sociais, coletivos, tem de ser dada por uma instância que expresse esses interesses; no caso o

Estado – um Estado verdadeiramente democrático.

O processo histórico tem mostrado que o mercado não regula a sociedade de forma a bem resolver os problemas sociais. Pelo contrário, as chamadas leis cegas do mercado na verdade favorecem os grandes contra os pequenos, as grandes nações contra os países dependentes. Essa liberdade é a falsidade que conduz ao agravamento dos problemas sociais.

A prática da política neoliberal tem evidenciado não somente o desmonte do Estado nos países dependentes, como também o agravamento das condições de saúde, educação e segurança social. A questão do meio-ambiente é outro aspecto que mostra os malefícios da política de mercado: o mundo enfrenta um grave problema do esquentamento da calota polar em decorrência da emissão excessiva de poluentes; no entanto, os Estados Unidos, maiores causadores deste fenômeno, defensores do neoliberalismo, não aceitaram assinar um acordo internacional para limitar essa emissão.

Segundo Milton Friedman, só é possível democracia no sistema capitalista e uma “sociedade socialista não pode ser também democrática”. E a razão fundamental seria que o socialismo coloca em cheque a propriedade privada e tem sua economia planificada.

Na verdade o socialismo se confunde com uma democracia efetiva, com uma democracia substancial e não somente formal – e o fato de os socialistas fazerem uma distinção entre a democracia formal, jurídica, e a democracia substancial não deve levar a um menosprezo da democracia formal, do Estado de Direito. Uma sociedade socialista tem de ter regras claras – verdadeiramente democráticas – que assegurem os

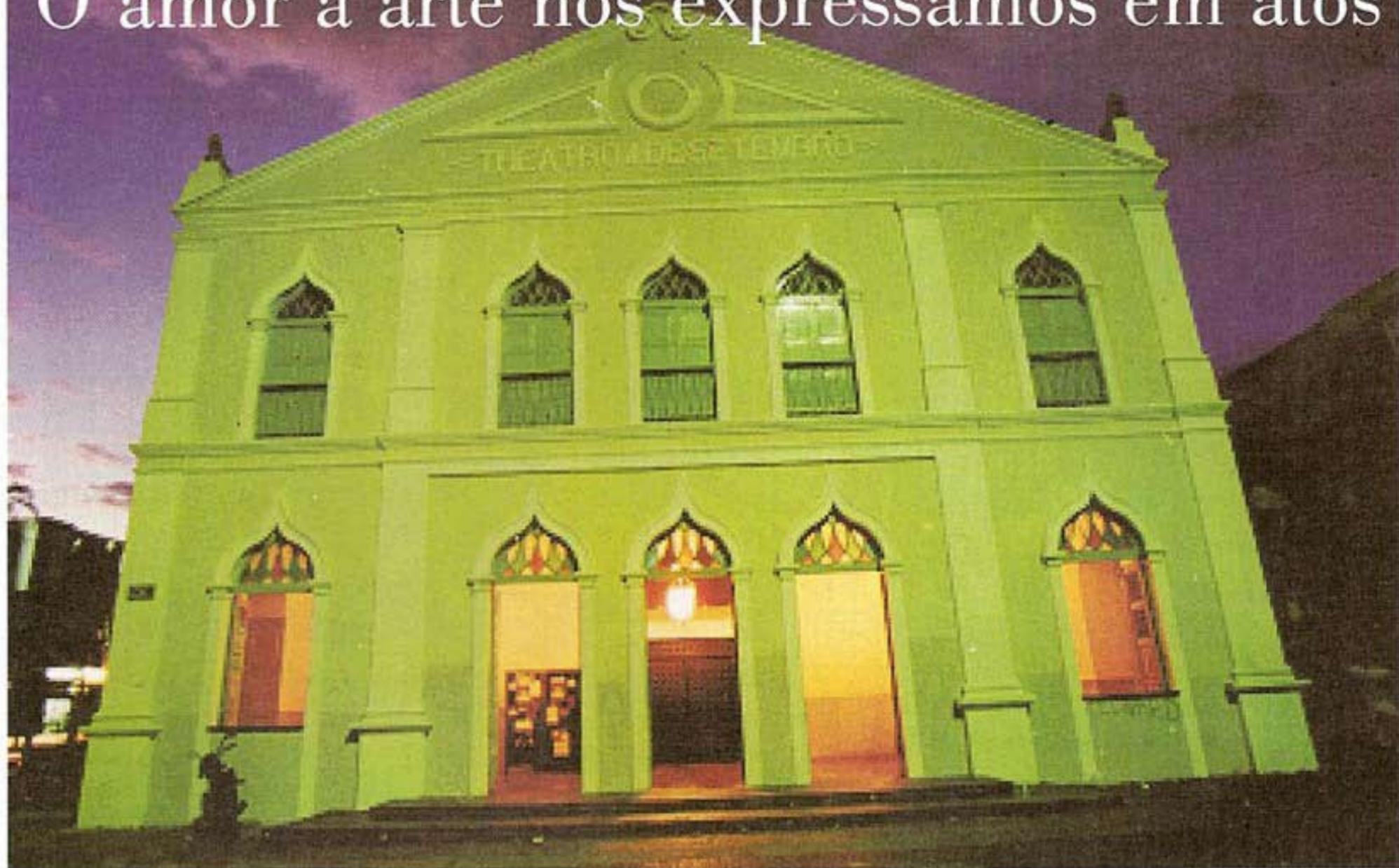
direitos coletivos e garantam também os direitos individuais. 

Aldo Arantes é deputado federal pelo PCdoB/GO, advogado e mestrando em Ciência Política pela UnB.

Notas

- (1) ANDERSON, Perry. “Balço do neoliberalismo”. p. 9 in Boron, Atílio e Sader, Emir (orgs.) – *Pós-neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- (2) *Ibid.* Ibidem. p. 11.
- (3) *Ibid.* Ibidem. p. 15.
- (4) *Ibid.* Ibidem.
- (5) BORON, Atílio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. p. 56. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- (6) *Ibid.* Ibidem. p. 68.
- (7) *Ibid.* Ibidem. p. 81
- (8) CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza*. 1a. ed. p. 12. São Paulo: Editora Moderna, 1999.
- (9) *Ibid.* p. 26.
- (10) HAYEK, F. A.O caminho da servidão. 5a. ed. p.181 Editora Instituto Liberal.
- (11) FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. 2a. ed. p.113. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1985.
- (12) *Ibid.* Ibidem. p. 125.
- (13) BORON, Atílio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*, p. 18. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- (14) DIETERICH, Heinz. “Globalización, educación y democracia”. In *La sociedad global* p. 48 e 49. Buenos Aires, Argentina: Editorial 21, 1999.
- (15) CHOMSKY, Noam e Heinz Dieterich. *La sociedad global* p 29 e 31. Buenos Aires, Argentina: Editorial 21, 1999.
- (16) FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. 2a. ed. p. 18. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1985. Cap. e Liberdade p. 18.
- (17) *Op. cit.* p. 82.
- (18) BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. 4a. ed. p. 124 São Paulo: Editora Paz e Terra, 1989.
- (19) *Op. cit.* p. 91.
- (20) *Op. cit.* p. 177.
- (21) ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade*. Vol II p. 94. Trad. de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

O amor à arte nós expressamos em atos



Em Teresina, o Centro Cultural Integrado Pedro II, que compreende o Clube dos Diários - com galeria de arte, sala de cinema e vídeo e palco ao ar livre - e o Teatro 4 de Setembro, foram dotados de todo conforto e infraestrutura para abrigar as mais variadas manifestações artísticas. A arte é a expressão mais legítima de um povo e no Piauí, talento e criatividade têm endereço certo. O Centro Cultural Integrado Pedro II é uma conquista do trabalho e determinação daqueles que acreditam no poder transformador e revolucionário da arte.

Assim declaramos o nosso amor: com atos.

Porque no Piauí é assim.

GOVERNO DO
 **PIAUI**
o Povo é o Poder



Ensınamentos da Comuna de Paris

Silvio Costa

*Ela manteve o poder por apenas 72 dias,
mas deixou um legado de heroísmo
e lições que continuam válidos*

As avaliações dos acontecimentos revolucionários levam, em geral, a diferentes análises, algumas até mesmo contraditórias. Em relação à Comuna de Paris, por seu caráter de classe e socialista, há diferentes avaliações, colocando em posições extremas os reacionários – com disposições contrárias, criticando-a radicalmente –, e os “idealistas”, que a glorificam. Mas, uma análise menos apaixonada e mais objetiva nos permite compreender que sua ressonância e suas consequências ultrapassam em muito seus limitados 72 dias de existência.

ALGUMAS das debilidades explicitadas pela *Comuna* já haviam sido apontadas por Marx e pela *Internacional* que, ao considerar que as condições históricas não comportavam naquele momento uma revolução de caráter popular e socialista, chamavam a atenção para as debilidades organizativas, para o perigo do isolamento político do proletariado de Paris e para a superioridade numérica das tropas da reação. Haviam, até mesmo, se manifestado contra a deflagração da insurreição parisiense.

Do ponto de vista político foram vários os erros cometidos, em geral pela benevolência e “liberalidade” diante do inimigo de classe e pela ausência de uma organização e de um



comando político centralizado, que contribuíram para a falta de unidade política entre as diferentes iniciativas do Conselho da *Comuna* e de seu Comitê Central, o que repercutiu negativamente diante da unidade política da reação.

Os erros políticos da Comuna de Paris

Parte dos erros políticos tiveram por conteúdo a visão ideológica de profundo respeito à propriedade burguesa, especialmente ao Banco da França.

“Um dos maiores erros da Comuna foi a reverência com que olhavam o Banco da França. E uma vez mais, grande parte deste erro foi devido à minoria. O banco armazenava gigantescas reservas de ouro da burguesia francesa, que estavam servindo para manter aos inimigos de Versalhes, ou seja, a contra-revolução. Na realidade conservou em seus postos o antigo diretor e os membros da antiga diretoria. Nomeou somente um comissário que tinha a responsabilidade de resguardar a segurança do capital da burguesia francesa. O banco tinha um total de três bilhões de francos em ouro, bilhetes e documentos. A quantidade representada somente em ouro e brilhantes era de 1,3 milhões de francos. Sob os olhos da *Comuna*, o Banco da França fornecia dinheiro sem nenhuma dificuldade ao governo de Versalhes. Se a *Comuna* tivesse tomado posse do banco, a burguesia francesa teria exercido pressão sobre o governo de Versalhes para exigir que assinasse um acordo com a *Comuna*. Houve também muitas divergências ideológicas: anarquistas, blanquistas, babeufistas e outras correntes pequeno-burguesas no seio da classe operária da época, dificultando a unidade de decisão em momentos cruciais do que se aproveitou a contra-

revolução para obter a vitória”. (MOURA, 1991: 43)

Do ponto de vista militar deve-se considerar que as inovações ocorridas nos instrumentos de destruição – invenção da metralhadora, ampliação do diâmetro dos canhões, ampliação dos efeitos destrutivos das granadas – e a urbanização de Paris com a destruição de muitas ruas estreitas e a construção de avenidas amplas, faziam com que desde 1848, as insurreições circunscritas aos espaços urbanos isoladas política e geograficamente já estivessem a priori destinadas ao fracasso. (BARBOSA, 1999: 5) A limitação da *Comuna* somente a Paris, a deflagração da insurreição sem um trabalho antecedente e sem sua ampliação a outras regiões e a concentração do poder destrutivo do Estado aristocrático-burguês, condenou-a à derrota, em que pese o heroísmo e a bravura dos *communards*.

Mas, apesar de suas debilidades e de sua derrota, aqueles que defendem uma perspectiva socialista não se limitam a apontar seus erros e buscam aprender com a experiência e extrair o máximo de ensinamento proporcionado por essa heróica insurreição proletária. Mesmo no limite da ordem aristocrático-burguesa é possível detectar alguns resultados devidos à *Comuna*: um diz respeito à própria França e outro à Alemanha unificada – aprendizado que proporcionou a Bismarck.

Assim, os governos monarquistas e autoritários da Alemanha e Áustria-Hungria, preocupados com a possibilidade de sublevações generalizadas das classes trabalhadoras, buscaram promover condições para uma mediação entre o Capital e o Trabalho, para uma colaboração de classes em que o Estado tivesse importante papel, delinearam um “Estado assistencial”, que



algumas décadas depois, caracterizaria o “Estado de bem-estar social”. Por “ironia da história” são os governos monarquistas autoritários da Alemanha e Áustria-Hungria que, temerosos diante da “onda vermelha” que ameaçava seus interesses de classe, iniciam a efetivar a presença e o controle estatal da questão operária e social.

A Comuna e o novo tipo de Estado

O proletariado, ao assumir o poder em Paris, frente à desorganização do aparato estatal, à submissão de grande parte do funcionalismo ao governo burguês-monarquista que se encontrava em Versalhes, e orientado por princípios democráticos e igualitários, compreende a necessidade de organizar novas instituições, pois as existentes não correspondiam ao novo poder que se estabelecia. Era necessário organizar um novo tipo de democracia, qualitativamente diferente da liberal-burguesa, no fundamental destinada à manutenção da sociedade de classes, da exploração e da opressão sobre a grande maioria da população.

O novo poder se baseava numa

nova forma de democracia, ampliada, que se voltava ao atendimento dos interesses da maioria da população, onde podemos destacar os seguintes aspectos: eliminação da separação de responsabilidades entre o Executivo e o Legislativo e organização de um único órgão representativo; estabelecimento de eleições para todos os cargos públicos; eliminação do político profissional – os representantes eleitos continuariam seus trabalhos profissionais – e estabelecimento do mandato revogável a qualquer momento, desde que o eleito não correspondesse à responsabilidade assumida com seus eleitores; substituição da polícia e do Exército permanentes pelo armamento popular; instituição dos tribunais populares; e organização das atividades político-administrativas e burocráticas de forma a garantir o controle dos operários e moradores em cada região. Os salários, nos diferentes

níveis da administração, foram estabelecidos segundo o salário médio dos operários, tornando-se uma eficaz barreira ao arrivismo e à caça aos altos empregos – sem falar na revocabilidade dos mandatos dos delegados aos corpos representativos que a Comuna igualmente introduziu. (MARX, 1977: 167) Essas medidas democráticas permitem às classes trabalhadoras exercer o controle de todas as atividades de governo.

Marx e Engels já elaboravam, a partir de experiências, revolucionárias ou não, uma nova concepção de Estado. Com a *Comuna de Paris* formulam a compreensão de que a efetivação da democracia econômica, social e política só é possível com a eliminação das relações e estruturas jurídico-políticas, burocráticas e militares, que correspondem à ditadura da burguesia. E, contrapõem à ditadura (=democracia) burguesa um novo tipo de Estado: a ditadura (=democracia) do

proletariado, que corresponde a uma nova forma de organização social, com a atribuição fundamental de criar condições materiais necessárias para a eliminação da sociedade de classes e para a construção da sociedade sem classes – a sociedade comunista.

Marx e Engels, com a análise da *Comuna de Paris de 1871*, formulam com base em estudos anteriores, as características essenciais do conteúdo de classes do Estado e a possibilidade de extinção das classes e construção de uma sociedade sem classes. Compreendem que em todas as sociedades existentes até então, após o surgimento da propriedade privada dos meios de produção, são baseadas na divisão em classes sociais antagônicas, engendradas pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção; a infraestrutura e a superestrutura; a aparência – mistificada –, com a qual se apresenta, e a essência – real – de classes do modo de produção.

O Estado burguês se apresenta assim, de forma sacralizada, como produto de um pacto social, um acordo tácito entre iguais, consolidado na Constituição, que estabelece direitos e deveres iguais, independente da cor de sua pele, sua ideologia, do poder aquisitivo – todos os indivíduos são “livres e iguais” diante da lei. Assim sendo, a Constituição, a Carta Magna – intocável para alguns, quando expressa seus interesses de classe –, fundada na igualdade jurídica de direitos como guardiã da igualdade no abstrato, em princípio é, de fato, a *legalização* – político-jurídica – da *desigualdade real*; e um instrumento de mistificação das relações – reais – entre as classes; velando assim, para que, na aparência, não seja explicitada sua essência, ou seja, as contradições sobre as quais se fundam as sociedades de classes.



O Estado, como expressão mistificadora dos antagonismos sociais, para manter-se, necessita de um conjunto de instituições aparentemente neutras e com funções meramente administrativas, mas, no fundamental, colocadas a serviço das classes proprietárias e dominantes, beneficiárias da ordem existente.

A centralização e a forma de organização – da hierarquia burocrática – do aparato estatal é consequência e corresponde ao desenvolvimento das forças produtivas e da divisão de trabalho – na fábrica, na organização burocrática do Estado, nos serviços – do que “deriva todo caráter despótico do exercício das tarefas do Estado: compartimentalização vertical descendente, ocultação do conhecimento dos funcionários (a preservação de seu conhecimento como segredo de Estado)” (SAES, 1994: 41), criando condições ideológicas – o burocratismo – necessárias à dominação e à reprodução das relações burguesas.

A hegemonia burguesa se afirma e conquista “legitimidade” quando incorpora em seu projeto reivindicações que superam seus interesses econômicos e políticos exclusivos e imediatos, exteriorizando-as como exemplos de universalidade de seu Estado. (GRAMSCI, 1978: 33) Ao incorporar e expressar essas reivindicações como “igualizadoras a todos os homens, qualquer que seja sua condição sócio-econômica, o Estado burguês cria a forma ideológica da cidadania. Isto significa que, sob o Estado burguês, todos os homens podem se sentir como se estivessem nas mesmas condições diante do Estado; ou seja, eles passam a se sentir como iguais uns aos outros enquanto elementos relacionados com o Estado. E significa também que, sob o Estado burguês, todos os homens se sentem envolvidos em uma relação impessoal com o

Estado. O efeito político principal da imposição de normas igualizadoras, assim como da criação da forma-cidadania pelo Estado burguês é a individualização dos membros das classes sociais antagônicas e a conseqüente atomização dessas classes sociais antagônicas”. (SAES, 1994: 129-130)

De fato, o Estado burguês, enquanto elemento de mistificação das relações de desigualdade e do antagonismo de classes, é um instrumento das classes proprietárias que o utilizam para assegurar-se do monopólio do poder econômico, político-jurídico, cultural e ideológico organizado para manter a opressão e a exploração da maioria da população: as classes trabalhadoras. Mas, o Estado contém em si diferentes contradições e não manifesta somente os aspectos abordados acima. “Para Marx, pois, o Estado não é só e exclusivamente um órgão da classe dominante; responde também aos movimentos do conjunto da sociedade e das outras classes sociais, segundo, é óbvio, a determinação das relações capitalistas. Conforme o grau de desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das forças políticas da sociedade, o Estado pode adquirir contornos mais ou menos claros, revelar-se mais ou menos diretamente vinculado aos interesses exclusivos da burguesia. Inclusive, há ocasiões em que pode ser totalmente capturado por uma facção da burguesia, assim como, em outra ocasião, pode ser politicamente (não economicamente) capturado por setores da classe média ou por militares”. (IANNI, 1988: 39)

O movimento popular e operário e, principalmente o proletariado na *Comuna*, chega por sua experiência histórica à compreensão de que o Estado, por mais democrático que

LA GRANDE CRUCIFIEE!!!



seja sua forma de governo, não representa alteração essencial no tipo de Estado ou em sua essência de classe. Em mais de um século de lutas, de revoluções e contra-revoluções, os ideais de *liberdade, igualdade e fraternidade*, de uma República social, não se transformaram em realidade mesmo nos períodos de maior democracia. O “traço essencial da democracia capitalista: os oprimidos são autorizados, uma vez cada três ou seis anos, a decidirem qual dentre os membros das classes dominantes será o que, no Parlamento, os representará e os esmagará!”. (LÊNIN, 1987: 109) “É diretamente, através do voto universal, que a classe proprietária domina. Enquanto a classe oprimida – no nosso caso, o proletariado – não está madura para promover sua própria emancipação, a maioria de seus membros considera a ordem social existente como a única possível e, politicamente, forma a cauda da classe capitalista, sua ala de extrema esquerda. Entretanto, na medida em que vai amadurecendo para a auto-emancipação, constitui-se como um partido independente e escolhe a seus próprios representan-

tes e não os dos capitalistas. (...) No dia em que o termômetro do voto universal registrar para os trabalhadores o ponto de ebulição, eles saberão – tanto quanto os capitalistas – o que lhes cabe fazer.” (ENGELS, 1984: 231)

A Comuna de Paris e a organização de um novo tipo de Estado

O proletariado na *Comuna de Paris*, ao confrontar-se com a violência institucional e organizada das classes proprietárias, elimina o serviço militar obrigatório, extingue o Exército permanente e proclama a Guarda Nacional proletária como única força armada, a que devem “pertencer todos os cidadãos válidos”. (MARX, 1977: 161) No esboço da organização estatal nacional, foi proposta a organização de Comunas em todo o país, as quais deveriam administrar as questões coletivas com a mais ampla participação e substituir o Exército permanente por “uma milícia popular, com um tempo de serviço extremamente curto. As Comunas rurais de cada distrito administrariam seus assuntos coletivos”. (MARX, 1977: 197)

Essa forma de organização *comunal* deve pressupor uma relação de complementaridade entre a descentralização e a centralização democrática, como garantia da unidade nacional. “A *Comuna* é o primeiro esforço da revolução proletária para demolir a máquina do Estado burguês; é a forma política, ‘finalmente encontrada’, que pode e deve substituir o que foi demolido”. (LÊNIN, 1987: 69-70)

A *Comuna de Paris*, ao se posicionar contrária à submissão da França e à entrega de Paris à dominação prussiana, não o faz movida simplesmente pelo sentimento nacional – forma em que se mostra concretamente a luta de



classes –, mas também por uma série de razões, as quais, naquele momento, colocavam com grande evidência que a luta de classes não se limita às fronteiras nacionais, a apenas um país – ela é internacional, conforme ficou demonstrado cristalinamente pelas posições assumidas pelo proletariado de Paris e pelas classes proprietárias francesas em aliança com as tropas prussianas de ocupação.

A organização proletária na *Comuna*, como primeiro passo à socialização dos meios de produção, desapropria, e entrega “às organizações operárias, sob reserva de domínio, todas as oficinas e fábricas fechadas, tanto nos casos dos patrões fugidos quanto de terem preferido suspender o trabalho”. (MARX, 1977: 203) Progressivamente, “a *Comuna* pretendia abolir essa propriedade de classe que convertia o trabalho de muitos na riqueza de alguns poucos. A *Comuna* aspirava à expropriação dos expropriadores. Pretendia fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravidão e de exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho

livre e associado. (...) A classe operária não esperava da Comuna nenhum milagre. Os operários já não têm nenhuma utopia já pronta para introduzir “*par décret du peuple*”. Eles sabem que para conseguir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a que tende irresistivelmente a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, terão de enfrentar longas lutas, toda uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm de realizar nenhum ideal, mas simplesmente libertar os ele-

mentos da nova sociedade que a velha sociedade burguesa agonizante traz em seu seio”. (MARX, 1977: 200)

A ditadura do proletariado, enquanto organização estatal transitória, expressa os interesses fundamentais da classe operária e das classes trabalhadoras em geral, por ser o instrumento para a eliminação da propriedade privada dos meios de produção e do capital; a destruição da sociedade de classes; a liquidação das classes exploradoras; e a construção da sociedade sem classes: o comunismo. “Assim, o conceito de ‘ditadura do proletariado’ significa, simplesmente, o poder de Estado (ditadura) da classe operária (do proletariado), que compõe junto com os outros trabalhadores, a maioria da sociedade. Como o objetivo maior da revolução proletária é exatamente superar a divisão da sociedade em classes, o Estado (como órgão de dominação) também deve ser superado. O reconhecimento de que até o poder político dos trabalhadores (como qualquer poder político) é uma ditadura, mantém a perspectiva de que se trata de um Estado transitório a ser superado, e não perpetuado”. (FERNANDES, 1990: 9)

A duração desse período de transi-

ção é determinada pela persistência e pela necessidade de superação de fatores econômicos, sociais, políticos, culturais etc. que impedem o pleno desenvolvimento das forças produtivas e dificultam a superação da escassez, da persistência das diferenças fundamentais entre a classe operária e o campesinato, entre o campo e a cidade, entre trabalho físico e trabalho intelectual; fatores que separam o capitalismo do comunismo.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a ditadura do proletariado – forma proletária do Estado socialista – corresponde à mais ampla democracia – aparência sob a qual é exercido o poder político – e é um poder estatal que, ao explicitar seu conteúdo de classe, se afirma como não-Estado e possibilita a criação de condições para sua extinção. É que democracia proletária serve para designar não só o Estado socialista-proletário, mas também, o componente não-estatal da dominação da classe proletária, ou seja, a necessidade de, no próprio momento em que se implanta o Estado socialista-proletário, começar a desestatização progressiva das tarefas administrativas e militares. Nesse nível específico, democracia proletária designa a esfera não-estatal: a gestão de massa, efetivada para as organizações de trabalhadores de cada unidade de produção particular e do conjunto do aparato produtivo; o desempenho direto, pela população armada, das tarefas de defesa nacional; a resolução pré-judiciária nos próprios lugares de trabalho (fábrica, fazenda) ou de habitação (bairros, quarteirão) dos conflitos interindividuais etc. (SAES, 1987: 31)

A persistência dessas características torna indispensável a planificação e intervenção estatal proletária para eliminar as diferenças e os restos das velhas relações entre as classes; diminuir, minimizar e eliminar

essas contradições. A ditadura do proletariado, enquanto organização estatal necessária ao período de transição do capitalismo ao comunismo, será extinta gradualmente, na medida em que ocorre o pleno desenvolvimento das forças produtivas e sejam criadas as condições objetivas e subjetivas para a extinção do Estado.

O Estado não é um fenômeno eterno. Surgiu e desaparecerá em determinadas condições históricas (econômicas, sociais, políticas). Não de uma hora para outra, inesperadamente, por decreto ou desejo subjetivo, mas, gradualmente, na proporção em que forem criadas as condições para a extinção das classes e a construção da sociedade sem classes, o comunismo.

Silvio Costa é professor de Sociologia e Ciência Política na Universidade Católica de Goiás, doutorando na Universidad Complutense de Madrid. Este texto é uma versão reduzida e com modificações do artigo "Concepção marxista de Estado", publicado como anexo no livro *Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto*, publicado pelas editoras Anita Garibaldi e da UCG em 1998 e relançado neste ano.

Referências

- BARBOSA, Walmir. "O prenúncio das revoluções." *Opção*, Ano V, nº 242, Goiânia, 16 a 22 de maio de 1999. Caderno Opção Cultural.
- COSTA, Silvio. *Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto*. São Paulo/Goiânia: Anita Garibaldi/Universidade Católica de Goiás, 1998.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Global, 1984.
- _____. Introdução à "Guerra civil na



- França". In MARX & ENGELS (1977): *Textos 1*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- FERNANDES, Luis. "Democracia: Valor Histórico". *Princípios*. São Paulo: Anita Garibaldi, nº 19, novembro, 1990.
- GONZÁLEZ GARCÍA, José M. *La máquina burocrática. (Afinidades electivas entre Max Weber y Kafka)*. Madrid: Visor, 1989. Colección La balsa de Medusa 29.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- IANNI, Octávio. *Dialética & Capitalismo. Ensaio sobre o pensamento de Marx*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MARX, Karl. *A guerra civil na França*. In MARX y ENGELS (1977): *Textos 1*, 3 Vol. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- MOURA, Clovis. "Paris, 1871: Revolução e Contra-Revolução". *Princípios*. São Paulo: Anita Garibaldi, maio-julho, nº 21, 1991.
- SAES, Décio. *Democracia*. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios).
- _____. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas, São Paulo: IFCH/Unicamp, 1994. (Col. Trajetória 1).

Os primeiros passos do Partido Comunista do Brasil (1922-1929)



Raul Carrion

O Partido surgiu em decorrência do crescimento da classe operária fabril, da falência das direções anarco-sindicalistas e do enorme prestígio da Revolução Russa de 1917

O surgimento do PC do Brasil não foi algo artificial, fruto da “vontade” de alguns indivíduos ou “uma idéia trazida de fora”, mas refletiu uma necessidade objetiva decorrente da evolução social do país e do amadurecimento da própria classe operária brasileira – correspondeu à sua transformação de “classe em si” em “classe para si”.

DECORREU, em primeiro lugar, da falência do anarco-sindicalismo, que dirigiu as grandes lutas do proletariado brasileiro na segunda década do século XX – como as greves gerais de 1917 e 1919 e a insurreição anarquista de 1918 – levando-as a um beco sem saída. Nesse sentido, o Partido é herdeiro direto dessas grandes mobilizações operárias.

Em segundo lugar, o surgimento do PC do Brasil é o resultado natural do amadurecimento político das lideranças mais avançadas do movimento operário brasileiro de então que – ao tomarem conhecimento da Revolução Russa, das conquistas do poder soviético e da teoria marxista – perceberam a impotência do anarquismo com o seu espontaneísmo, sua fluidez orgânica e seu apoliticismo. A Revolução Russa de outubro de 1917 colocou para eles, de forma clara, a questão da conquista do poder pela classe operária, a necessidade de um partido altamente organizado para dirigir essa luta e de uma teoria e um programa revolucionários. É nesse sentido que se pode falar da enorme influência da Revolução Russa na formação do PC do Brasil, atuando como “catalisadora” desse processo de amadurecimento interno.

Em terceiro lugar, o surgimento do PC do Brasil decorre do próprio crescimento e concentração da classe operária brasileira – fruto da aceleração da industrialização do país durante a I Guerra Mundial – que em 1920 já chegava a 300 mil trabalhadores, tendo seus maiores contingentes em São Paulo (28,3%), Rio de Janeiro (24,6%), Rio Grande do Sul (8,3%) e Minas Gerais (6,3%). Os trabalhadores das indústrias têxteis (40,7%) e alimentícias (18,8%) totalizavam 59,5% dos operários; 65,2% da classe operária trabalhavam em empresas com mais de 50 operários, caracterizando sua entrada na fase fabril, com

um grau razoável de concentração (as 482 fábricas com mais de 100 trabalhadores englobavam 55,1% da classe operária do país, com uma média de 331 operários por estabelecimento).

Como causa mais remota do surgimento do PC do Brasil, podemos considerar o acúmulo histórico das lutas do povo brasileiro, desde a época colonial – como a resistência dos quilombolas, a Inconfidência Mineira, a conspiração dos Alfaiates, a Balaiada, a Revolução Republicana de 1817, a Confederação do Equador, as revoluções Praieira e Farroupilha, a Revolta dos Malês, a Sabinada e a Cabanada, as lutas dos camponeses de Canudos e do Contestado, a Revolta da Chibata e tantos outros episódios –, de cujas tradições o Partido orgulha-se de ser herdeiro.

A fundação do Partido Comunista do Brasil

Em 1922 existiam inúmeros grupos comunistas em todo o Brasil. Particularmente ativo era o Grupo Comunista do Rio de Janeiro – criado por Astrojildo Pereira em 7 de novembro de 1921 – que mantinha contato com outros centros operários, divulgando as 21 cláusulas da Internacional Comunista (IC) e conclamando-os para que também formassem grupos comunistas. Em 1º de janeiro de 1922, Cristiano Cordeiro – que entre 1919-1920 havia criado em Recife o Círculo de Estudos Marxistas – funda o Grupo Comunista de Recife. Nesse mesmo mês, o Grupo Comunista do Rio de Janeiro lança a revista *Movimento Comunista*, tendo como objetivo “defender e propagar, entre nós, o programa da Internacional Comunista”. No início de 1922, Astrojildo vai ajudar a fundar um grupo comunista em São Paulo. No Rio Grande do Sul, o Grupo Comunista de Porto Alegre, liderado por Abílio de

Nequete, mantém desde 1921 contatos com a Internacional Comunista, através do PC do Uruguai, visando à criação do Partido Comunista do Brasil e a sua participação no IV Congresso da IC.

Finalmente, nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922, reuniu-se no Rio de Janeiro o Congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil. Estavam presentes 9 delegados, representando 73 filiados em todo o país: Abílio de Nequete, barbeiro de Porto Alegre, que também representava o PC do Uruguai e a Agência de Propaganda para a América do Sul da IC; Astrojildo Pereira, jornalista de Niterói; Cristiano Cordeiro, funcionário público de Recife; Hermogênio Silva, electricista e ferroviário de Cruzeiro (SP); João Jorge da Costa Pimenta, gráfico de São Paulo; Joaquim Barbosa, alfaiate do Rio de Janeiro; José Elias da Silva, funcionário público do Rio de Janeiro; Manoel Cendón, artesão alfaiate; Luiz Peres, artesão vassoureiro do Rio de Janeiro. Destes, 7 eram brasileiros natos, um era espanhol (Cendón) e um libanês (Nequete). Santos e Juiz de Fora, onde também havia grupos comunistas, não puderam enviar delegados.

Abílio de Nequete foi eleito para a secretaria geral a partir de uma indicação de Astrojildo Pereira, possivelmente em deferência à maior antiguidade da “União Maximalista de Porto Alegre”, e por sua relação com o PC do Uruguai e com o Bureau da IC para a América Latina.

Não foi aprovado nenhum documento de análise da realidade ou de orientação política. Como não existia legislação específica para os partidos políticos, o PC do Brasil foi registrado como sociedade civil, publicando os seus Estatutos no Diário Oficial da União de 7 de abril de 1922.

Os primeiros combates

Três meses depois da fundação do PC do Brasil, em 5 de julho de 1922, eclode o Levante do Forte de Copacabana, iniciando o assim chamado “ciclo tenentista” – reflexo entre os militares da crescente insatisfação da pequena burguesia urbana e de setores da própria burguesia frente à República Velha. É decretado o Estado de Sítio no Distrito Federal e no Rio de Janeiro. Mesmo o Partido estando alheio aos acontecimentos, a polícia aproveita para invadir e fechar a sua sede, colocando-o na ilegalidade apenas três meses após sua fundação. Solto no dia seguinte à sua prisão, e ameaçado pela polícia, Abílio de Nequete retorna a Porto Alegre. Astrojildo Pereira é escolhido para substituí-lo na secretaria geral, posto que exerceu até novembro de 1930, com um interregno em 1929, quando passou um ano em Moscou.

Tendo em vista a realização do IV Congresso da IC em fins de 1922, a Comissão Central Executiva indicou Antonio Canellas para representá-la em Moscou. Impregnado de idéias reformistas e de resquícios da ideologia anarquista, Canellas deixou péssi-

ma impressão na liderança da IC, que não aceitou a filiação do PC do Brasil, mantendo-o como partido simpatizante. Só em abril de 1924, o Partido será admitido na Internacional, depois que o dirigente comunista argentino Rodolfo Ghioldi aqui esteve, como delegado da Comissão Executiva da IC, para verificar pessoalmente a situação do Partido.

O ano de 1922 encerra-se com um relativo avanço organizativo do Partido, que passa dos 73 membros originários, para cerca de 250 filiados – dos quais, 123 no Rio de Janeiro e em Niterói. A adesão de Octávio Brandão – conhecido intelectual progressista, até então vinculado ao anarquismo – é um importante reforço. Ele é indicado para a Comissão Central Executiva, assumindo em abril de 1923 as tarefas de agitação e propaganda. Em maio de 1923, o número dos militantes se eleva a 300.

Uma das primeiras preocupações dos comunistas é a criação da imprensa partidária. A revista *Movimento Comunista* é transformada em seu órgão oficial, publicando 13 números em 1922, num total de 390 páginas, com tiragem anual de cerca

de 15 mil exemplares. Em 1923, são editados outros 12 números, sendo o último de junho de 1923. A partir daí a repressão da polícia política do governo de Arthur Bernardes impede a sua circulação.

Em julho de 1923, o nº 27 do jornal *Voz Cosmopolita*, inicia a publicação – pioneira no Brasil – do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, com tradução de Octávio Brandão. A publicação do *Manifesto* só é concluída na edição nº 36, de dezembro de 1923. Caberá aos comunistas gaúchos publicar pela primeira vez, sob a forma de folheto, essa tradução do *Manifesto Comunista*, em edição com tiragem de 3 mil exemplares (1924).

Em 1º de maio de 1925, o PC do Brasil lança como seu órgão central o jornal *A Classe Operária*. Seu primeiro número sai com 5 mil exemplares, que esgotam-se rapidamente. A partir daí, o jornal semanário continuou ampliando a sua tiragem, chegando a 9 mil exemplares em seu nº 9 e, 11 mil, no nº 12. São organizados comitês de *A Classe Operária* e equipes de propagandistas e pacoteiros nas fábricas e oficinas. Grupos de operários entregavam um dia de trabalho mensal para sustentá-lo; alguns sindicatos aprovaram auxílios financeiros; e foram realizados mutirões de venda do jornal nas principais fábricas. A venda nas bancas passa de mil jornais por edição.

A Classe Operária é fechada pela polícia antes de poder publicar o seu décimo terceiro número, programado para 25 de julho de 1925. Mais uma vez, as classes dominantes brasileiras mostram o seu reacionarismo, não permitindo sequer três meses de liberdade para a imprensa comunista. *A Classe Operária* só retornará em 1º de maio de 1928.

No movimento operário, os comunistas defendem os sindicatos por indústria, a unidade sindical e a cen-



Relançamento do jornal *A Classe Operária* (1928)

tralização sindical. Reorganizam a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, dirigem com êxito importantes greves – como a dos gráficos de São Paulo (1923). Em fins de 1925, propõem a criação da CGT. Em 1926, conquistam o importante sindicato dos têxteis do Rio de Janeiro.

O II Congresso do Partido Comunista do Brasil

O II Congresso do PC do Brasil ocorre no Rio de Janeiro, entre 16 e 18 de maio de 1925. Além de 6 membros da antiga Comissão Central Executiva, participam do Congresso delegados das organizações do Rio de Janeiro e de Niterói (5), de Pernambuco (2), de Santos (2), de São Paulo (1) e de Cubatão (1); deixou de comparecer a delegação do Rio Grande do Sul.

As resoluções políticas aprovadas – baseadas nas opiniões que Octávio Brandão desenvolvera em seu livro *Agrarismo e industrialismo* – afirmam que as revoltas armadas de 1922 e 1924 eram ações revolucionárias “do tipo pequeno-burguês” e refletem a contradição básica “entre o industrialismo e o agrarismo”; e que haveria uma “terceira revolta”, a qual os comunistas deveriam apoiar buscando hegemonizá-la. Nessa direção, superestimava-se o papel progressista da burguesia industrial e subestimava-se o papel do campesinato.

1927: os comunistas vão às massas

Em 31 de dezembro de 1926 expirou o prazo do estado de sítio, que não foi renovado. A vida política do país retornou à normalidade e o Partido voltou a ter uma atuação legal.

Em fins de 1926, o jornalista Leônidas de Resende – dono do diário *A Nação* e simpático às idéias comunistas – procura a direção do PC do Brasil e propõe retomar a sua publica-



Manifestação do 1º de maio (1925)

ção como órgão do Partido. O primeiro número saiu em 3 de janeiro de 1927, ostentando a foice e o martelo e o dístico “Proletários de todos os países, uni-vos!”. Na sua direção estavam três dirigentes do PC do Brasil, além de Rezende. No dia 5 de janeiro, *A Nação* publica uma “Carta Aberta” propondo a formação do Bloco Operário para as eleições de 24 de fevereiro para o Congresso Nacional. Respondem favoravelmente o deputado Azevedo Lima, o Centro Político Proletário da Gávea e o Centro Político Proletário de Niterói.

O *Bloco Operário* apoiou no 2º Distrito a candidatura de Azevedo Lima e lançou no 1º Distrito o gráfico João da Costa Pimenta. O diário *A Nação* assumiu o comando da campanha eleitoral, que alcançou enorme repercussão. Durante oito semanas foi feito um intenso trabalho de agitação, propaganda e mobilização. Aberta às urnas, no 1º Distrito foram eleitos cinco situacionistas, o menos votado com 6.620 votos; Prestes obteve 3.141 votos e Pimenta 2.024. Mesmo não tendo sido eleito, Pimenta obteve uma votação considerável para a época e para a força real do Partido. Já no 2º

Distrito, os opositoristas Adolfo Bergamini e Azevedo Lima lideraram a votação, com mais de 11 mil votos. O resultado foi uma grande vitória do *Bloco Operário* e do Partido que pela primeira vez tinha no Congresso Nacional um representante eleito com o seu apoio.

Logo após as eleições, foi criada uma direção provisória da Juventude Comunista. Segundo Basbaum: “*A Nação* publicava papeletas de inscrição para a JC (...) em poucos meses já havíamos recebido mais de 100 inscrições, não somente do Rio, mas de outros estados (...) 90% dos membros da juventude comunista da época, se consistia de jovens operários de 15 a 19 anos”. (1)

O Partido volta-se para a organização do Congresso Sindical Regional do Rio de Janeiro. *A Nação* joga papel decisivo na sua convocação. Participam do Congresso, em abril de 1927, 36 sindicatos, 23 comissões de fábrica e 3 “minorias revolucionárias” de sindicatos contrários à unificação sindical. Em 1º de maio, é criada a Federação dos Trabalhadores Gráficos do Brasil, em reunião com representantes do DF, RJ, BA, PB, PA,

AM, SP e MG. Dois anos depois, em abril de 1929, será criada a CGT.

A lei celerada, o fechamento de *A Nação*, a criação do BOC

Colhida de surpresa num primeiro momento, a reação não estava disposta a tolerar a existência de um diário comunista, cuja influência crescia a olhos vistos. O governo elaborou no Congresso uma nova lei repressiva – a “lei celerada” – que, além de reprimir as greves, autorizava o fechamento de sindicatos, associações e entidades que “incidissem na prática de crimes ou atos contrários à ordem”, vedando a propaganda de suas idéias. A lei foi aprovada na Câmara dos Deputados no dia 28 de julho de 1927. No dia 11 de agosto, véspera da sua sanção pelo presidente da república, circulou o último número de *A Nação*, depois de completar quase 200 edições.

Sancionada a “lei celerada”, o Partido passou novamente à ilegalidade. Baseada na experiência exitosa do *Bloco Operário*, a direção partidária decidiu estendê-lo a todo o

país, utilizando-o como cobertura legal para a atuação dos comunistas entre as massas. *O Bloco Operário* foi transformado em *Bloco Operário Camponês* (BOC), organizando-se em centros locais permanentes com estatutos e direção próprias, sob a direção do Partido.

Ainda em 1927, é mantido o primeiro contato do PC do Brasil com Prestes, comandante da Coluna Invicta. Em fins de dezembro, Astrogildo Pereira propõe a Prestes uma aliança entre os comunistas e os combatentes da Coluna Prestes, ou seja “entre o proletariado revolucionário sob a influência do Partido Comunista e as massas populares, especialmente as massas camponesas, sob a influência da Coluna e do seu comandante”. (2) Nessa ocasião, Astrogildo passa a Prestes farta literatura marxista.

Nas comemorações do 1º de Maio de 1928, é relançado o jornal *A Classe Operária*, que continuou como semanário até o final de 1929, calculando-se que nessa segunda fase sua tiragem normal foi de 15 mil exemplares por edição.

Nas eleições municipais de outubro de 1928, o BOC lança Everardo Dias, em São Paulo, e João Freire de Oliveira, em Santos. Everardo obtém uma baixa votação. Freire, apesar de não se eleger, faz quase 5% dos votos. No Rio Grande do Sul, o BOC apresenta a candidatura de Plínio Gomes de Mello que obtém 584 votos, mais de 5% da votação. Mas, a grande vitória se dá nas eleições do Rio de Janeiro, onde os comunistas elegem 2 de 12 Conselheiros: o marmorista Minervino de Oliveira, com 7.692 votos, e Octávio Brandão, com 7.088.

O III Congresso do Partido Comunista do Brasil

O III Congresso do Partido Comunista do Brasil realizou-se nos dias 29, 30 e 31 de dezembro de 1928 e 1, 2, 3 e 4 de janeiro de 1929, em Niterói. Dele participam 31 comunistas, dos quais 10 membros da antiga direção, 13 delegados de 6 organizações regionais, 2 da juventude comunista, 3 sem direito a voto e 3 observadores. Estavam representados os delegados de Pernambuco, Espírito San-



Delegados no Congresso de fundação do PC do Brasil

to, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Não enviaram delegados Minas Gerais e Bahia. Dos participantes 16 eram operários, 6 empregados, 6 intelectuais e 3 diversos.

Os dados do Congresso indicam que o número de efetivos do Partido chegara em torno de 800 membros, dos quais cerca de “400 atuavam no Rio de Janeiro (50 das 80 bases existentes). No estado de São Paulo, onde se concentrava parte considerável dos operários industriais do país, havia 80 membros; no Rio Grande do Sul, também 80 comunistas e jovens comunistas. (...) Pernambuco (...) a organização tinha 65 membros organizados em 12 células”. (3) Em outro informe, do primeiro semestre de 1928, à IC, a direção do PC do Brasil informava que dos membros do Partido, 98% eram operários, sendo 70% brasileiros e 30% imigrantes. O trabalho com os camponeses praticamente inexistia.

Na orientação política, o III Congresso manteve no fundamental a visão que já adotara no Congresso anterior: caracteriza a sociedade brasileira como uma economia agrária, semifeudal e semicolonial, e considera que o imperialismo inglês apóia a burguesia agrária conservadora, enquanto o imperialismo norte-americano alia-se à burguesia industrial liberal. O capital industrial e o capital agrário interpenetram-se cada vez mais, levando a um recuo da burguesia liberal. A crescente exploração e opressão das massas trabalhadoras explode nas revoltas tenentistas (a primeira em 1922, a segunda em 1924, resultando na Coluna Prestes); é inevitável uma terceira revolta; o proletariado deve procurar hegemonizá-la. A pequena-burguesia “constitui um fator revolucionário de maior importância no momento atual, tendendo a aliar-se às forças revolucio-

nárias do proletariado”, mas, só o proletariado pode “levar a revolução às suas conseqüências”; ele deve apoiar o movimento revolucionário em gestação e reivindicar o seu programa – confisco das terras, supressão dos vestígios semifeudais, libertação do jugo imperialista. (4)

Analisando a experiência do BOC, o III Congresso chamou a atenção para o risco de o Partido tanto perder a sua direção – caso em que o mesmo degeneraria em uma máquina eleitoral de oportunistas – quanto diluir-se no BOC, limitando-se ao trabalho legal e eleitoral. O Congresso aponta para a necessidade do BOC ser estendido por todo o país, sem restringir-se à luta eleitoral.

1929: a mudança de rumos

Ainda que com erros, o Partido procurava compreender as contradições da sociedade brasileira e formular uma estratégia que levasse em conta o papel da pequena-burguesia (e, mesmo, de setores da burguesia nacional) na luta contra o domínio oligárquico da República Velha e pela modernização do país.

O VI Congresso da IC, em setembro de 1928, que substitui a política de “Frente Única” pela de “Classe contra Classe”; a I Conferência Comunista Latino-Americana, em junho de 1929, que submete a uma impiedosa crítica a opinião de a pequena-burguesia ser importante aliada do proletariado e do campesinato no processo revolucionário brasileiro; o III Pleno do CC do PC do Brasil, em outubro de 1929, que sob a pressão dessas críticas avalia as eleições de 1930 como uma mera disputa entre facções da burguesia, da qual o proletariado devia alhear-se, lançar candidatos próprios e transformar a luta eleitoral em uma verdadeira batalha de classe; e o Pleno do Secretariado Sul-Americano da IC,

em novembro de 1929, que ataca o “menchevismo” dos comunistas brasileiros; têm o efeito de alterar profundamente os rumos do PC do Brasil e a própria composição do seu núcleo dirigente.

Essas críticas à orientação política do PC do Brasil combinam-se com a chamada “bolchevização” e “proletarização” dos partidos comunistas, incentivada pela IC. Astrojildo, que retorna de Moscou em janeiro de 1930, é um dos seus impulsionadores: em reunião do CC, Leôncio Basbaum e Paulo Lacerda são afastados do *Bureau* Político e Fernando Lacerda passa a ser suplente; pouco depois, o Secretariado Sul-Americano da IC determina a demissão da maioria do CC, inclusive de Octávio Brandão, e responsabiliza a antiga direção pelos erros de “um partido mergulhado na ideologia burguesa”. Em novembro de 1930, o próprio Astrojildo Pereira é afastado do CC. O Partido Comunista do Brasil ingressa em um período de intenso sectarismo e de graves problemas de direção. Uma das conseqüências é o seu total alheamento do processo da *Revolução de 1930*. 

Raul K. M. Carrion é historiador, vereador de Porto Alegre pelo PCdoB, coordenador do Centro de Estudos Marxistas e do Centro de Debates Econômicos, Sociais e Políticos do Rio Grande do Sul.

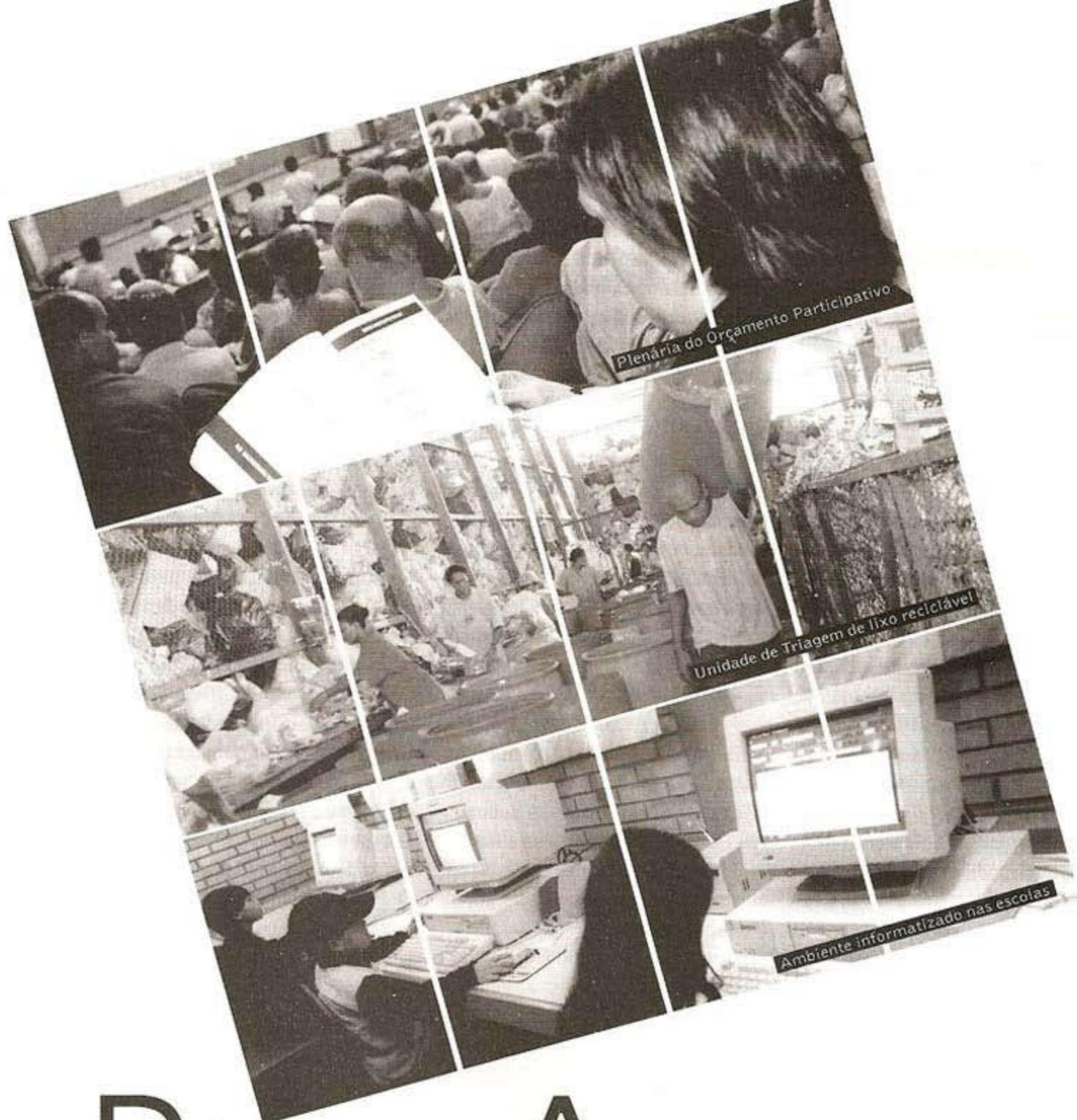
Notas

(1) BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, 46-48.

(2) PEREIRA, *Formação do PCB*, p. 132.

(3) KOVAL, Bóris. *História do proletariado brasileiro – 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, pp. 221-222.

(4) CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989, p. 226



PORTO ALEGRE

resiste e constrói

Em 12 anos, a Prefeitura de Porto Alegre incentivou a participação dos indivíduos na esfera pública, a solidariedade diante da exclusão social e procurou incrementar a tecnologia e o desenvolvimento. Seja nas plenárias do Orçamento Participativo, nos programas de geração de renda através da coleta seletiva do lixo ou investindo na implantação de ambientes informatizados nas escolas municipais, a Administração Popular mostrou que há outro caminho. Como resultado disso, a cidade foi a sede do Fórum Social Mundial. Há muito por fazer e já estamos nos preparando para a segunda edição do Fórum em 2002. Afinal, Porto Alegre resiste e constrói.



PREFEITURA DE PORTO ALEGRE
Administração Popular



Fragmento do quadro *Lênin e a manifestação*, de I. Brodski

José Carlos Ruy

O que está por trás da crítica à forma partido, em especial ao Partido de classe?

“A *new wave* da modernidade é inventar um sistema híbrido, meio socialismo, meio capitalismo”, disposto “a incorporar ‘outras tendências teóricas’ e ‘aberto’ às diversas correntes que se manifestam no movimento popular. Com a promes-

sa de um novo modo democrático de organização”. Os teóricos dessa inovação “abrigam-se sob a bandeira do pluralismo, e “consideram a existência de oposição organizada à direção e à linha do Partido como prova de democracia”. (1)

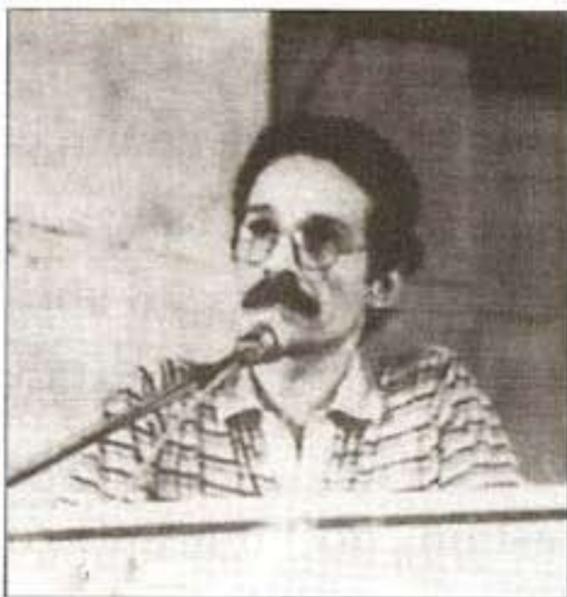
ESSAS palavras são de Rogério Lustosa, então editor de *Princípios*, na abertura de artigo onde enfrentou há mais de uma década, a crise do partido como forma de organização, cujo centro não é a crítica contra a existência dos partidos (embora haja quem os negue de forma radical), mas contra uma forma particular, o Partido Comunista. É moderno, para quem pensa assim, aquele que abandona os princípios leninistas – Partido de classe, que reúne a vanguarda do proletariado, valoriza a ação socialista consciente, e não espontânea: Partido que, organizado com base no centralismo democrático, é o instrumento para a superação revolucionária do capitalismo.

Estas teses proliferam mesmo entre dirigentes de uma organização avançada como o Partido dos Trabalhadores. No seminário sobre o “Socialismo e Democracia” (março de 2001), elas apareceram na afirmação de que o socialismo não está na ordem do dia, mas reduzido a um sonho, como disse o seu presidente de honra, Luís Inácio Lula da Silva.

Já a prefeita paulistana, Marta Suplicy, confunde socialismo com as etapas iniciais da transição entre o capitalismo e aquele regime, com controle político frouxo sobre a transição pois, pensa ela, deve haver eleições sob a forma democrático-burguesa (eleições livres), liberdade de imprensa (isto é, o direito de a burguesia ter seus próprios jornais), pluralismo sindical (o direito de cada corrente política organizar seus próprios sindicatos). Essa compreensão aproxima-se do padrão social democrata clássico e, por isso, condena regimes como o da República Popular da China, tachado por ela como “inimigo do socialismo” e “pior que os regimes capitalistas existentes”.

Para Lula, a passagem para o socialismo é uma espécie de evolução sem ruptura com o estado capitalista. Para ele, as administrações populares já constroem o socialismo, compreensão que denota uma visão processual e linear para aquele sistema. Lula tem, também, uma compreensão limitada do papel do proletariado como *sujeito histórico*. Ele acusa Marx de ter feito a previsão de que o proletariado seria, um dia, maioria na sociedade capitalista coisa que, garante, não ocorreu. Há aqui dois enganos. O primeiro, implícito, é aquele que avalia *quantitativamente* o papel do proletariado, e não *qualitativamente*. É esta avaliação errada que está na base das teses segundo as quais o socialismo só estará na ordem do dia se o proletariado for maioria na sociedade. O segundo erro decorre da confusão entre proletariado e operário de fábrica. Ora, para Marx e Engels, proletários são todos aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho. (2) Portando, a imensa maioria da sociedade capitalista moderna é formada por proletários, que vendem sua força de trabalho, embora regidos por regimes jurídicos diferentes e muitas vezes contraditórios.

Os princípios leninistas de organi-



Rogério Lustosa em defesa do Partido leninista

zação são anátemas para os teóricos “modernos”, para quem falar em papel revolucionário do proletariado é uma *fantástica mistificação*. (3) Escandalizam-se, baseados numa compreensão empobrecida e falsificada da tese de Lênin de que a consciência socialista revolucionária surge de “fora” da luta econômica; luta essa que gera apenas uma consciência sindicalista.

É preciso esclarecer que a tese leninista não diz que a consciência socialista surge fora do proletariado, mas sim fora da luta econômica, e que a consciência socialista e revolucionária só pode surgir na política. (4) A compreensão da necessidade de superar o capitalismo é desenvolvida, e dominada, por uma vanguarda socialista e revolucionária de operários, intelectuais, profissionais, lutadores pelo progresso social, dotada da compreensão científica da necessidade e da possibilidade da derrota do capitalismo e sua substituição por uma formação social superior. A tese leninista desdobra-se, assim, na afirmação da vanguarda *do* proletariado, destacamento avançado que se organiza em um partido de classe, cujo programa é justamente – como escreveu Antônio Gramsci – “fundar um novo Estado”, e não apenas “corrigir” o Estado burguês. (5)

Outro aspecto da crítica ao modelo de partido leninista é a valorização da ação espontânea das massas como “garantia” contra a tendência ao autoritarismo dos dirigentes sobre o movimento. O espontaneísmo (“autonomia” dos movimentos ou da ação das “bases”), é visto aqui como a prova da autenticidade democrática de qualquer movimento contestatório ou reivindicativo – esquecendo-se, como lembrava Lênin, que esta separação é artificial, pois “o ‘elemento espontâneo’ não é mais do que a

forma embrionária do consciente” que, deixada a si própria, dissipa-se em embates que têm o horizonte estreito são dos limites do capitalismo, cujas estruturas de poder não ameaçam. (6) Forma embrionária que é preciso desenvolver e elevar à “consciência da oposição irreconciliável” entre os interesses do movimento e “o regime político e social existente”. (7) Gramsci, um teórico comunista revolucionário injustiçado pela apropriação reformista que o transformou num campeão do antileninismo, é um continuador de Lênin nesse aspecto. O fato de que “em cada movimento espontâneo existe um elemento primitivo de direção consciente, de disciplina”, escreveu, é demonstrado indiretamente pela própria existência de “correntes e grupos que defendem a espontaneidade como método”. (8)

A crise da forma partido, dizem os renovadores, resulta de exigências da sociedade moderna. As novas formas de produzir baseadas nos avanços tecnológicos teriam criado um novo capitalismo. O impacto do fracasso da experiência socialista na URSS e no Leste Europeu espalhou a descrença em projetos coletivos de mudança social, e as formas de atuação política teriam de acompanhar essas mudanças, renovando-se.

Há um dogma aqui, a idéia de que as transformações técnicas provocaram o fim da centralidade do trabalho, levando a classe operária a um “processo terminal na história” (9). A consequência imediata desse dogma é o rebaixamento da luta de classes e sua limitação ao âmbito do sistema, a luta entre o capital e o trabalho, transformou-se num “simples conflito distributivo, a luta por parcelas do excedente”. (10)

Todos estes fatores teriam levado à “descoesão” da sociedade de classes e

Reformistas e social-democratas incorporam no quadro atual, parte da crítica libertária e autonomista

a “novos padrões de formação da identidade”. (11) A queda do Muro de Berlim afastou as classes e o coletivo, e pôs o indivíduo na base da democracia social. Com o Muro, diz o espanhol Manoel Escudero, dirigente do PSOE, caiu também a crença no progresso histórico, levando à fragmentação, à imprevisibilidade e ao ceticismo quanto a projetos reformistas. (12)

Idéias como essas estão no coração da crítica do partido como forma de organização para a luta política e revolucionária. “A forma do partido tradicional”, escreveu Tarso Genro, prefeito de Porto Alegre e dirigente do Partido dos Trabalhadores, “não consegue mais abranger” o enorme contingente das demandas contemporâneas. (13)

Essas constatações levam a duas posturas renovadoras fundamentais. Uma, anarquizante, recusa os partidos e enfatiza o papel dos movimentos sociais e das Organizações Não Governamentais (ONGs). Outra, reformista, social-democrata, oscila entre a afirmação da autonomia dos movimentos (sendo, assim, próxima da postura anterior), e a democracia burguesa radical. São temas recorrentes no debate político onde, há mais de um século, os marxistas combatem concepções anarquistas, de um lado, e reformistas, de outro.

A postura anarquista recupera temas do velho debate da década de 1870, que opôs Bakunin a Marx e Engels. Estes temas reapareceram no período revolucionário russo, no começo do século XX, e ressurgiram após o movimento contestatório de 1968. Os anarquistas, seguindo Bakunin, não aceitam a noção de classe social, e preferem falar em “massas”; rejeitam o papel dirigente do proletariado na revolução, trabalhando com o conceito da “unidade entre os oprimidos contra a dominação burguesa”. (14) É “nas aspirações comuns e no movimento espontâneo das massas populares de todos os países” que está a verdadeira unidade da Internacional, escreveu Bakunin. (15)

Há um eco anarquista indisfarçável na denúncia do autoritarismo que seria inerente aos métodos leninistas, reiterada por Claude Lefort. (16) Na recusa, por Coenéluis Castoriadis, do conceito de classe, acentuando “a atividade pela qual os homens, nos lugares sociais onde estão situados, vivem e agem o conflito social e, mais exatamente, *constituem-no* como conflito social”. (17) Na monótona ladainha de Michel Foucault sobre o *poder* “que vem de todas as partes” (18), e sua valorização da ação direta como antídoto contra ele. (19) Na “revolução molecular”, de Félix Guattari. (20) Nos “pequenos grupos” de Gilles Deleuze, onde não há mais a representação, mas apenas a ação. (21) Ou na convicção de André Gorz de que os partidos não passam de “correias de transmissão do poder” contra os movimentos autônomos que não querem exercer o poder de Estado sobre a sociedade, mas subtraí-la ao controle estatal para ampliar o espaço de autonomia e de autodeterminação. (22)

Estas teses de fundo anarquista, libertário, formam as linhas de defesa da autonomia dos movimentos

sociais, que seriam "puros" por não estarem contaminados por intenções políticas. Capazes de apresentar suas reivindicações diretamente ao Estado sem a intermediação dos partidos, eles são hoje, para Anthony Giddens, a vanguarda do movimento "transformador". (23)

A postura reformista, social-democrata, que também emerge no quadro atual, incorpora elementos da crítica "libertária" e autonomista. Fazem uma crítica superficial, unilateral e formalista da ossificação e do autoritarismo dos métodos de direção adotados sob influência de Stálin, defendendo uma organização partidária onde a oposição ao estilo leninista é fortemente inspirada em Rosa Luxemburgo. Crítica da tomada do poder pelos bolcheviques, dirigidos por Lênin, em 1917, a revolucionária e marxista polaco-alemã formulou uma das pérolas do autonomismo, inscrita no programa da Liga Spartacus (que depois transformou-se no Partido Comunista Alemão): nosso partido não tomará o "poder enquanto a grande maioria da classe operária não tiver inequivocamente expresso seu voto". (24)

O partido de "novo tipo" preconizado pelos renovadores rebaixa, ou recusa, a compreensão classista do partido, numa visão reformista baseada ora na compreensão equívoca e deformada de Antonio Gramsci, ora em teóricos como Jürgen Habermas ou Anthony Giddens; e quase sempre na ciência social convencional.

Essa concepção pretende construir um partido transformador, mas sem uma filosofia oficial. A idéia de um partido de classe é vista como *mitológica* e mesmo *anti-humanista* (25). Nele, não há lugar para o centralismo democrático, que o revisionista Partido Comunista Brasileiro trocou, em 1990, por uma assim chamada

"unidade democrática". Declaram-se plurais, isto é, *partidos do socialismo democrático* que abrigam "visões necessariamente diferentes das diversas camadas trabalhadoras (tomadas em seu sentido amplo) que coexistem em uma sociedade cada vez mais diversificada e complexa", como diz Tarso Genro, permitindo a livre e pública veiculação de opiniões "inclusive as que são minoritárias no partido". (26)

O espanhol Manuel Escudero faz a defesa mais radical desta forma gelatinosa de partido, pretendendo que eles sejam controlados por seus eleitores e simpatizantes que podem, filiados ou não, participar da escolha de candidatos e da própria administração partidária, abolindo "os últimos vestígios de modos de organização e comportamentos inspirados no centralismo democrático" (27)

Em muitos aspectos, esta renovação é uma rendição às formas burguesas, capitalistas, de organização da ação política e uma homenagem desmedida à teoria política convencional, acadêmica, que fundamenta e legitima teoricamente a ordem política capitalista e atribui aos partidos a dupla função de agregar votos, constituindo-se num canal para a participação dos cidadãos; cabe-lhe também conceber pro-

*“Renovadores”
difundem de
forma sofisticada
a tese burguesa
de um Estado
neutro em relação
às classes*

gramas alternativos que poderão ser postos em prática quando o partido chegar ao governo via eleições. (28) Outra forma de ver a questão atribui a eles *articular e agregar* interesses: a) expressando ou dando voz a interesses dados na "arena político institucional", e b) somando ou agregando "interesses diversos, de maneira a dar-lhes peso e significação". (29)

Isto é, o papel do partido é veicular os anseios e demandas presentes na sociedade e funcionar como grupo de pressão sobre o governo ou o Parlamento, ou mesmo disputar o comando do governo, no âmbito da "arena político institucional", ou seja, no espaço constituído pelo Estado.

Esse é outro aspecto fundamental: o Estado é visto como "arena" ou "espaço do regramento dos conflitos sociais". (30) É a versão sofisticada da tese burguesa do Estado neutro em relação às classes – aqui, ele é visto também como o local adequado para a solução dos conflitos sociais, tirando a luta de classes das ruas, da sociedade, e submetendo-a, na forma de "conflito de interesses", às regras previsíveis, *desradicalizadas* e controladas dessa "arena político institucional". Nessa linha, Escudero defende uma política domesticada, sem o "pathos trágico e heróico", mas com "um ar de normalidade cívica"; os políticos devem ser "cidadãos normais desempenhando uma função cívica". (31) Político comunista como tribuno da plebe, como queria Lênin, nem pensar...

O objetivo dessa política é a colaboração de classes, a conciliação entre a burguesia e os trabalhadores, cujas exigências são crescentes em situações de normalidade democrática prolongada. A singularidade desse "compromisso democrático estável" reside na criação de regras para equacionar as contradições geradas pelo capitalismo, no interesse de sua integridade e

permanência, evitando a eclosão aberta e explosiva dos conflitos sociais (32). Seu modelo é a social democracia, cujo "compromisso social básico disciplina de maneira bastante explícita as relações entre o capitalismo e a democracia", atenuando os conflitos sociais de tal forma "que os trabalhadores aceitam a propriedade privada e o conseqüente controle dos investimentos pelos capitalistas, enquanto estes aceitam a democracia e as políticas sociais do Estado em favor dos trabalhadores que tendem a decorrer da operação continuada de um Estado democrático e aberto". (33)

Entretanto, mesmo esse compromisso desradicalizado é insuficiente para a defesa do capitalismo, exigindo também a "neutralização" dos partidos revolucionários. Parece clara, diz Fábio Wanderley Reis, "a conexão existente entre a neutralização mais ou menos cabal de partidos políticos de orientação contestária e revolucionária" e "a criação de condições gerais de governabilidade básica no plano da sociedade e de eficiência administrativa por parte do Estado". (34) Não podia ser mais claro: ou desradicalizar os partidos e neutralizar aqueles que defendem a revolução.

Um dos slogans da moda é a "democracia dialógica", conceito introduzido por Jurgen Habermas, e cuja importância é frisada por Anthony Giddens como método para resolver questões controversas na arena pública, ou pelo menos tratar delas, através do diálogo e não da força. (35) Habermas criou-o para afastar a idéia de revolução, opondo "o poder comunicativo dos cidadãos" à "visão clássica da revolução – a conquista e a destruição do poder de estado". (36)

A perda de substância dos partidos socialistas e comunistas nos principais países europeus é real, levando

A perda da identidade dos partidos outrora revolucionários decorre de sua política oportunistista

de fato à *fragmentação, descoesão, perda da identidade de classe, imprevisibilidade, descrédito* no projeto revolucionário, etc.

É preciso notar, contudo, que essa realidade precede à derrocada do socialismo no Leste Europeu e, ao contrário das afirmações correntes, decorre da política e não da técnica. O oportunismo e a incapacidade dos partidos social-democratas e reformistas em encontrar respostas proletárias para a crise do capitalismo dos anos 60 e 70 criaram as condições políticas para a vitória capitalista da década de 1980. Foi a impotência política do oportunismo social-democrata e a adesão de muitas lideranças aos programas de ajuste neoliberal que permitiram a imposição, pelo capitalismo, de "novas formas de produzir" que, incorporando os avanços tecnológicos da informática e da robótica, reestruturaram as relações de trabalho em prejuízo do proletariado.

Este cenário, onde o neoliberalismo foi vitorioso com Thatcher, Reagan e a onda conservadora que veio com eles, resulta da longa história de oportunismo daqueles partidos que representavam os trabalhadores mas estavam integrados à engrenagem do capitalismo, e das conseqüentes derrotas da revolução na Europa.

Duas dessas derrotas tiveram con-

seqüências mais permanentes: o fracasso da revolução alemã de 1918 e o da insurreição de 1968.

A traição dos chefes da social-democracia alemã à revolução alemã em 1918 enfatiza o prejuízo que é a falta de um partido conseqüentemente revolucionário à frente de um processo de luta radical e que envolveu toda a nação após a derrota na I Guerra Mundial. A direção do Partido Social Democrata Alemão (SPD) – o partido que fora, no passado, de Marx e Engels – imprimiu um rumo contra-revolucionário ao movimento desde que assumiu o governo da República, depois que as massas levantadas varreram a monarquia.

Era uma conjuntura revolucionária francamente insurrecional, cujo sujeito histórico se constituía pelos operários e soldados organizados em mais de 10 mil conselhos semelhantes aos soviets (número maior que o de soviets existentes na Rússia de 1917). Friedrich Ebert, o primeiro ministro social-democrata (que assumiu o governo com o afastamento do kaiser) era um desses sindicalistas com o fetiche da ordem, que dizia "odiar a revolução como um pecado". Seu governo recomendou aos manifestantes que "deixassem as ruas e assegurassem a calma e a ordem". Contra o poder popular que se constituía, apregoou a Assembléia Constituinte, que faria a "democracia de todo o povo", contra a "ditadura de uma só classe". Em defesa dessa "democracia", aliou-se aos generais do monarca deposto, para "lutarem juntos contra os bolcheviques". Fomentou os esquadrões da morte (os "corpos livres" dirigidos pela direita), que lavaram com sangue o sonho proletário de uma sociedade superior, assassinando mais de 15 mil comunistas em toda a Alemanha, entre eles Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht;

eliminando assim os elementos mais dinâmicos da revolução. (37)

Foi sob os cadáveres desses milhares de lutadores da classe operária e do progresso social que se ergueu, na Europa do entre guerras, aquele arranjo institucional que permitiu a desradicalização da luta de classe, cabendo aos líderes social-democratas o papel de pacificadores da militância esquerdista, "sobretudo quando conduzida ou inspirada por comunistas". Esse papel acentuou-se após a II Guerra, transformando os "partidos social-democratas em inestimáveis aliados dos partidos conservadores". A tendência dos partidos comunistas à social-democratização foi confirmada, na década de 1970, com sua adesão ao eurocomunismo e a "total aceitação do sistema parlamentar, do pluralismo político e da crença num avanço para o socialismo por meios constitucionais". (38)

O arranjo institucional formado após a I Guerra Mundial manteve-se e aprofundou-se depois da II Guerra, quando os partidos comunistas (particularmente o italiano e o francês), desistiram de tomar o poder, como Palmiro Togliatti assegurou no discurso que pronunciou em 1944, em Nápoles, de volta do exílio na União Soviética, afirmando o objetivo mais limitado de construir uma democracia antifascista e progressista. Foi ali que ele lançou a idéia de um "novo partido de massas", um partido reformista, amplo e ilimitado. (39)

Esse arranjo político permitiu a reconstrução capitalista da Europa no pós-guerra. Nele, coube aos partidos socialistas e comunistas agregar e articular os interesses dos trabalhadores dentro do regime político e social existente, tornando-se parte desse regime. Enquanto puderam, bem ou mal, atender tais objetivos limitados, tiveram grande êxito elei-

toral, alcançando, de 1944 e 1978, entre 40 e 50% da votação na maioria dos países europeus. (40) Ao afastar-se do objetivo de alcançar uma sociedade superior, para além do capitalismo, aqueles partidos transformaram-se em "partidos da ordem", cujo oportunismo era denunciado, já em meados da década de 1960, mesmo por analistas ligados aos revisionistas soviéticos: "Que perspectivas apresentam o movimento operário e o socialismo em países nos quais algumas das mais poderosas organizações que atuam há décadas em nome da classe operária vão tão longe em sua política de colaboração de classes que é justificado perguntar-se se entre suas forças dirigentes existe pelo menos a vontade de transformar radicalmente as relações sociais?". (41)

O imobilismo, resultado do oportunismo e da desradicalização, ficou nítido na explosão insurrecional de 1968. Nos dois países emblemáticos daquele levante, a França e a Itália, a ação das massas colocou a ordem capitalista em xeque. As manifestações de rua, os conflitos com as forças da ordem, generalizaram-se. O espectro da Comuna de 1871 voltou a assombrar a burguesia de Paris. O norte industrial italiano parou em

O eurocomunismo

dos anos 70

aprofundou

o oportunismo

e rompeu de

forma radical

com o leninismo

consequência das greves, das barricadas e dos conflitos.

Naquele momento, os partidos francês e italiano renunciaram a seu papel dirigente e agiram como partidos da ordem, para conter as massas e trazer o conflito para o âmbito do "arranjo institucional", atuação condenada de forma clara e incisiva pelo líder albanês Enver Hoxha quando afirmou que "o Partido Comunista Francês impediu que a classe operária entrasse em ação e assumisse a direção da rebelião". (42)

Aquela foi a segunda derrota de envergadura da revolução na Europa. A verdade histórica de que, sem direção política, os levantes e motins populares não rompem os limites do sistema social existente, foi confirmada em 1968. A colaboração de classes que as lideranças social-democratas e reformistas disfarçaram sob o pretexto de defender a "ordem democrática" e a luta institucional, deixou o movimento sem uma direção socialista e revolucionária, permitindo a emergência e o fortalecimento das tendências anarquizantes e, depois, de uma reciclagem reformista que preconiza a "renovação" das velhas formas de ação e organização dos trabalhadores.

O nexos entre o anarquismo e o oportunismo já havia sido indicado por Lênin: "o anarquismo tem sido, com frequência, uma expiação dos pecados oportunistas do movimento operário", escreveu ele. (43) Há um nexos semelhante entre o oportunismo daqueles partidos e lideranças proletárias integradas política e socialmente ao capitalismo, e a atual crise da forma partido.

O eurocomunismo, dos anos 70, aprofundou o oportunismo e significou o rompimento radical com a tradição leninista. Ele foi uma tentativa de resposta, pela direita, para a crise

daqueles partidos cujo esforço é afastar a pecha de radicalismo. Ao lado da rendição incondicional à democracia burguesa e suas instituições, foi uma última e vã tentativa de apresentarem-se ao eleitorado de seus países com uma face burguesamente respeitável, no esforço de recompor, com o apelo às outras classes, os votos operários perdidos.

A defesa da ordem, em 1968, está na raiz da fragmentação, da perda de confiança nos partidos, que cresceu nos anos 80 e hoje é apresentada como consequência da modernidade. "Quando deixaram de cumprir de forma plena e eficaz a função de integração social, os grupos de interesses se desorganizaram e os eleitores começaram a adotar atitudes imprevisíveis". (44) Eis aí a fragmentação e a imprevisibilidade! Ela não resultou da alegada revolução técnico-científica, mas do oportunismo da direção proletária que renunciou ao socialismo e à revolução e que não podia mais refugiar-se "em princípios ideológicos para reter os seus eleitores, agora que encontravam dificuldades para agregar interesses. (45)

A derrocada dos partidos e do movimento operário integrados ao capitalismo começou nos levantes e barricadas de 1968, e traduziu-se na perda crescente de votos, filiados e influência social e política. A falência da União Soviética apenas acelerou esse processo de degeneração, que já estava avançado. A liquidação do Partido Comunista Italiano, em 1991 (e, no Brasil, do velho partido revisionista, o PCB, em 1992) faz parte do fim de uma época de domínio do oportunismo. Ele foi liquidado pelas mesmas picaretas que derrubaram o Muro de Berlim. Uma nova fase abria-se, sombria para o proletariado de todo o mundo, sob o tacão do neoliberalismo e sob a proclama-

A crise da forma partido e a descrença na ação unitária em torno de um programa andam juntas

ção da vitória final do capitalismo. Uma fase de domínio do apolitismo e do antipartidismo, de hegemonia das idéias políticas da burguesia que, como mostrou Lênin, tende para o sem-partidarismo, "pois a ausência de partidos entre os combatentes da liberdade da sociedade burguesa significa a ausência de uma luta contra essa própria sociedade burguesa". "O sem-partidarismo é uma idéia burguesa", diz ele, enquanto o "partidarismo é uma idéia socialista". (46) Época onde generaliza-se a descrença nos políticos ("são todos iguais"), na política e na impossibilidade de saídas coletivas, socialistas, para as mazelas do capitalismo.

Muitos procuram formas de "ação direta", longe da política, nas ONGs. Outros, em programas de voluntariado patrocinados pelo governo neoliberal ou por grandes empresas capitalistas, recriando antigas formas de ação social caritativa que eram baseadas na religião.

Há ainda aqueles que reiteram esforços para criar partidos democráticos burgueses, de participação ampla e, convenientemente afastados da tradição leninista, respeitáveis para a ordem burguesa e "cidadã", para usar uma expressão da moda.

São partidos adequados aos que abandonaram a perspectiva do socia-

lismo, deixado para um futuro tão longínquo que se torna um "sonho", e que buscam a acomodação ao sistema social e político da burguesia. Não são partidos para a luta proletária e para o enfrentamento dos problemas que o capitalismo coloca, e provoca.

A crise da forma partido e a descrença nas virtudes da ação unitária e organizada em defesa de um programa andam juntas. A resposta dos renovadores a este desafio é formal; eles supõem que o caminho mais adequado para enfrentá-lo é trazer, para a própria organização do partido, a mesma ênfase no particular, no individual ou no específico. Daí pluralismo e a aversão frontal ao princípio do centralismo democrático. A debilidade desta forma de pensar está justamente no desconhecimento de que a dispersão e a fragmentação resultam, justamente, da falta de um programa comum, coletivo que, respeitando o individual e o específico, seja capaz de extrair o universal do particular e, assim, exprimir a vontade coletiva transformadora. A dialética entre as formas organizativas e os conteúdos programáticos implica, para o destacamento de vanguarda dos trabalhadores, o esforço permanente, cotidiano, organizado e consciente de articular essa vontade coletiva e construir, assim, um programa avançado e revolucionário. Na Revolução Russa de 1917, havia duas alianças possíveis para o proletariado. Os mencheviques pregavam a união com a burguesia liberal; os bolcheviques, com o campesinato, conscientes de que essa aliança não se traduziria em sua subordinação, pura e simples, mas na exigência de uma luta árdua pela hegemonia proletária e socialista dentro da aliança. Desafio semelhante está posto, hoje, para o proletariado. Agora, trata-se de construir uma ampla aliança dos trabalhadores assa-

lariados (operários ou não) e dos trabalhadores rurais com aqueles cuja condição proletária é mascarada pela forma jurídica do contrato de venda da força de trabalho para a burguesia (terceirizados, autônomos, etc). E, dentro dessa aliança, lutar pela hegemonia, pelo desempenho do papel dirigente e avançado.

Um partido capaz dessa tarefa, escreveu Rogério Lustosa, é aquele que tem um "programa com objetivos definidos, estratégia e táticas adequadas para alcançar as transformações necessárias à classe que representa", que "age como vanguarda ao despertar os menos conscientes, ao educar o conjunto dos trabalhadores, levando-os a juntar concepções teóricas avançadas com a experiência concreta". (47) O partido para cumprir esta missão histórica é o partido de tipo leninista, e não outro.

José Carlos Ruy é jornalista.

Notas

- (1) Rogério Lustosa, "O canto da sereia de um partido para todos", *Princípios*, nº 19, SP, novembro de 1990.
- (2) Karl Marx e Friedrich Engels, "Manifesto Comunista", in Marx e Engels, *Obras Escogidas*, t. 1, Madrid, Ed. Ayuso, 1975.
- (3) Marcos Rolim, *Teses para uma esquerda humanista e outros textos*, Porto Alegre, Sulina, 1999.
- (4) "A consciência política de classe não pode ser levada ao operário *senão do exterior*, isto é, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões". V. I. Lênin, *Que fazer? - Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- (5) Citado por Christine Buci-Glucksmann, *Gramsci e o Estado*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- (6) Ralph Miliband, *Socialismo & ceticismo*, São Paulo/Bauru, Editora Unesp / Edusc, 2000.
- (7) V. I. Lênin, *Que fazer? - Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- (8) Antonio Gramsci, *Obras Escolhidas*, São Paulo, Martins Fontes, 1978.
- (9) Marcos Rolim, idem; Tarso Genro, *Utopia Possível*, Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1994.
- (10) Roberto Freire e Caetano Ernesto Pereira de Araújo, "Nova e velha esquerda: balanço e perspectivas", in *Política Comparada - Revista Brasileira de Políticas Comparadas*, nº 1, Brasília, 1997.
- (11) Tarso Genro, "A Internacional dos fragmentos", FSP, 27 fev. 2001.
- (12) Manuel Escudero, "Reinventando a política", in David Miliband (org), *Reinventando a esquerda*, São Paulo, Editora Unesp, 1997.
- (13) Tarso Genro, idem.
- (14) Sergio Augusto Queiroz Norte, "Bakunin versus Marx: conflito de titãs na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)", in Mikhail Bakunin, *Escrito contra Marx - conflitos na Internacional*, Brasília, Novos Tempos, 1989.
- (15) Mikhail Bakunin, *Escrito contra Marx - conflitos na Internacional*, idem.
- (16) Claude Lefort, *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- (17) Cornelius Castoriadis, *A experiência do movimento operário*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- (18) Michel Foucault, *História da Sexualidade. I: A vontade de saber*, Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- (19) Michel Foucault, *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- (20) Félix Guattari, *Revolução Molecular*, São Paulo, Brasiliense, 1977.
- (21) Diálogo entre Deleuze e Foucault, in Michel Foucault, *Microfísica do Poder*, idem.
- (22) André Gorz, *Adeus ao proletariado - para além do socialismo*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.
- (23) Anthony Giddens, *As consequências da modernidade*, São Paulo, Editora Unesp, 1991.
- (24) Rosa Luxemburgo, *Textos escolhidos*, Lisboa, Estampa, 1977.
- (25) Marcos Rolim, idem.
- (26) Tarso Genro, *Utopia possível*, idem.
- (27) Manuel Escudero, idem.
- (28) Claus Offe, *O capitalismo desorganizado*, São Paulo, Brasiliense, 1994.
- (29) Fábio Wanderley Reis, "Governabilidade, instituições e partidos", *Novos Estudos*, nº 41, 1995.
- (30) Marcos Rolim, idem.
- (31) Manuel Escudero, idem David Miliband (org), idem.
- (32) Fábio Wanderley Reis, idem.
- (33) Idem.
- (34) Idem.
- (35) Anthony Giddens, "Admirável mundo novo: o novo contexto da política".
- (36) Jurgen Habermas, "Uma conversa sobre questões de teoria política" (entrevista), *Novos Estudos*, nº 47, São Paulo, 1997.
- (37) Gerard Cornillet e Claude Montagny, "República Federal da Alemanha, o 'modelo'", in J. C. Poulain e outros, *A social-democracia na atualidade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980; Ângela Mendes de Almeida, *A República de Weimar e a ascensão do nazismo*, São Paulo, Brasiliense, 1999.
- (38) Ralph Miliband, *Socialismo & ceticismo*, idem.
- (39) Enver Hoxha, *O eurocomunismo é anticomunismo*, São Paulo, Anita Garibaldi, 1983; Paolo Spriano, "Marxismo e historicismo em Togliatti", in Hobsbawn, Eric, *História do marxismo*, vol. X, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- (40) Ralph Miliband, idem.
- (41) Branko Pribichevich, "Força e debilidades do movimento operário nos países desenvolvidos do Ocidente", *Revista Civilização Brasileira*, janeiro/fevereiro de 1968 (traduzido de *Problemas Atuais do Socialismo*, out/dez de 1966).
- (42) Enver Hoxha, idem.
- (43) V. I. Lênin, *La enfermedad infantil del "izquierdismo" em el comunismo*, Moscou, Editorial Progreso, 1976.
- (44) Marcos Novaro, "O debate contemporâneo sobre a representação política", *Novos Estudos*.
- (45) Idem.
- (46) V. I. Lênin, "O partido socialista e o revolucionarismo sem partido" (1905), in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas*, v. 1, Moscou, Edições Progresso, 1984.
- (47) Rogério Lustosa, idem.

A verdadeira face da Lei de Re\$ponsabilidade Fi\$scal

Sérgio Miranda

Seu verdadeiro propósito é de serviço irrestrito ao pagamento de juros e amortização da dívida e o decorrente congelamento dos gastos sociais

Os grandes jornais nacionais têm estampado mais uma grave mentira oficial. Com a preciosa “colaboração” da imprensa, os marqueteiros do governo federal vendem uma falsa imagem da Lei de Responsabilidade Fiscal, manipulando a opinião pública com ostensivas campanhas sobre os “esforços” para combater a corrupção e sanear as finanças públicas.

NA VERDADE, foi montada uma farsa pela equipe de FHC para cumprir à risca a agenda de compromissos com os credores internacionais e o capital financeiro. Aos que não leram a lei, ou se deixaram iludir com a propaganda do governo, uma iniciativa louvável e necessária à maturidade administrativa do país. Mas, aos olhos atentos, uma perigosa peça que desvia a atenção do verdadeiro propósito de serviço irrestrito ao pagamento de juros e amorti-

zação da dívida e o decorrente congelamento dos gastos sociais.

O governo federal insiste no discurso de que a lei está a serviço da austeridade fiscal e da moralidade pública. No entanto, a lei não dispõe sequer de um artigo que combata a corrupção. Não se busca a eficiência e a eficácia dos gastos públicos, mas sim o combate ao déficit e a manutenção da relação entre dívida pública e Produto Interno Bruto (PIB), conforme está textualmente explici-

tado na mensagem que encaminhou o projeto de lei ao Congresso Nacional.

FHC dissimula os reais objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, responsabilizando prefeitos e governadores pela sangria do déficit público, pelo “excesso” de gastos. Mas, quem são os responsáveis pela gastança desenfreada, que sacrificaram o orçamento público e elevaram a dívida pública de R\$ 60 bilhões para meio trilhão? As combatidas prefeituras e governos estaduais ou a política do governo federal de permissividade e liberalidade com os gastos financeiros?

É essa a essência da lei: tratar de forma assimétrica e hierarquizada os gastos públicos. De um lado, limita, restringe e condiciona as despesas não financeiras, especialmente as sociais. De outro, mão aberta e garantia absoluta às despesas financeiras. O objetivo central da nova lei nada mais é do que criar um am-

biente propício para a produção de superávits primários (receitas menos despesas, excetuando juros), resguardando o pagamento do serviço da dívida com o sistema financeiro nacional e internacional.

Para tanto, enquadra no Código Penal prefeitos e governadores que não cumprirem as metas fiscais impostas, inaugurando um capítulo absurdo na história: a criminalização da gestão pública. Por isso, foi aprovada a nova lei penal (Lei 10.028/2000, conexas à LRF). O curioso é que para casos de negligência ou desvios de dinheiro público, a lei não prevê punições.

A LRF não visa condenar a corrupção, a improbidade administrativa e a falta de planejamento. Para esses itens, já vigoram a Lei Camata, que limita gastos com pessoal; a resolução nº 78 do Senado, que controla o endividamento público; e a Lei Eleitoral, que proíbe contratar e aumentar salários antes das eleições. Proibições redundantes, estabelecendo o que outras leis e resoluções já prevêm.

A lei ainda viola a Constituição e

agrave os princípios fundamentais do pacto federativo ao interferir na autonomia de estados e municípios, obrigando-os a cumprir metas impostas que atendem unicamente ao ajuste fiscal. O artigo 35 da lei proíbe o financiamento de um ente federativo a qualquer outro, não permitindo as operações de crédito entre as cidades e os órgãos estaduais e autarquias, engessando, assim, as condições de empréstimos atuais. O acordo entre partes é sumariamente violado por meio da imposição de uma lei complementar. O impacto é arrasador: os estados estão simplesmente impedidos de repassar mais de R\$ 2 bilhões aos municípios brasileiros.

A LRF impede, na prática, a ampliação de despesas com pessoal e gastos com a manutenção ou melhoramento dos serviços públicos, ao exigir que essas despesas só possam ser acrescidas mediante aumento da carga tributária, mas deixando inteiramente livres os gastos financeiros. Já podemos avistar alguns exemplos: aos prefeitos e

governadores que não demitirem policiais, médicos ou professores ou se "atreverem" a implantar programas sociais sem obedecer a todas as exigências da lei fiscal, a ameaça é clara: prisão de um a quatro anos.

A espinha dorsal da lei, que se apóia no congelamento dos gastos sociais, expõe outro grande absurdo. Mesmo com dinheiro em caixa, os governantes não têm autonomia para fazer valer seus compromissos diante da população.

Sob o tábua do pagamento irrestrito de juros e amortização da dívida, os artigos 9º e 31 também penalizam a sociedade. A prioridade dada aos compromissos financeiros governamentais é constatada pelo mecanismo da limitação automática de empenhos em caso de desobediência das metas fiscais que ameaçam a liquidez ou o pagamento do serviço da dívida. Nesse caso, os novos empenhos com as demais despesas ficam obstruídos, enquanto não se restabelecer a normalidade das "metas". Esses cortes automáticos nas despesas não-financeiras são

Os principais artigos da LRF

Ao analisar lei tão vasta e complexa como essa, não podemos nos dispersar em minúcias e questões secundárias, mas sim concentrar os nossos esforços nas questões essenciais, para melhor compreender a sua essência. Por isso, gostaríamos de tecer alguns comentários sobre alguns pontos que são, em nosso entender, os mais importantes da lei:

A definição de responsabilidade fiscal e o equilíbrio das contas públicas (art. 1º, § 1º)

A responsabilidade fiscal é definida como a "ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas".

Essa definição de "responsabilidade fiscal" é extremamente restrita; resume-se apenas, como já vimos, à questão financeira. Os aspectos da eficácia e eficiência da utilização dos recursos para atingir os objetivos programados pelo governante não são sequer citados. No entanto, para os cidadãos esses aspectos

são os mais relevantes: por eles é possível aferir se o governo está atingindo as metas propostas e se há economicidade nos meios utilizados. A eficácia e a eficiência continuam sem nenhum instrumento de aferição e controle social.

O "equilíbrio fiscal" é entendido, de forma canhestra, como a simples proibição do déficit. Tal entendimento simplório não está de acordo nem com a boa prática fiscal nem com o conhecimento econômico. Equilíbrio fiscal não pode ser entendido como proibição de déficit, mas sim como a situação em que qualquer governo, mesmo deficitário, mantiver a sua solvência em longo prazo.

A decisão de aprovar e executar um orçamento superavitário ou deficitário é, e será, sempre uma decisão política dos governantes; decisão essa que só pode gerar, para estes, consequências também políticas e não pena de prisão como quer a Lei 10.028/2000, conexas à LRF.

Do ponto de vista macroeconômico – ao contrário do que afirma um "senso comum" construído por uma "macroeconomia

mantidos mesmo face à queda ocasional da receita tributária – ainda que decorrente de um desastre natural – ou à elevação unilateral da taxa de juros.

Ao contrário do rígido controle sobre as despesas não financeiras, dá folga confortável ao mercado financeiro e ao Banco Central. Prova disso é a transferência automática dos prejuízos do Bacen para o Tesouro Nacional. Assim, as ações do Banco Central – seja na contratação de empréstimos externos, na fixação de juros da dívida pública, no “socorro” ao sistema financeiro – estão livres de qualquer restrição orçamentária. A conta do “socorro” aos bancos – nada menos que R\$ 34 bilhões desde 1994 – passou a ser prioridade de governo. Desse modo os gastos com o serviço da dívida pública permanecem sem qualquer controle ou visibilidade.

O cerco fechado a estados e municípios nos quesitos de autonomia e gastos públicos dá a exata medida do autoritarismo do governo e das suas reais intenções de manter as unida-

A dívida pública teve enorme

crescimento na era FHC.

Impulsionada pelas altas

taxas de juros, foi

multiplicada por cinco

des federativas reféns da política oficial. O tratamento é tão desigual, que FHC parece fazer “vista grossa” quando o próprio governo da União descumpra a lei. Os exemplos são tantos que já compõem uma galeria que ilustra a inadequação da lei em muitos casos e a conveniência do governo em descumpri-la. Outra característica importante da lei, como também veremos, é que ela parece ter sido editada para ser cumprida pelos estados e municípios, mas não pela União, nos seus aspectos mais relevantes.

Ainda nessa questão da transparência fiscal, é interessante notar que os demonstrativos determinados

pela LRF servem apenas para elucidar a situação financeira do ente público, sua solvência e capacidade de pagamento. Não servem para o cidadão controlar a eficácia dos gastos sociais ou com a máquina administrativa. Ou seja, a “melhora” na transparência serve mais para os eventuais credores do erário do que para o cidadão.

É importante ressaltar, também, que o governo federal se omitiu em relação à regulamentação da LRF, que é uma norma técnica, de aplicação complexa, muito confusa e generalizante para ser aplicada diretamente à diversidade de um país continental e multiforme como o nosso.

de fundo de quintal” – o déficit público exerce papel relevante como medida anticíclica em conjunturas recessivas e como importante motor de estratégias de crescimento econômico de longo prazo. Dependendo da fase do ciclo econômico, esse equilíbrio pode ser até contraproducente. Como já observava o pai da economia política, Adam Smith, no século XVIII, o comportamento que pode ser considerado sensato para uma família, pode ser ruinoso para um reino.

A função macroeconômica do déficit público no desenvolvimento capitalista é amplamente comprovada por países de diversos continentes, de diferentes graus de desenvolvimento e em inúmeros momentos históricos no decorrer dos últimos setenta anos.

Vejam, por exemplo, os casos históricos, inclusive do Brasil, cujo déficit fiscal foi, durante décadas, motor imprescindível ao desenvolvimento nacional, como também os casos atuais do Japão, em que política fiscal é necessária e claramente deficitária como arma imprescindível de retomada de sua economia em estagnação. Daí, nota-se que um resultado fiscal desequilibrado não é necessariamente “gestão irresponsável”.

Segundo: o ataque contra o déficit fiscal leva sempre a supor que está na exorbitância das despesas fiscais, especialmente as não-financeiras, a causa do desequilíbrio. Isso sempre releva o fato de que, assim como a política fiscal, as demais políticas cambial e monetária têm também custos que se refletem, cedo ou tarde, no Tesouro Nacional, bem como nos custos de carregamento das dívidas estaduais e municipais.

Exemplo desses custos para o governo federal foi o prejuízo acumulado pelo Banco Central, que atingiu, de 1994 a 1999, o inacreditável valor de 34 bilhões de reais (em valores de dezembro de 1999). Outro exemplo está na metodologia de cálculo da “necessidade de financiamento do setor público” (que determina os resultados primário e nominal), que faz com que uma queda nas reservas de divisas se transforme, imediatamente, em um déficit para a União.

Ao objetivar, no abstrato, o “equilíbrio das contas públicas”, a LRF apenas positivou, na rígida letra da lei, um instrumento de política fiscal, determinada mais pela conjuntura e por um programa de governo do que pela ciência econômica. Torna objetivo o que é instrumento. E ao contrário de tornar transparente

Deixou inteiramente em aberto sua interpretação pelos Tribunais de Contas Estaduais, gerando decisões controversas e díspares de um lugar para outro, criando uma gigantesca balbúrdia jurídica.

Além disso, o governo prima pela aplicação aleatória e seletiva dos princípios dessa lei. Em assuntos de seu interesse, não os assume, mas recorre a esses princípios para impedir que recursos sejam destinados a áreas sociais, usando-os como justificativa para o veto que após ao Plano Nacional de Educação, por exemplo.

A recente edição do decreto que corta R\$ 8 bilhões da lei orçamentária, sem qualquer justificativa, bate de frente com a LRF, segundo a qual só pode haver contingenciamento quando houver queda na receita que impeça o cumprimento das metas fiscais.

Mesmo quanto aos possíveis méritos da lei, como o divulgado aumento da transparência fiscal, a lei peca pelo exagero – como o de exigir de uma pequena prefeitura complexos demonstrativos e simulações seme-

lhantes aos obrigatórios para o governo da União.

Sua verdadeira face de favorecimento dos interesses do grande capital financeiro e de controle severo de despesas sociais está encoberta pelo esforço de FHC de vender a falsa imagem da lei – a da luta contra a corrupção e a malversação de dinheiro público, apelo que coincide com o sentimento do povo, que não tolera mais governantes desleixados e desonestos.

O desrespeito e desobediência do próprio governo em relação à lei são a prova cabal de que, para encher os bolsos do mercado financeiro, a equipe oficial age de maneira conivente e providencial. A punição está destinada somente à população, a governadores e prefeitos, previamente condenados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A origem da LRF

As primeiras iniciativas de criação da LRF apareceram no segundo semestre de 1998, a partir da eclosão da crise cambial que terminou

com a assinatura do acordo com o FMI, em dezembro do mesmo ano, e com a desvalorização do Real em janeiro de 1999.

A dívida pública registrou um enorme crescimento nos últimos anos. Impulsionada principalmente pelas altas taxas de juros, foi multiplicada por cinco.

Quase desprezível foi a influência dos gastos públicos não-financeiros sobre o volume da dívida pública, que se agigantou simplesmente pela “rolagem” e pela incorporação dos elevados juros.

A dívida, portanto, é fruto dos custos financeiros das políticas monetária e, especialmente, cambial, adotadas pelo Plano Real. Essa situação se agravou especialmente após a desvalorização da moeda, quando a absorção pelo Tesouro Nacional e Banco Central de riscos privados chegou a elevar em mais de 60 bilhões de reais a dívida líquida do setor público.

A necessidade de estabilizar e deter o crescimento em “bola de neve” da dívida pública fez o gover-

a gestão pública, faz ainda mais opacos os custos das políticas econômicas praticadas, pois pode um governante se isentar da responsabilidade dos custos de uma política restritiva, que beneficie majoritariamente interesses financistas, escudando-se na necessidade de “cumprir a lei”.

Assim, a depender da conjuntura e do momento vivido um déficit é tão fiscalmente responsável como um superávit; gastar ou arrecadar, mais ou menos, poderá ser também, a depender da conjuntura, economicamente correto e socialmente benéfico. E deverá sempre depender da escolha política da sociedade e da decisão de seus representantes políticos.

Por fim, note-se que dentre os objetivos colocados como fundamentais para o Estado brasileiro no preâmbulo da nossa Constituição, não consta a máxima do “equilíbrio das contas públicas”; mas sim, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento, a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

Anexo de metas fiscais, o coração da Lei

A grande inovação da LRF, no que diz respeito às contas fis-

cais, é a introdução, em seu art. 4º, da obrigatoriedade de que as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tragam um anexo de metas fiscais, em que serão estabelecidos objetivos anuais de resultado nominal primário para os exercícios seguintes.

A elaboração do orçamento, e particularmente a sua execução, tem de se pautar pelo que é estabelecido nesse anexo. Além disso, devem constar na LDO os critérios e as formas de limitação de empenho, ou seja, de contingenciamento de gastos. Caso na execução se identifique qualquer possibilidade de que o superávit primário não seja alcançado, será obrigatória a redução de gastos para cumpri-lo. O superávit, por sua vez, garante o pagamento das dívidas financeiras. Também no caso de crescimento da dívida acima do limite, mesmo por razões alheias à vontade dos governantes, como o aumento da taxa de juros, é imposto o corte de gastos.

Em relação às metas contidas nesse anexo se desenvolve, bimestralmente, o controle de limitação aos empenhos de despesas não-financeiras. Como vimos, a ameaça de desequilíbrio financeiro que puser em risco os compromissos do serviço da dívida, logo dispara impedimento de realizar outras

no federal patrocinar a edição de uma lei que limitasse os gastos públicos de forma draconiana, com o objetivo confesso de gerar recursos para financiar os custos financeiros, diminuindo a “rolagem”.

Esse objetivo em relação à dívida está claramente afirmado na mensagem com a qual o presidente da República enviou o projeto da LRF ao Congresso no início de 1999.

Mas apesar de ter estabelecido essas regras para dar sustentação fiscal à dívida pública, e apesar da mudança no regime cambial, manteve sem mudança o cerne da política econômica que gerou tão gigantesca dívida: a vulnerabilidade externa, a baixa taxa de crescimento e a volatilidade das taxas de juros.

Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso, então candidato à reeleição, pronunciou seu famoso discurso de setembro de 1998, no Itamaraty – dirigido aos credores externos e com o qual estabeleceu tacitamente os seus compromissos com o “ajuste fiscal” depois formalizado no Acordo com o FMI – já afir-

mava o “equilíbrio fiscal” como seu principal objetivo.

Aproveitou também para conclamar governadores, prefeitos e os outros Poderes a fazer o mesmo. Mas naquela data não fez nenhuma alusão à necessidade de uma lei para obrigá-los a tanto.

Só após a assinatura do acordo com o FMI, em dezembro daquele ano, quando o Fundo trouxe o modelo de lei de “responsabilidade fiscal” que tinha sido aplicado no México e na Argentina, é que a necessidade dessa legislação entrou nos planos do governo federal e se transformou em prioridade no Congresso Nacional.

Os reais e imediatos objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal

A mídia oficial tem vendido uma falsa imagem da LRF, com o precioso apoio da grande imprensa, que tem agido como coadjuvante do governo numa gigantesca manobra de manipulação da opinião pública. Além do conteúdo da lei ser bastante diferente do que foi divulgado, a

LRF terá, também, efeitos bem diferentes do alardeado. Além do propósito essencial da lei, já citado, ela tem objetivos imediatos, que podem ser assim resumidos:

a) proteger os interesses financeiros, reduzindo seus riscos e aumentando a tendência à concentração de renda;

b) perpetuar em lei a atual política neoliberal, “engessando” as futuras administrações de qualquer dos entes da Federação, impondo a todos, agora e no futuro, independentemente da orientação política de seus governantes, a aplicação da linha econômica de viés financista do atual governo federal;

c) impor penas ao gestor administrativo que não se submeter aos ditames da política neoliberal institucionalizada nessa LRF. Chegou-se ao extremo de aprovar uma outra lei, de caráter penal, criminalizando as decisões de gestão administrativa que se afastarem da linha imposta pelo atual governo;

d) quebrar o princípio federativo, restringindo a autonomia de estados

despesas (previstos no art. 9º), até que se garanta o caixa necessário ao pagamento. Note-se que isso não se aplica a dívidas com fornecedores e empreiteiros, ou em relação aos pagamentos judiciais de precatórios, mas apenas e exclusivamente com as dívidas financeiras, seja contratuais com bancos seja em títulos. Estes últimos credores passam a ser os únicos agentes a negociar com o setor público sem correr risco de não recebê-las.

A camisa de força do art. 17 e suas conseqüências, previstas nos arts. 21 e 24

O art. 17 e seus parágrafos determinam, entre outras coisas, que os atos que criarem ou aumentarem despesa de natureza continuada deverão ser acompanhados de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, devendo seus efeitos financeiros nos períodos seguintes ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

O problema é que o seu § 3º define como “aumento permanente de receita” apenas aquela “decorrente ou proveniente da

elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição”. Assim, não importa que haja previsão de um aumento duradouro de arrecadação pela elevação do nível da atividade econômica ou pelo aumento da arrecadação por uma maior eficiência da máquina fiscal.

Dessa maneira, um reajuste para servidores, a contratação de médicos, professores ou policiais, mesmo para substituir os aposentados, precisarão, para serem válidos e legais, que o governante adote pelo menos uma destas quatro medidas: a) crie um novo imposto; b) aumente a alíquota de um existente; c) inclua uma nova classe de contribuinte em um imposto; ou d) corte, diminuindo, outra despesa obrigatória. E algum desses procedimentos deve ser adotado mesmo que haja disponibilidade de caixa.

Vale destacar que no caso de compensação por corte na despesa, ela só poderá ser feita em despesa de caráter permanente. Pelo que se deduz da parte final do § 2º, a compensação não poderá ser feita com base em corte de despesa ocasional ou passageira, como investimento, ou mesmo a reserva de contingência.

e municípios na gestão de seus recursos, fixando os parâmetros de metas fiscais dos governos subnacionais, concentrando na União a gestão macroeconômica e minimizando a influência desses governos na atividade econômica;

e) congelar os gastos públicos correntes, em especial as despesas com pessoal e outras com a manutenção ou melhoramento dos serviços públicos, inviabilizando a adoção de melhorias e expansão desses serviços, já que novas despesas de natureza continuada só podem ser adotadas mediante a criação de novos tributos, não podendo utilizar-se de aumento da arrecadação de tributos já existentes; e

f) em última instância, a finalidade da lei é dar garantias ao credor financeiro.

Governo da União não cumpre a LRF

Um fato é evidente: a União não vem cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse fato é uma prova de que o governo federal pare-

ce entender que a lei foi feita para Estados e Municípios e não para a União; no máximo, podendo ser obedecida, ou invocada, para inviabilizar pleitos de ministérios como o da Educação ou o da Saúde, dentro do próprio Executivo. Além disso, a desobediência também revela a inadequação de muitos dispositivos da LRF para com a prática da gestão pública. Com efeito, o Poder Executivo e sua maioria no Congresso Nacional vêm seguidamente infringindo ou fazendo tábula rasa de suas disposições, no curto espaço de sua vigência.

Já na aprovação do orçamento do exercício de 2001, por força da revisão das metas fiscais fixadas no acordo com o FMI, o governo federal editou Medida Provisória em agosto de 2000 alterando a meta de superávit primário da União, menos de 60 dias depois do Congresso aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Isso mostra que as metas fiscais também podem, quando conveniente, ser “flexibilizadas” e, para o Governo Federal, que dispõe de Medida

Provisória, sequer precisa ser aprovada pelo Legislativo para vigorar.

Para assegurar a produção dos resultados fiscais, a LRF introduz um minucioso mecanismo de controle sobre as receitas públicas e as despesas correntes associadas à prestação dos serviços públicos.

Sobre as receitas, o texto é taxativo: “Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação”. Prevendo, em seguida, uma das muitas sanções cabíveis: “É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no caput, no que se refere aos impostos”. Estabelece ainda restrições para a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício que resulte em renúncia. É preciso sempre demonstrar que a renúncia não afetará as metas de resultado previstas. A mesma deve estar prevista na lei orçamentária ou ser acompanhada de compensação, através do aumento da receita de

A razão de tal rigidez, aparentemente sem sentido, só pode ser entendida pela intenção política de “congelar” o volume de gastos correntes, em especial aquele destinado à manutenção dos serviços públicos, em especial as despesas sociais (art. 24) e de contratação de pessoal (art. 21).

Essas medidas são tão draconianas que o governo federal está flexibilizando na prática a sua aplicação, porque o rigor da lei a torna impossível de ser cumprida. Assim, o governo tem dado uma interpretação, nas mensagens que envia ao Congresso que tratam de aumento de gastos de natureza continuada, de que o aumento da arrecadação pode ser usado para compensar esses gastos. Esse entendimento, na verdade, minora a crueza da lei, mas é uma maneira sorrateira de burlar a sua letra sem trazer a questão ao debate aberto com o Congresso e a sociedade.

O tratamento dos juros e encargos da dívida (§ 6º do art. 17)

Mas a rigidez extraordinária, que vimos no item anterior, estabelecida para a majoração de despesas correntes é substituída pela completa liberdade quando se trata de aumento de encargos financeiros. O § 6º do art. 17 libera os atos que auto-

rizem aumento das “despesas destinadas ao serviço da dívida” de qualquer obrigação de compensação pelo corte de outras despesas ou da necessidade de majoração de tributos disposto no § 3º do mesmo artigo. Mesmo que esse aumento dos encargos financeiros decorra de uma elevação de taxas de juros flutuantes, que em nada dependem da intenção ou vontade do prefeito ou governador. Para o aumento dessa despesa, não só não haverá dificuldade, como haverá obrigatoriedade de arremeter fundos através de cortes nas demais dotações.

Além disso, esse corte não precisará ser discutido pelo Poder Legislativo nem pela sociedade. Enquanto a melhoria ou expansão de um serviço público só poderá ser feita mediante o corte em outro serviço, em discussão e votação aberta e pública, os cortes necessários para financiar a majoração do serviço da dívida poderão ser decididos nos gabinetes do Poder Executivo, longe dos olhos dos cidadãos, que deles só tomarão conhecimento pelos seus efeitos.

A renegociação das dívidas de Estados e Municípios (art. 35)

Em 1997 e 1998 o governo renegociou as dívidas de Estados

outros tributos, através de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Um controle similar é feito sobre as despesas. Qualquer ato que crie ou amplie despesas deve sempre demonstrar que o resultado fiscal previsto está assegurado. Quando o aumento incidir sobre uma despesa obrigatória e de duração superior a dois exercícios, o controle é ainda mais rígido. Será necessária a compensação, mediante corte em outra despesa também obrigatória ou aumento da receita. E, não vale qualquer aumento. A LRF somente considera como aumento real, o resultante da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. Cabe à lei de diretrizes orçamentárias apresentar um demonstrativo com a "margem de expansão" dessas despesas, equivalente a esse aumento real da arrecadação. Nos termos da LRF, o aumento das despesas não pode se dar por conta de medidas como o

A lei foi feita somente para dar garantias absolutas ao credor financeiro e canalizar os recursos dos gastos sociais

combate à sonegação ou a melhoria da máquina fiscal e nem mesmo pelo crescimento da economia.

Listamos em seguida uma série de leis federais que, apenas no período posterior a 20 de outubro de 2000, quando entraram em vigor as penas criminais (Lei 10.028/2000), foram sancionadas ao arrepio da LRF, exatamente por ferirem esses preceitos:

a) diminuição do imposto de renda da pessoa jurídica – (MP 2.062): a compensação da queda de receitas foi feita através de cortes na reserva de contingência;

b) ampliação do Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de

Pequeno Porte – SIMPLES (Lei 10.034/2000): não estimou nem fez qualquer compensação para a renúncia fiscal;

c) isenção de contribuição previdenciária de instituições religiosas para ministros de confissão religiosa (Lei 10.170/2000): não estimou nem fez qualquer compensação para a renúncia fiscal;

d) aumento aos militares (MP 2.131/2000): aumento de despesa continuada sem a respectiva compensação ou aumento da base tributária;

e) incentivo fiscal à informática (Lei 10.176/2001): não estimou nem fez qualquer compensação para a renúncia fiscal; e

e Municípios, principalmente as dívidas mobiliárias (títulos em poder do público). Essa renegociação veio beneficiar principalmente os detentores desses títulos, que estavam ameaçados de não serem honrados, após terem "explodido" os seus valores, em decorrência dos altos juros praticados no País para atrair capital externo.

O art. 35 proíbe o financiamento de um ente da Federação a qualquer outro, diretamente ou através de suas autarquias e estatais dependentes, inclusive a "novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente". Esse dispositivo engessa completamente as condições dos empréstimos atuais, eternizando as condições pactuadas entre 1997 e junho de 2000.

Essa proibição de renegociação causou prejuízo para Estados e municípios já para este exercício de 2001. Em agosto de 2000, o Governo Federal negociou com o FMI uma diminuição da meta de superávit primário do setor público para 2001, reduzindo-o em 0,35% do PIB. No entanto, toda a redução foi repassada apenas para o resultado da União, cuja necessidade de superávit baixou de 2,60% para 2,25%

do PIB; para os governos subnacionais as metas continuaram as mesmas.

Por que isso aconteceu? Porque o teto de comprometimento de 13% da receita com a dívida do refinanciamento feito pela União aos Estados e às grandes prefeituras, representa também o teto mínimo do resultado primário desses entes. E como os contratos dos refinanciamentos não podem ser renegociados, nem mesmo se a lei que os autorizou seja alterada, as metas de superávits primários dos Estados e Municípios não puderam ser alteradas para baixo. Com isso, governadores e prefeitos perderam a oportunidade de renegociar o teto do comprometimento de seus contratos de refinanciamento e de terem de volta uma parcela de suas receitas.

A Intervenção na autonomia dos Poderes Legislativo e Judiciário (art. 20)

A Lei de Responsabilidade Fiscal concentra no Poder Executivo superpoderes, afetando o princípio republicano básico da separação dos Poderes.

O § 3º de seu art. 9º, por exemplo, autoriza o governo a pro-

f) utilização, na LOA 2001, de previsão de aumento de receita tributária com expansão do PIB e com o combate à sonegação como margem de expansão permanente de receita, desrespeitando o § 3º do art. 17.

Nada temos em contrário quanto ao mérito das normas legais aqui apontadas como exemplos de violação da "responsabilidade fiscal"; elas são perfeitamente legítimas. As renúncias fiscais e os aumentos de despesas concedidos nesses atos são também perfeitamente compatíveis com a receita estimada para o exercício de 2001 e seguintes, em nada comprometendo nem o "equilíbrio fiscal" nem a solvência fiscal da União. Apenas não se enquadram nas draconianas e irrazoáveis regras da Lei Complementar nº 101/2000.

A grande quantidade de exemplos de descumprimentos literais da LRF por parte da União, em um período de apenas 100 dias, mostra o quanto a Lei é irrealista na sua rigidez. Apesar da edição de tantos atos ilegais, há total impunidade para o governo da União. Isto demonstra a

conveniência; o resultado poderia ser bem diferente se os atos que descumprissem a lei tivessem emanado de qualquer outro ente, federal, estadual ou municipal.

A possibilidade de um agir seletivo quanto ao descumprimento da LRF deve ser uma das principais preocupações dos governos estaduais e municipais. Ao contrário do que vem acontecendo à União, as desobediências dos demais entes federativos podem não ter a mesma complacência. O Ministério Público, a imprensa, os adversários políticos, ou o próprio governo federal – quanto às denúncias e retaliações – e os tribunais de Contas e da Justiça – quanto aos julgamentos – podem atuar como irreduzíveis fiscais da lei, por mais legítima que tenha sido a causa. Essa seletividade pode ainda ser utilizada de forma proporcional, considerando a importância política do ente ou o grau de divergência ou incômodo político causado ao governo central. A LRF é uma candidata perfeita a se transformar em norma de

conveniência política, uma lei para os adversários.

A quem serve essa Lei?

Essa é a pergunta fundamental, pois permite penetrar em sua essência e no âmago de seus propósitos. A lei tem um beneficiário certo: o capital financeiro – foi feita para dar garantias ao credor financeiro, para cortar quaisquer outros gastos e canalizar os recursos para o pagamento da dívida financeira. Os próprios demonstrativos que ela exige que sejam apresentados pelos gestores administrativos têm a clara finalidade de manter esses credores informados sobre os riscos que correm.

Todo o resto é marketing: a lei não veio para punir os corruptos, não veio prevenir ou remediar a malversação dos dinheiros públicos. Veio sacramentar a atual política do governo brasileiro, de subserviência aos credores financeiros. Veio institucionalizar a atual política pró-capital financeiro do governo FHC, tentar engessar as futuras administrações. Isto é: o governo

mover uma verdadeira intervenção no Legislativo e no Judiciário: se for verificado que a realização de receitas poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou o resultado nominal estabelecido no Anexo de Metas Fiscais da lei orçamentária, e esses poderes não realizarem espontaneamente uma limitação dos seus empenhos, o Executivo promoverá essa limitação por eles.

Dessa forma, parte-se do princípio de que os outros Poderes são irresponsáveis, ou que o Executivo é mais responsável do que eles; e por isso deve exercer uma tutela sobre os mesmos. É bom ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, apreciando em caráter liminar Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pelo PCdoB, PSB e PDT contra diversos artigos dessa Lei, suspendeu a aplicação desse dispositivo, até a apreciação do mérito, por vislumbrar nele fortes indícios de inconstitucionalidade.

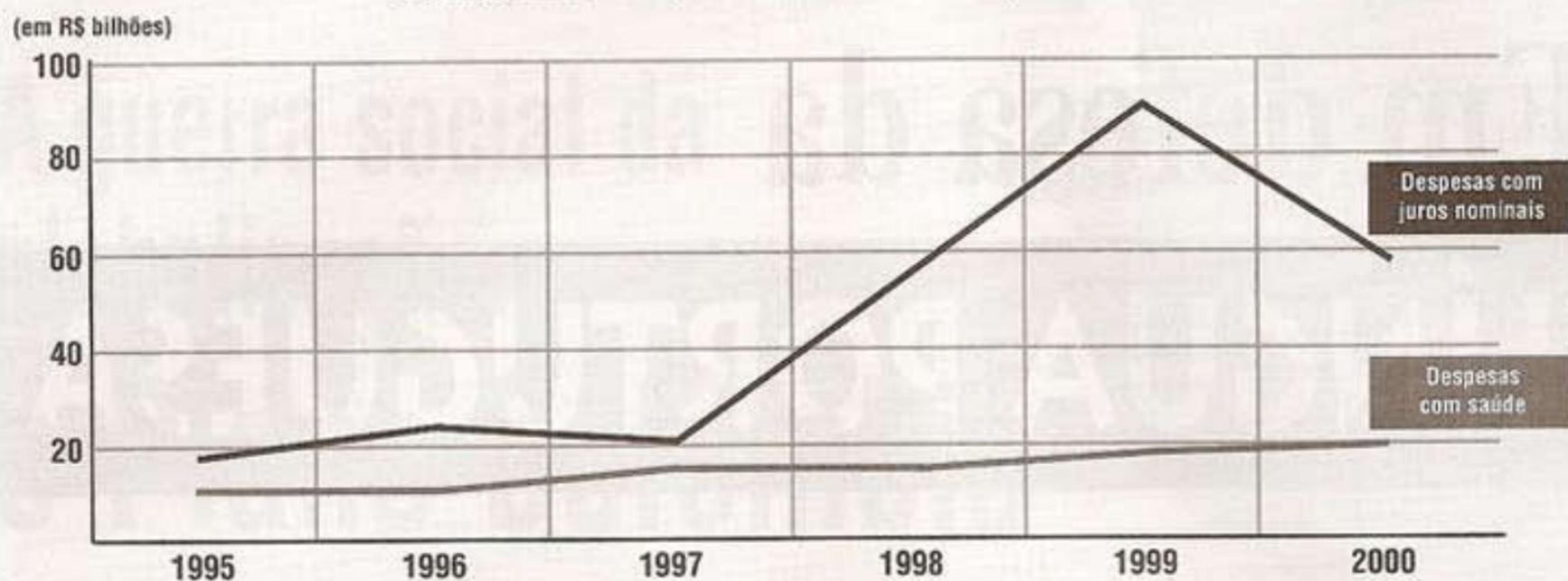
Além disso, em conformidade com o disposto no art. 17 e seus parágrafos, se um desses poderes precisar realizar despesas de caráter continuado, como contratar novos servidores para substituir os que se aposentarem, só poderá fazê-lo se for

feita uma compensação, que terá de ser obrigatoriamente o corte de despesa assemelhada, a criação de um novo tributo, ou ainda a majoração ou ampliação da base de cálculo de um tributo já existente. Como o Poder Judiciário, por exemplo, não pode instituir, majorar ou alterar a base de cálculo de tributo, perde grande parte de sua autonomia.

O art. 20, por sua vez, estabelece uma repartição entre os Poderes dos limites globais de despesa total com pessoal, nas esferas federal, municipal e estadual. Nessa última, por exemplo, o limite do executivo corresponde a 49%, o do Judiciário a 6%, o do legislativo a 3% e o do Ministério Público a 2%. Além de ser inconstitucional essa inovação de limites por Poder, esses limites foram estabelecidos sem nenhum critério razoável. O Judiciário, que é uma instância fundamental para as sociedades democráticas de direito, é o mais afetado. Dificulta-se o acesso dos cidadãos à Justiça e impede-se a criação de uma moderna rede de prestação jurisdicional, que facilitaria o desenvolvimento econômico, que depende em grande parte da segurança das relações jurídicas. Não se examina o número de comarcas, a quanti-

A produção de excedentes fiscais, que comprime todos os demais programas de governo, resulta da opção por uma política de juros altos.

OGU 1995-2000 - Despesas com saúde e com juros nominais



pretende que mesmo que a oposição ganhe as eleições, a nível federal, estadual ou municipal, se veja forçada a continuar a mesma política neoliberal de hoje, por força de lei. É isso a LRF.

É preciso combater a falsa imagem dessa lei. É necessário questioná-la na Suprema Corte, criar um amplo movimento pela revisão de suas disposições mais draconianas, se a cor-

relação de forças não permitir a sua derrubada pura e simples.

Apesar de seu caráter essencialmente antipopular, aqui desmascarado, é possível aos movimentos populares fazer uso dessa lei? Entendemos que sim. Em casos pontuais, como instrumento de pressão política, pode-se recorrer a ela. Em alguns casos, com certa perspicácia jurídica e política, o feitiço pode se voltar contra o feiticeiro.

Na maioria das vezes, porém, ela pode ser usada, preferencialmente, pelos adversários dos movimentos populares, quando estes conquistarem alguma administração. Por isso, entendemos que o mais importante é a luta política pela alteração da LRF.

Sérgio Miranda é deputado federal pelo PCdoB/MG.

dade de ações ajuizadas em cada Estado, nem a qualidade da prestação jurisdicional; por exemplo, a criação dos modernos juizados especiais que dão celeridade e segurança a essa prestação. Cria-se uma situação esdrúxula, em que o Judiciário de alguns Estados é obrigado a reduzir o limite de seus gastos de 11% para 6% de um ano para outro; o que é impraticável.

Essas medidas escondem a concepção de fortalecer o Executivo em detrimento dos demais Poderes, de concentrar e centralizar as decisões do Estado nas mãos daquele Poder hipertrofiado.

A liberdade do Banco Central

Ao contrário do rígido controle sobre as despesas não-financeiras, o Banco Central ganhou, pela LRF, o privilégio de ter seus prejuízos automaticamente cobertos pelo Tesouro Nacional (art. 7, § 1º, LRF, e art. 3º, inciso II, da MP 2.101-28/2001). Essa transferência automática permite que a ação do Banco Central na gestão da política monetária e cambial e na assistência ao sistema financeiro fique livre de qualquer

restrição orçamentária, já que os resultados do Banco, se negativos, serão cobertos integralmente pelo Tesouro Nacional no décimo dia útil do exercício seguinte, qualquer que seja o seu montante.

Deste modo, passou a não existir nenhum limite orçamentário para o prejuízo do Banco Central, pois não só o Poder Executivo é obrigado a incluir o saldo negativo na mensagem do orçamento para o exercício seguinte, como o Congresso Nacional não pode negá-lo, pois se trata de obrigação decorrente de mandamento legal, não podendo a lei orçamentária, por ser lei ordinária, revogar dispositivo da LRF, por ser esta lei complementar.

Não bastasse a liberdade orçamentária inaudita, o Poder Executivo está propondo, através de mensagem ao Senado (Mensagem 154/2000, que estabelece limites de endividamento para o setor público), que o Banco Central também fique isento de qualquer limite de endividamento, exceto para a sua dívida mobiliária interna (que aliás será extinta até maio de 2002). O que significa que poderá o Banco Central contratar dívida externa, em qualquer montante ou condição, sem limites.

Em defesa da

LÍNGUA PORTUGUESA

Lucie Didio

O Projeto do deputado Aldo Rebelo, em defesa da língua portuguesa, foi aprovado pela Câmara dos Deputados

Embora o Brasil tenha sido colonizado pelos portugueses, à cultura dos colonizadores somaram-se aqui outras, a indígena e a negra. A partir daí, o português da Colônia foi seguindo seu próprio rumo, distanciando-se e, por conseguinte, diferenciando-se cada vez mais do português da Metrópole. Como acontece em todo processo de colonização, a língua portuguesa saiu vitoriosa sobre as línguas nativas existentes antes do Descobrimento, porém não foi pelos seus próprios méritos.

DE LONGA data, estadistas perceberam (ou intuíram?) a importância da língua como símbolo não só da identidade cultural, mas também da soberania nacional. Do sem-número de exemplos corroboradores dessa assertiva, vale aqui reportar apenas um. No Brasil-Colônia, a par da língua portuguesa havia se estabelecido a língua geral (mistura de tupi com português), a qual com certeza deveria ameaçar o domínio econômico-cultural dos então colonizadores. Por isso, em 1757, o Marquês do Pombal, em defesa do português, decretou a proibição do ensino da língua geral nas escolas. Tal decreto, passados

mais de duzentos anos, reflete-se até hoje, e foi inquestionavelmente decisivo para a preservação do português como língua oficial do País.

Logo, ao contrário do que poderia parecer, a idéia do projeto é revolucionária, pois defende a um só tempo a língua materna e a cultura brasileira, numa época de intensa globalização, com suas conseqüentes invasão cultural e descaracterização dos nossos hábitos e costumes, o que pode ser interpretado como neocolonialismo.

Lamentavelmente, os detratores desse projeto pensam de modo equivocado que, a partir da sua aprovação, não se poderá mais dizer ou escrever, por exemplo, futebol, mas sim a palavra totalmente ridícula ludopédio. As incompreensões e as críticas ao projeto revelam, no mínimo, três possibilidades: tais pessoas não leram o projeto, têm um total desconhecimento da história da língua portuguesa ou introjetaram outra(s) cultura(s).

Antes de aportar ao Brasil, em 1500, a língua portuguesa, de base predominante latina, já havia recebido inúmeras contribuições lexicais de invasores mouros, celtas, suevos, godos, visigodos, entre outros. Aqui, enriqueceu-se, inicialmente, com contribuições provenientes dos dialetos africanos e das línguas indígenas; e, posteriormente, do francês, do italiano, do japonês, do inglês e de uma infinidade de outras.

Uma rápida consulta a um dicionário etimológico ou mesmo lexical revela que, na língua portuguesa, existem centenas de vocábulos, provenientes de tantas línguas, que seria quase impossível de nomear, neste espaço, todas. Nas centenas de milhares de cidades pelo Brasil afora, os falantes do português a despeito das variações lingüísticas sócio-culturais, regionais e individuais são com-

preendidos e compreendem o que lhes falam; em suma, comunicam-se em língua portuguesa. A língua, qualquer uma e não só a portuguesa, constitui um fator básico de congraçamento e, portanto, de coesão social e cultural, entre os membros de uma mesma comunidade de falantes.

Dito isso, cumpre salientar que, se não possuírem correspondência e/ou equivalência na língua portuguesa, os estrangeirismos as contribuições lexicais de outras línguas são muito bem-vindos, pois só tendem a enriquecer o nosso léxico. No entanto, o ideal seria aportuguesar-lhes tanto a grafia quanto a pronúncia, para se acomodarem à nossa realidade lingüístico-cultural. Por exemplo, já está devidamente aportuguesada e dicionarizada a palavra estresse. A partir dela, por derivação (processo de formação de palavras que representa uma economia lingüística), duas outras palavras foram criadas: o verbo estressar e o participio-adjetivo estressado. Entretanto, alguns usuários da língua insistem em grafá-la à moda inglesa, sem os *ee* inicial e final, apesar de grafarem suas derivadas com o *e* inicial e os respectivos sufixos da língua portuguesa.

Em contrapartida, caso possuam correspondência e/ou equivalência na língua portuguesa, os estrangeirismos são não somente lesivos ao patrimônio lingüístico-cultural brasileiro, como também empobrecedores

do nosso léxico, porque vão paulatina e sub-repticiamente solapando-o e fazendo cair em desuso termos e expressões genuína e tipicamente nacionais. Para que usar *sale, site, personal banking, deletar, fast food*, além de inúmeras outras palavras, se existem no nosso vernáculo termos correspondentes?

Falar em equivalência ou correspondência significa dizer equivalência sêmica, ou seja, a presença de absoluta correlação entre os semas as menores unidades portadoras de significado que compõem as palavras, no caso, estrangeiras e brasileiras. Assim existe absoluta correspondência entre *coffee* e café; entre *sale* e liquidação. Para exemplificar melhor a correlação sêmica, cumpre lembrar a palavra saudade. Esta encerra determinados semas que a tornam única no mundo, não possui sinônimo correspondente dentro da própria língua portuguesa e também é intraduzível em qualquer outro idioma. Tendo em vista isso dicionários de línguas estrangeiras registram-na, assim como apresentam também outras palavras tipicamente brasileiras. Por exemplo, o Petit Robert, importante dicionário da França, registra, entre outras, *samba* (embora proveniente do africano) e *bossa-nova*, como termos e expressões brasileiros.

Diante do exposto, o Projeto de Lei nº 1676 é constitucional e tem como

A língua é um

fator básico de união

e congraçamento, e, portanto,

de coesão social e cultural

entre os membros de uma sociedade

*O projeto merece
apoio de todos os
verdadeiros brasileiros
por seu arrojo,
importância e pertinência*

meta prioritária fazer respeitar e cumprir o disposto na Carta Magna quanto à língua portuguesa. Trata-se de proteger nossa língua da vertiginosa e estonteante escalada de termos, ou de expressões, alheios à nossa pátria e à nossa gente. Defende, portanto, a preservação de um dos nossos maiores bens culturais: a língua portuguesa. Visa ainda coibir o uso exacerbado e desnecessário de estrangeirismos. Inteligível somente a poucos iniciados, qualquer estrangeirismo desnecessário faz com que pessoas, possuidoras de razoável nível de conhecimentos, sintam-se analfabetas e, em consequência, excluídas da ampla e irrestrita comunicação. O que dizer então dos verdadeiramente analfabetos e dos analfabetos funcionais?

Somos, de longa data, favoráveis à criação em âmbito nacional, a exemplo de conselhos congêneres, de um Conselho Nacional Pró-Língua Portuguesa, sob a responsabilidade da Academia Brasileira de Letras. O objetivo precípuo desse Conselho, a ser integrado por pessoas de notório saber em português, consistiria na preservação e na defesa da língua. Quando do ingresso de estrangeirismos ou da necessidade de criar palavras para nomear novas realidades, inventos e/ou descobertas, tais conselheiros sugeririam ou abonariam termos e expressões, orientando cidadãos para o uso de terminologia

de língua portuguesa. Caso tal Conselho já existisse, quando do advento da Informática no Brasil, com certeza já haveria uma terminologia mais afeita à nossa realidade lingüística e cultural.

É preciso aqui deixar bem claro que não se trata de xenofobia. O inglês, o francês e qualquer outra língua devem certamente ser estudados no Brasil, porém na qualidade de segunda língua. Antes de possuir fluência em inglês, o brasileiro deve ter fluência em português. Aprender bem a língua materna é o mais imorredouro bem imaterial. Quem souber se expressar bem, tanto na escrita quanto na fala em sua língua materna, terá facilidades em aprender qualquer outra. Em outras palavras, ao conhecer bem a língua materna, todo falante nativo aprenderá mais facilmente línguas estrangeiras, as quais lhe virão de acréscimo. Se, por exemplo, o usuário lingüístico não souber ou não entender o que é em português um apostrofo, ou um vocativo, como o saberá em outra língua? A experiência de longos anos no magistério de língua portuguesa, principalmente de nível superior, demonstra que um número cada vez mais crescente de falantes nativos possui muitas vezes fluência em outro idioma; porém, ao redigirem na própria língua materna, não conseguem concatenar idéias ou não conseguem elaborar um texto minimamente compreensível.

Por detrás da enxurrada de estrangeirismos, oculta-se uma face muito mais insidiosa da globalização: a dominação cultural, talvez a pior forma de neocolonialismo, porque se infiltra nas crenças, nos valores e até nas atitudes das pessoas, modificando-os. Aliás, parece haver, em alguns brasileiros, um enorme sentimento de inferioridade: tudo que vem de fora, principalmente do Primeiro Mundo, é bom e desejável (será verdade?); e tudo aqui produzido é ruim e indesejável (será?). Ora, tais indivíduos, sem sombra de dúvida, foram aculturados, ou seja, culturalmente colonizados; pois quem aceita a dominação cultural predispõe-se a ser colonizado, incorporando consciente ou inconscientemente a cultura do colonizador. É o que o brasileiríssimo Darcy Ribeiro chamou de "alienação cultural, que consiste na introjeção espontânea ou induzida em um povo da consciência e da ideologia de outrem, correspondente a uma realidade que lhe é estranha e a interesses opostos aos seus".

Em conclusão, por seu arrojado projeto, o deputado Aldo Rebelo merece os efusivos aplausos de todos os verdadeiramente Brasileiros (com B maiúsculo). Agora, só nos resta esperar e torcer pela aprovação do projeto pelo Senado Federal e pela sanção do Presidente da República. Caso aprovado e sancionado esse projeto representará não só o triunfo da legalidade contra as forças obscurantistas e alienígenas, mas também a resistência ao neocolonialismo, à dominação cultural e, conseqüentemente, à alienação cultural. Enfim, será com toda certeza uma vitória de todos os cidadãos deste imenso País. 

Lucie Didio é professora de Língua Portuguesa na Universidade de Brasília (UnB).



Jurados da última edição do Prêmio Casa de las Américas

Prêmio Casa de las Américas: a cultura como resistência

Angela Leite de Souza

*Com o Prêmio, a literatura latino-americana
ganhou um novo espaço na arena internacional*

Conhecer Cuba foi, durante as décadas de 1960 e 70, um sonho temerário. Nos vinte anos seguintes, uma aventura possível. E, a partir dos 90, uma viagem cultural quase obrigatória, especialmente para quem vive abaixo da linha do Equador. Nesses quarenta anos, a geografia política do Planeta mudou a ponto de varrer de sua face o regime (mas não as idéias) que respaldava a longa revolução de Fidel. Enquanto isso, na Ilha, não importa a que custo, algumas utopias deixaram de sê-lo: a saúde e a educação, pontos-chave do programa de governo, socializaram-se de fato. E, ao que parece, graças ao êxito desse binômio, a cultura nunca perdeu sua vitalidade.

TALVEZ esteja aí a explicação para a sobrevivência do Prêmio Casa de las Américas, que desde 1960 distingue as literaturas de toda a América Latina.

Longe de apenas sobreviver, o concurso vai se tornando, a cada edição, mais prestigiado. Na 42ª, que aconteceu em janeiro de 2001, o número de obras concorrentes, 849, enviadas por 22 países, revela, acima de quaisquer outros interesses – afinal, três mil dólares é uma quantia relativamente modesta –, o status que a premiação confere: seja aos agraciados, seja aos mais de mil intelectuais que já se deslocaram até lá pelo surrado motivo de sempre – amor à arte.

Galeria ilustre

Só isso explica que, nos primeiros anos, alguns deles tenham atendido ao convite da Casa de las Américas à custa de perder o emprego, ou de sofrer pressões por parte da imprensa em seus países. E ainda enfrentar mirabolantes itinerários para atingir Havana, àquela época mais isolada do que nunca. “Recordo que, na primeira vez que vim a Cuba, em 1966, para integrar o júri de ‘romance’, tive de voar nada menos que 50 horas, em várias etapas”, contaria, anos mais tarde, um dos maiores promotores do prêmio no exterior, o escritor Mário Benedetti.

Não foram poucos os grandes autores que emprestaram o prestígio de

seus nomes ao concurso, ao integrar júris inúmeras vezes. Alejo Carpentier, Ítalo Calvino, Ernesto Cardenal, Miguel Ángel Asturias, Júlio Cortázar, Camilo José Cela, Nérida Piñon, Antônio Cândido e até o mais recente Nobel, José Saramago, que foi jurado da categoria “literatura brasileira” em 1992, são alguns dos que deram peso à história do Prêmio Casa, como é carinhosamente chamado pelos cubanos. E essa mesma história inclui, por outro lado, a honra de ter revelado e laureado escritores que apenas despontavam na cena literária, como o uruguaio Eduardo Galeano, o chileno Antônio Skármeta ou o argentino Ricardo Piglia.

Do Brasil, já é longa a lista de premiados – entre eles, Oduvaldo Viana Filho, Moacyr Scliar, Ana Maria Machado, Deonísio da Silva – e maior ainda a de jurados, alguns famosos na esfera literária e fora dela: Chico Buarque, Ziraldo, Rubem Fonseca, Antônio Callado, João Ubaldo Ribeiro e, nos idos de 1982, Fernando Henrique Cardoso.

Paciência e bom humor

Fundada em 1959, sob a direção de Haydée Santamaría, naquele ano mesmo a Casa de las Américas divulgou o regulamento da primeira edição do Prêmio, que então se denominava “Concurso Literario Hispanoamericano”. Àquela altura, premiavam-se apenas cinco gêneros: romance, conto, teatro, ensaio e poesia. Em 1964, autores brasileiros passaram a ser aceitos, o que fez mudar o nome do certame para “Concurso Literario Lafinoamericano”. Mas foi só em 1980 que a nossa literatura ganhou categoria própria. Enquanto isso, outros gêneros e categorias foram incorporados, como a literatura infanto-juvenil, a caribenha em inglês e creole, a caribenha em francês e creole, as indígenas.

Hoje, os responsáveis pelo Centro de Investigações Literárias, que coordena o concurso, têm justificado orgulho dessa abrangência. Afinal, dizem, é raro um prêmio que contemple ao menos quatro gêneros por edição, com obras escritas em seis línguas e cobrindo um espaço geográfico tão amplo quanto complexo. Desde a criação do concurso, nada é mais importante, no entanto, do que a edição, pela Casa de las Américas, de todos os livros vencedores. Essas publicações hoje chegam à tiragem de 10 mil exemplares e são distribuídas, dentro das possibilidades, pelo mercado latino-americano.

Uma coisa, porém, são as estatísticas e os números que se colocam no papel. Outra é acompanhar de perto o processo do concurso, que tem início poucos meses após o encerramento da edição anterior. Já no meio do ano, são impressas mais de três mil convocações, contendo o regulamento, para serem distribuídas pela América Latina em meio a dificuldades de toda ordem, inclusive a lentidão postal. Ao mesmo tempo, sondam-se os possíveis jurados. Apesar de um ou outro entrave burocrático, tudo acabará bem: na última semana de janeiro do ano seguinte, os cubanos, donos de uma paciência e bom humor inalteráveis, estarão à espera dos novatos e dos veteranos com o mesmo sorriso hospitaleiro.

Soyinka, o bruxo

Uma vez em Havana, entra em ação um esquema simples e eficiente. No próprio hotel em que os jurados (25 em 2001) se hospedam – o Habana Riviera, de arquitetura estilo anos 50, à beira do famoso Malecón –, instala-se também o escritório da Casa de las Américas que, em pouco tempo, se converte numa babel de

*Longe de apenas
sobreviver,
o concurso
torna-se cada vez
mais prestigiado*

sotaques castelhanos e, mais raramente, algum portunhol.

Uma programação cultural foi criteriosamente montada e, pelo menos duas vezes por dia, esses desconhecidos, que ao final de duas semanas terão se tornado velhos amigos, embarcam no ônibus da Casa. O destino tanto pode ser um passeio por Habana Vieja, o velho centro da cidade, que está sendo restaurado, e onde, como quaisquer turistas, conhecerão La Bodeguita del Medio e o quarto de hotel em que Hemingway vivia, quanto uma ida ao concerto oferecido especialmente por Chucho Valdés e seu quarteto aos Jurados do Prêmio Casa.

A condição de jurado funciona como uma espécie de senha que, uma vez ouvida por qualquer cubano, provoca automaticamente admiração e redobrada gentileza. Na verdade, o povo de Cuba, com um grau de instrução bem acima da média latino-americana, sabe que o Prêmio Casa é um dos principais responsáveis pela imagem cultural do país. Tanto assim que, para a cerimônia de abertura, ninguém menos que um Prêmio Nobel de Literatura pode ser o convidado de honra.

Neste ano, o escritor nigeriano Wole Soyinka lá estava para fazer o discurso inaugural diante de um auditório lotado. “Se Cuba tem uma lição a oferecer ao mundo, disse ele, é a de que reconhece, em seu próprio solo, a natureza de ‘bruxa’ no artista em geral – um ser possuído por visões incômodas, às vezes socialmente irruptoras, sacudido internamente por visões heréticas. Os prêmios literários existem para honrar o casamento entre essa inspiração original, não complacente com a indústria, e a condição artística.” E finalizou: “A aceitação social desta missão como nossa razão de ser é o que justifica a rede global de bruxas da qual



Fachada do prédio da Casa de las Américas

a Casa de las Américas é uma parte vital. É isso, acima de outras considerações, o que valida nossa celebração da criatividade humana.”

Estivadores da cultura

Passadas as emoções iniciais, tem início uma atividade febril entre os diversos membros da Casa, incumbidos de dar ao corpo de jurados todo o suporte necessário ao desempenho de seu papel. Assim, algumas horas depois da cerimônia inaugural, o ônibus vai sendo carregado com uma impressionante bagagem: primeiro, as inúmeras malas e valises dos visitantes; depois, caixas e mais caixas de papelão contendo o que, pelo volume, aterra a todos – os originais concorrentes.

Os participantes da “maratona literária” serão levados para um hotel campestre, próximo à cidade histórica de Matanzas, e longe o suficiente de Havana para que todos se concentrem no objetivo principal – a leitura. À chegada, acontece a operação inversa e o pessoal da Casa de las Américas, verdadeiros “estivadores da cultura”, irá distribuir pelos quartos dos hóspedes suas respectivas

cotas de originais. Em 2001, porém, uma novidade foi introduzida em relação à categoria Literatura Brasileira: passaram a concorrer obras publicadas nos três anos precedentes, com o objetivo de tornar conhecido em Cuba e em toda a América Latina o que se publica no Brasil. Assim sendo, a tarefa dessa vez imposta aos jurados brasileiros – escolher o “melhor” entre 321 livros, muitos deles de autores consagrados – pareceu-lhes quase impossível.

Novo espaço

De volta a Havana, uma sucessão de mesas-redondas, em que cada grupo de jurados debateu sobre sua especialidade, e de entrevistas na televisão, onde o Prêmio Casa merece o espaço de vários boletins diários.

Chegara praticamente ao fim o trabalho dos 25 jurados. Entre os de literatura brasileira, a satisfação de terem feito uma escolha que lhes parecia justa: o Prêmio para *Nau Capitânia*, de Walter Galvani, obra e autor pouco conhecidos que haviam resgatado com grande maestria o perfil de um personagem também nebuloso para a maioria dos brasileiros – Pedro Álvares

Cabral; e a menção especial para “(os sobreviventes)”, de Luiz Ruffato (vide entrevista), um livro-revelação que, auguravam todos, ainda daria muito o que falar no Brasil.

E, se a abertura do Prêmio se reveste sempre de emoção sem pompa, o encerramento poderia trazer surpresas. Ou melhor, trouxe a resposta à indagação que intimamente todos se faziam – veriam ou não o “Comandante” em pessoa? Às onze horas da noite, bem depois de terminado o anúncio dos vencedores, o grupo era convocado ao palácio do governo, onde Fidel o receberia com um banquete. Eram quase quatro horas da madrugada quando os convidados saíram de lá, levando a indelével impressão de um homem excepcional que, empertigado e forte em seus 75 (???) anos, é capaz de permanecer horas e horas em pé, sem beber, ou comer, apenas falando, falando, falando.

Quanto ao Prêmio e seus rumos, nem mesmo o atual presidente da Casa de las Américas, o escritor Roberto Fernández Retamar, arriscava-se a prever. Dizia ele, em 1998, quando, a seu ver, o concurso e a instituição já haviam atingido a plena maturidade: “Que farão os jovens com o Prêmio Casa? Ficarão como está? Desaparecerá? Encontrará maneiras criadoras de continuar prestando serviços? (...) Quero deixar estas perguntas no ar, com a certeza de que serão bem respondidas”. Seja qual for o futuro para aqueles que todos os anos acionam a máquina do prêmio, o que realmente importa é a certeza de que, através dele, a literatura latino-americana ganhou um novo espaço na arena internacional. 

Angela Leite de Souza é jornalista, escritora e ilustradora. Conquistou o Prêmio Casa de las Américas em 1997, com o livro de poemas *Estas muitas Minas*, e fez parte do júri que escolheu o Prêmio de 2001.

ENTREVISTA

Luiz Ruffato, o escrevedor de histórias

por Angela Leite de Souza

Como mineiro que não nega a raça, Luiz Ruffato entrou sem muito alarde na literatura. A primeira obra, *Histórias de remorsos e rancores*, foi publicada em 1998, por uma então desconhecida editora paulista, cujo nome não poderia ser mais apropriado – Boitempo. A edição bem cuidada e o aviso dado por Ignácio Loyola Brandão na contracapa – “aqui está um autor que espicaça (...), procura cutucar, apunhalar o conformismo, tirar as pessoas da acomodação” – ainda não seriam suficientes para projetá-lo na cena literária.

Dois anos depois, “(os sobreviventes)”, em minúsculas e entre parênteses sim, saía pelo mesmo selo e vinha endossado por gente abalizada, como Ivan Angelo, que destacava a excelência do texto: “originalidade, ousadia formal, domínio da narrativa e do assunto, criação de uma linguagem que define o lugar e as pessoas.”

Tanto quanto a inovação formal, os “contos” de Ruffato impressionam também pela agudeza com que traça o perfil de uma classe marginalizada da Cataguases onde nasceu e onde se desenrolam suas narrativas. Mas a cidade que se notabilizou por ser o “berço do modernismo em Minas”, acervo urbano de obras de Portinari, Marcier, Dijanira, Niemeyer, está irreconhecível na obra. O autor, atualmente jornalista bem conceituado na imprensa de São Paulo, onde vive, quis prestar à terra natal uma homenagem “pelo aves-

so”, ao revelar sua outra face humana – a do proletariado que foi crescendo e sobrevivendo durante os anos sombrios da ditadura militar.

Sobre o significado dessa produção ainda pequena e já vitoriosa, seus projetos literários, sua visão da literatura e do escritor, Luiz Ruffato falou à *Princípios* numa tarde chuvosa, em Belo Horizonte.

Princípios – Você saiu mesmo de Cataguases?

Luiz Ruffato – Da Cataguases física, sim, saí com certeza. Agora, a que existe em mim, dificilmente as pessoas reconheceriam, porque é uma Cataguases formada pela minha memória, de fatos e de situações que eu vivi um dia e, esta, não sei se existe ainda. Na verdade, acontece o inverso: esta Cataguases é que não saiu de mim.

Princípios – Em seus livros, de fato, a cidade que você retrata parece deteriorada, sua saga se desenvolve numa realidade suburbana. É tudo ficcional? Quanto de verdade há nessa Cataguases?

Luiz Ruffato – Bem, para responder terei que falar de minha vida lá. Sou filho de um pipoqueiro e uma lavadeira. Sendo assim, nunca imaginei que algum dia fosse sequer sair de Cataguases e pensava estar destinado a ser um operário. Mas, por circunstâncias inesperadas, para as quais nada contribuí, acabei mesmo saindo um dia. Antes, porém, vivi muito: fui pipoqueiro, balconista, caixeiro, fiz curso de tornearia mecânica no Senai e trabalhei também como operário – meu primeiro emprego com carteira assinada. Essa foi então a minha vivência da cidade, só vim a descobrir que existia outra Cataguases depois, quando saí de lá. Não conheci a Cataguases modernista, com uma classe média muito interessante, intelectualizada. Não, eu

vivia num outro universo, o dos operários, dos desempregados, um universo “subterrâneo” – exatamente o que exploro ao ficcionalizar a cidade. *Princípios* – Em seus dois primeiros livros, além do cenário comum, há personagens que transitam entre um conto e outro. Sabemos que você está preparando o terceiro e que fecharia com este a “trilogia de Cataguases”.

Luiz Ruffato – O próximo livro tem São Paulo como tema e se intitula *Eles eram muitos cavalos*. Foi um desafio que me impus – escrever algo em que Cataguases não fosse a referência, mas trata-se também de uma tomada de fôlego. Se meus personagens aparecem mais de uma vez nos livros é porque, na verdade, não são coletâneas de contos, mas um romance que ainda não terminei, que está sendo construído a cada livro. Imagino escrever mais uns dois volumes para que esteja pronto o romance. A estrutura que ele tem hoje é remontável: quando estiverem escritos os quatro livros, pretendo reestruturá-los para dar a unidade final.

Quando chegar esse momento, espero ter conseguido realizar meu projeto: descrever, através de Cataguases e daqueles personagens, a história do proletariado sob a ditadura militar, uma realidade já implícita nos primeiros livros. A ditadura estaria presente na alienação dessa classe, na maneira como foi usada em nome do crescimento econômico.

Princípios – Além da originalidade de estar construindo um romance-mosaico, chama a atenção em seus textos o cuidado com a linguagem, a experimentação formal, mais notória ainda em “(os sobreviventes)”. Aliás, lá em Cuba, os jurados consideraram que você estaria, em função disso mesmo, na linha de frente da prosa brasileira. Qual é, portanto, o

peso da forma dentro de seu projeto?

Luiz Ruffato – Para mim, existem dois tipos de escritor: o que conta uma história e o que escreve uma história. Eu gostaria de me encaixar entre estes últimos. Porque, quando falo em escrever a história do proletariado brasileiro durante a ditadura militar, isso pode soar extremamente panfletário, mas o fato é que, se não conseguir fazê-lo de uma forma inovadora, não estarei dando contribuição alguma à literatura, nem à política. Eis a razão por que a forma de escrever essa história é tão importante para mim quanto a história em si.

Então, não me considero na vanguarda, pois o que faço é uma retomada. A literatura brasileira seguiu um rumo oposto ao que empreendia em 70, quando ninguém escrevia um romance com começo, meio e fim. Na década de 80 houve um reacionarismo, voltou-se a escrever da forma convencional e, por sua vez, a história tornava a ser importante por si mesma, perdeu-se a gana de questionar o próprio fazer literário. E é isso que estou buscando, ao amarrar minha literatura àquela que existiu há três décadas atrás e que foi preterida em favor de textos mais “fáceis”, mais “comerciais”. No primeiro livro ainda estava um pouco tímido, não sabia o que era ou não permitido, formalmente falando. Mas, ao ver que *Histórias de remorsos e rancores* não tinha sido rejeitado, resolvi radicalizar, escrevendo “(os sobreviventes)” e estou radicalizando ainda mais no próximo: são diversas histórias sem nenhuma conexão, a não ser pelo fato de se passarem na mesma cidade e no mesmo dia. Ainda assim, considero um romance, cujo personagem principal é São Paulo. Enfim, essas radicalizações têm um sentido políti-

co, quero marcar presença contra a “caretização” e a acomodação.

Princípios – Não concluir as histórias, mas criar no leitor expectativas de um final que nunca acontecerá, esta seria mais uma forma de dar seu recado político?

Luiz Ruffato – Sim, mas não gostaria que pensassem que sou contra as histórias com começo, meio e fim, mesmo porque estaria renegando os clássicos. A questão é que vejo a literatura como algo aberto, principalmente à renovação. Se formos pensar, estamos entrando em um novo século fazendo a mesma literatura que se fazia no início do século passado. Os cânones burgueses que orientavam a produção literária no começo do século XX não podem servir para 2001. E afinal, a repetição de modelos significa a não-renovação, o medo de mudar, de ousar, o que é muito ruim, até para a literatura. O leitor atual é alguém que tem acesso a outras expressões como o cinema, a televisão e a internet, com recursos de linguagem novos e, se não nos dermos conta disso, corremos o risco de não sermos mais lidos. Mineiramente, prefiro continuar acreditando que um dos papéis da literatura seja mesmo este: dar uma “chacoalhada”.

Princípios – É possível então conciliar radicalismo e mineirismo?

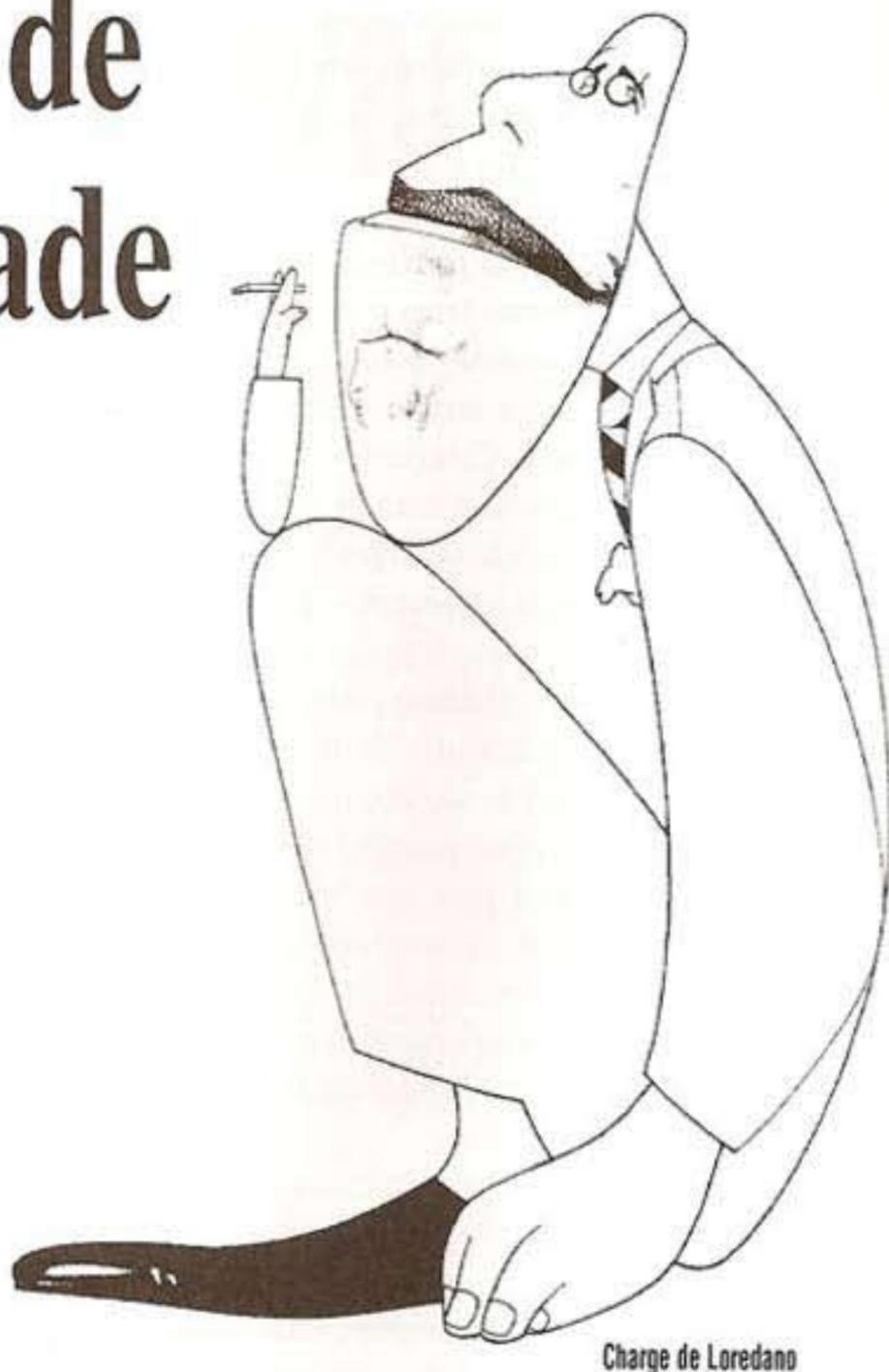
Luiz Ruffato – De fato, o que escrevo tem esses dois lados. Enquanto a forma é radical, no fundo há uma tentativa desesperada de ser a literatura mais mineira, a mais fiel possível às minhas raízes, tanto sociais quanto de linguagem. Quero fazer uma espécie de arqueologia, recuperar palavras ou expressões que estão deixando de ser usadas. É uma tentativa de reafirmar a cultura mineira, pela contraposição do tradicional à mediocrização. 

A incivilização brasileira no pensamento de Mário de Andrade

(parte I)

Luciano Santos

*Para ele, civilizar significa,
em parte, nacionalizar;
e nacionalizar significa,
sob qualquer aspecto, socializar*



Charge de Loredano

Numa conversa informal com editores que preparavam uma coleção fotobiográfica sobre o Modernismo brasileiro, o poeta Carlos Drummond de Andrade a certa altura foi instado a dizer alguma coisa sobre Mário de Andrade, amigo e colega de lides literárias. “E o Mário?”, indagou um dos editores. Incontinenti, Drummond

limitou-se a dizer: “Mário foi o maior e o melhor de todos nós”. (1) Além do próprio Poeta, entre esses “todos” a que se referia figuram nomes como Manuel Bandeira, Oswald de Andrade, Cecília Meireles, Graciliano Ramos... Talvez não seja preciso invocar aqui a conhecida sobriedade do escritor mineiro para assegurar-se do arra-

zoado de sua declaração. Basta um rápido sobrevôo pela vasta produção legada por Mário de Andrade em seus curtos cinquenta e dois anos de vida para dar-nos conta de que, se ele obviamente está longe de ser o melhor em cada uma das tantas áreas artístico-culturais a que se dedicou – música (como historiador, instrumentista, professor de conservatório e diciona-

rista), poesia, conto, romance, crítica (de música, literatura e artes plásticas), pesquisa folclórica, jornalismo, epistolografia, direção de departamento cultural, para dizer as que nos ocorre agora –, veio a destacar-se com reconhecido e extraordinário talento em todas elas, o que levou Pedro Nava a referir-se espirituosamente a ele como um “diabo d’homem”. (2)

MAS TALVEZ seja ainda mais significativo o fato de Mário de Andrade não ter se limitado a distribuir talento como grande criador, virtuose e erudito que foi: ele soube viver as várias áreas da cultura como momentos de um projeto mais amplo de colaboração na construção da nação brasileira como espaço humano próprio, autônomo e justo. Não ficou na arte pela arte, ou na ciência pela ciência; não dispersou-se em seus múltiplos interesses, mas verteu-os no interesse maior de construir uma “realidade mais completa, mais alta e mais de todos”. (3) Transfundi seu destino no destino de seu povo. Amou este povo com ferocidade e nada poupou para ajudá-lo a romper as cadeias que o prendem à miséria e – outra miséria – à ignorância de sua identidade e grandeza. A tal ponto que, se Mário de Andrade nada tivesse criado em arte ou em teoria, apenas o ardor e a fecundidade de sua entrega incondicional ao Brasil já seriam suficientes para fazer dele uma presença histórica relevante.

Portanto, quando Drummond se refere ao amigo como “o maior e o melhor de todos”, parece-nos ter em vista, em medida aproximada, tanto o

fenômeno estético-intelectual quanto o fenômeno ético-social chamado Mário de Andrade.

A militância cultural de Mário irrompe com a Semana de Arte Moderna de 1922. É a partir da Semana que se projetará uma das faces mais conhecidas, e ainda hoje celebradas, do escritor paulista: o vanguardista, guerrilheiro cultural rasgador de novas vias de expressão estética. O arlequim libertário que dessacraliza formalismos acadêmicos importados d’alhores e ajuda a trazer para as artes nacionais o fogo de um novo começo. Mário tem, então, vinte e nove anos e já se encontra bastante decantado em sua formação cultural, com sólida base em humanidades e domínio das tradições e técnicas artísticas. A percuciência e convicção incomuns com que brandia os princípios da estética modernista, aliadas à espontânea ascendência que viera a ter sobre seus pares de movimento, dentro e fora de São Paulo, acabaram valendo-lhe a pecha, meio fabulosa, meio veraz, de “papa do modernismo brasileiro”. Posto à testa do movimento, polêmico, com sua figura excêntrica de quase dois metros de altura e largo

riso prognata, tornou-se alvo fácil da fúria reativa dos literatos oficiais, representantes da “ordem” e dos “bons costumes”. Ainda em 1922, publica *Paulicéia desvairada*, livro de combate onde explode em versos livres na tentativa de trazer a arte poética de volta às fontes criativas do eu profundo, reintegrando-a à pletora da vida. São desse livro-libelo os versos de “Ode ao Burguês”, poema-desabafo onde Mário exorciza o amesquinhamento do espírito patrocinado pela sociedade de seu tempo: “Eu insulto o burguês! O burguês-níquel,/ o burguês-burguês!/ A digestão bem-feita de São Paulo!/ O homem-curva! O homem-nádegas!/ O homem que sendo francês, brasileiro, italiano,/ é sempre um cauteloso pouco-a-pouco!”. (4) De fato, se o modernismo da primeira hora ainda não se formula como nacionalista, já se mostra francamente antiburguês, na medida em que, com seu espírito de apropriação, cálculo e acumulação, a burguesia intenta possuir e controlar a vida que os modernistas – inicialmente em plano estético, depois em plano sócio-histórico –, justamente ensejavam liberar em suas múltiplas dimensões. Sob o fra-

gor do movimento, Mário assiste à deserção de seus alunos particulares de piano, muito provavelmente por iniciativa de atemorizados pais que receavam o contágio dos pupilos pela *divine folie* do mestre. O fato faz desequilibrar temporariamente suas finanças, mas em contrapartida força-o a concentrar-se com ainda mais independência e afinco no trabalho de desdobramento de suas concepções modernistas.

O movimento modernista corresponde, em nível estético, a um “sentimento de arrebatamento” (5) que percorre a espinha dorsal da sociedade brasileira, atingindo de modo especial os setores sociais mais sensíveis às transformações aqui operadas com a penetração das engrenagens técnico-industriais. A produção econômica, desde a Colônia concentrada em torno do latifúndio, gradualmente passa a deslocar-se para a indústria, já em vapor no início do século XX. As cidades – São Paulo à frente – crescem em ritmo veloz, os mercados se expandem e, com o auxílio dos novos meios de transporte e comunicação, encurtam distâncias, em proporção inversa ao fosso que se vai abrindo entre o novo e o antigo, o futuro e o passado. Com efeito, o ideal de progresso da burguesia estenderá a todos os âmbitos da vida social o critério cortante que aprendeu com o setor da produção tecnológica, segundo o qual está sumariamente desqualificado como ultrapassado tudo – concepções, crenças, valores, linguagens – que venha do passado. É a cisão modernidade-tradição, urbano-rural, civilizado-primitivo que se vai definindo e revolvendo as entranhas da nacionalidade, e à qual parte significativa dos modernistas, e muito especialmente Mário de Andrade, permanecerá bastante atenta. Entre o campo e a cidade,

onde está o Brasil? Quem, afinal de contas, é o brasileiro, se é que a esse respeito se possa falar em identidade? “Tupy or not tupy, that is the question” (6) – dirá mais tarde Oswald de Andrade em seu *Manifesto antropófago*.

Sob o impacto de semelhantes transformações, onde valores morrem, outros surgem, paisagens mudam, esses profissionais da inquietação, os artistas, não tinham como permanecer aferrados a modelos de expressão – metros, ritmos, rimas – que na própria Europa já davam mostras de exaustão. Pois, como disse Wilson Martins, até fins do século antepassado o nosso colonialismo estético nos abastecia com modas européias que aqui já chegavam com “vários lustros de atraso”. Ou seja: quando afinal nos julgávamos atuais, ainda estávamos no passado em relação ao tempo mundial.

Os modernistas passam a pesquisar, para tempos novos, um canto novo. E passam a trabalhar, a golpes de humor e muita coragem, na renovação da crosta de formalismo e academicismo que impedia os artistas nacionais de se expressarem de um modo que melhor correspondesse às suas mais profundas vibrações líricas. A linguagem artística desses moços muitas vezes apenas balbuciava. Mas, por força de sua sinceridade vital, é raro que ela não fale. Nem se pense que a atitude de confrontação com o passado artístico teve vida longa para além da Semana de 22. Setores significativos do modernismo logo alcançariam a consciência de que não se tratava de rejeitar sem mais as formas legadas pela tradição, mas de tão somente não limitar-se a elas. Em nome da primazia do que Mário de Andrade chama de “fluxo lírico”: o próprio elã criador que move a arte. Em obediência a esse

fluxo e seus imprevisíveis entretons, o artista tanto poderia transgredir as formas definidas no passado quanto acabar encontrando nelas os melhores recursos para esta ou aquela expressão. Dá-se aqui a redescoberta da linguagem como Eloquência – nem ruptura com o passado nem mera adaptação a ele, mas criação pura, acontecer originário do sentido –, por oposição à retórica, que é o recurso a formas fixas de expressão para chegar a um intencional e presumido “bem dizer”.

É importante também assinalar que o modernismo não se limitou a pesquisar uma linguagem estética contemporânea. Sua aspiração foi mais profunda e, nessa medida, marcou um divisor de águas na história da cultura brasileira. Nas palavras de Mário de Andrade, o modernismo tratou de assegurar à intelligentsia brasileira o “direito permanente à pesquisa estética”. (10) Tratava-se, portanto, não apenas de ser atual naquele momento da história, mas de abrir caminho para uma *permanente atualização* da criação artística nacional. Com efeito, como ainda reconhece Mário, uma das outras duas contribuições fundamentais do modernismo brasileiro foi, justamente, a “atualização da inteligência artística brasileira”, além da “estabilização de uma consciência criadora nacional”. (7)

Ora, essa busca permanente de uma expressão estética atual acabará enviando os modernistas à (re)descoberta da nacionalidade. Porque, se na fase heróica do movimento se exercia a liberdade sobretudo como direito de recusa do velho e busca de novas possibilidades, essa liberdade predominantemente negativa e exploratória terá como desdobramento conseqüente uma positiva aspiração à conquista da *própria identidade*.

Não mais negar o alheio, mas encontrar e afirmar o próprio. Liberdade como autenticidade, da qual a condição nacional irromperá justamente como uma das principais fontes. Assim, para ser autêntico já não bastava ser atual, mas era preciso ser atual *a partir das diferenças locais*. Ou, como resume Oswald de Andrade no *Manifesto Pau-Brasil*, “O trabalho da geração futurista foi ciclópico. Acertar o relógio império da literatura nacional. Realizada essa etapa, o problema é outro. Ser *regional e puro* em sua época”.

O dilema nacional-internacional, que não era mais que a amplificação do dilema rural-urbano, vai tomando, assim, uma linha de solução conciliadora.

Estamos aqui diante do “abrasileiramento do brasileiro”, um dos principais lemas do intelectual Mário de Andrade. Mas, antes mesmo de o ideal do Brasil como nação una e diferente aparecer na obra marioandradiana com o vigor que a marcará em definitivo, é preciso recordar, com Afrânio Coutinho, que esse ideal não nasceu com o modernismo, mas, antes, constituiu-se numa linha mestra que atravessa a história da cultura brasileira, na qual se observa “uma marcha constante no sentido da integração do país e de sua gente em si mesmos, de um aprofundamento no magma nacional, de uma prospecção na realidade de nossa civilização, uma civilização diferente, diferenciada nos trópicos pela ação de elementos só aqui estabelecidos”. (8)

É preciso ressaltar ainda que, se Mário se destacou sobremaneira entre os modernistas, no trabalho de nacionalização das artes, tampouco esteve isolado nesse esforço, sendo acompanhado, com maiores ou menores dissonâncias, por figuras de relevo como Menotti del Picchia,

Sérgio Buarque de Holanda, Cassiano Ricardo e o próprio Oswald, para ficar com alguns dos mais importantes – embora também devamos sublinhar o destaque que lhe dá Wilson Martins ao dizer que o autor de *Macunaíma* foi, “de todos os modernistas, o mais moderno e o menos futurista, sofrendo pouco da inquietação vanguardista”, chegando a reconhecer, nele, nada menos que “a fonte de todo o ‘brasileirismo’ modernista”.

A tendência nacionalizante reponta no pensamento de nosso autor com certa precocidade. Devorador de revistas das vanguardas européias, terá lido e concordado com Apollinaire quando este afirma, já em 1917, numa conferência sobre o Espírito Novo e os Poetas, que “das diferenças étnicas e nacionais nasce a variedade das expressões literárias, e é esta mesma variedade que é preciso salvar.” Terá sido afetado pela onda defensiva movida no Brasil a partir da “sanha nacional das nações imperialistas” decorrente da I Guerra Mundial. O fato é que, seis anos antes do momento (Wilson Martins situa-o em 1924) em que o ideal nacionalista se aglutina ao modernismo como tendência *coletiva*, um Mário católico-brasileiro lamenta que o “erro de construir igrejas nos mais estrangeiros dos estilos” tenha quebrado “bruscamente a cadeia da arte religiosa nacional”. E torce para que, afinada com o movimento inculturador nas artes, a Igreja “nos dê ainda templos nossos, capelas brasileiras onde a comoção religiosa da raça palpita, como num lar avoengo (...)”. (9)

Em carta ao escritor pernambucano Joaquim Inojosa, escrita em meados da década de 20, Mário formula em termos bem definidos o que pretende com o seu nacionalismo estético: “Nós temos de criar uma arte

brasileira. Esse é o único meio de sermos artisticamente civilizados... (...) nós teremos nosso lugar na civilização artística humana no dia em que concorrermos com o contingente brasileiro, derivado de nossas necessidades, da nossa formação por meio da nossa mistura racial transformada e recriada pela terra e clima (...)”. (10) Atentemos para o novo sentido de civilização que se abre no texto acima. Para ser civilizado “artisticamente” – ou em qualquer outra esfera – já não basta sintonizar-se com o que de melhor se produz no assim chamado “mundo civilizado”, o mundo regido pelas demandas da técnica-indústria, como pretende um projeto secular de poder que hoje vigora com o nome de *globalização*. Para ser civilizado, na arte ou em qualquer outra esfera, é preciso corresponder às condições geo-humanas *do próprio lugar*, e, nesse sentido, Mário ousa afirmar que muito brasileiro de “Belo Horizonte e São Paulo”, existindo em um lugar que não corresponde à sua paisagem, e num tempo que não corresponde à sua história, flutuando, assim, numa espécie de limbo da História, é menos civilizado, por exemplo, do que “os tupis nas suas tabas”, apesar de naquelas cidades medrarem possantes manifestações de avanço tecnológico. (11)

É nesse sentido que o Brasil parecia ao nosso escritor vastamente incivilizado. Inspeccionando suas entranhas, a princípio no âmbito da produção artística e, em seguida, nas tantas outras dimensões de sua vida sócio-cultural, Mário constata a presença de uma fratura insanável a opor, de um lado, os interesses e *modus vivendi* da elite urbana, ajustada ao projeto das elites internacionais e, de outro, a existência bruta do povo sub-urbano e rural, a afundar raízes no

solo pantanoso da nacionalidade. Vê um ideal de progresso técnico-social atropelar sem remissão tradições que há séculos vêm pacientemente tecendo, ao sabor do acaso de delicadíssimas permutas etno-culturais, aquilo que mais acima Afrânio Coutinho chama de *magma* da nacionalidade. Para Mário, há no Brasil um projeto de poder – que nas artes reveste-se de boçalidade imitativa – cuja dinâmica implica numa sistemática recusa de imersão nesse magma. É isto pela simples razão de esse projeto desenvolver-se num espaço homogêneo no qual todas as diferenças locais precisam ser diluídas. Admitir o direito que tem uma nação como o Brasil de afirmar-se em sua pujante diferença – com *outras* necessidades e respostas históricas – seria, para esse projeto, reconhecer um lugar que ele não pode englobar – o que contraria sua lógica de fundo. Observando alguns de seus efeitos sobre a tradição das danças dramáticas do Norte-Nordeste, Mário anota com alguma amargura: “A civilização criou um preconceito de cidade moderna e progressista, com boa-educação civil. E como em Paris, Nova York e São Paulo não se usa danças dramáticas, o Recife, João Pessoa e Natal perseguem os Maracatus, Caboclinhos e Bois, na esperança de se dizerem policiadas, bem-educadinhas e atuais. São tudo isto, com cheganças ou sem elas. Mas quem pode com o delírio de mando dum polícia ou dum prefeito, ou com a vergonha dum cidadão enricado que viajou na Avenida Rio Branco! Cocos viram besteira, Candomblé é crime, Pastoril ou Boi dá em briga. Mas ninguém não se lembra de proibir escravizações ditatoriais, perseguições políticas, e ordenados miseráveis provocadores de greves, que de tudo isso nasce crime e briga também (...)”. (12)

A percepção dos impasses que atingem a incivilização brasileira leva Mário de Andrade a referir-se a ela como “monstro molengo”, de “alma indecisa” e “caráter noturno” e a reconhecer, difusa em sua gente, uma “dor dos irreconciliáveis” que, antes mesmo da luta por pão e teto, reside na insegurança vital de quem não dispõe do abrigo de uma tradição e só tem “a infelicidade do acaso pela frente”.

Essa dor Mário projeta literariamente em *Macunaíma*, o “herói sem nenhum caráter”, “produto do caos humano, mexendo-se no abismo brasileiro”. (13) “Caráter”, aqui, não tanto no sentido moral de personalidade conscientemente orientada para o bem – já que, como sustenta Alfredo Bosi, mal se pode dizer que *Macunaíma* seja uma “pessoa” –, quanto no sentido psicológico de “entidade psíquica permanente, se manifestando por tudo, nos costumes, na ação exterior, no sentimento, na língua, na História, na andadura, tanto no bem como no mal”. Espécie de “barro vital, ainda amorfo, a que o prazer e o medo vão mostrando os caminhos a seguir” (14), *Macunaíma* não é, a rigor, “coisa alguma”: nem menino nem adulto, nem negro nem branco, nem índio nem cidadão. Filho do “mato virgem”, decide ir à cidade em busca da pedra “muiraquitã” (referência à dimensão de solidez-base) que lhe daria a felicidade; contrafeito, volta ao rincão de origem mas aí só encontra devastação. Sem ânimo, declara a si que não veio “ao mundo para ser pedra!” e resolve ir viver “do brilho inútil das estrelas” (15), o que antes trai sua incapacidade para viver *em qualquer lugar*. Referindo-se ao final da rapsódia, em carta a Álvaro Lins, Mário confessa tê-lo escrito “com os olhos umedecidos”,

porque “não queria que fosse assim!”. Não é difícil perceber o doloroso expurgo daquela tendência desagregadora da incivilização brasileira que o personagem, afinal e a seu modo, encarna. Podemos mesmo dizer que, em certa medida, a missão intelectual de Mário de Andrade consistiu em trabalhar pela desmacunaimização do Brasil, apesar da dimensão iluminada do herói – com sua riqueza vital, sua vivacidade e sua inocência –, que de outro lado também anuncia “o maravilhoso destino de nossa gente”. (16)

Assim, estaria longe de compreender *Macunaíma* quem o reduzisse à divertida narrativa das peripécias de um anti-herói que passa a vida “fazendo coisas de sarapantar”. Escrito de um jorro “em seis dias ininterruptos de rede, cigarros e cigarras” na chácara de um primo em Araraquara, após extensa e intensiva pesquisa – folclórica, antropológica, sociológica, geográfica, estética etc – sobre o Brasil, *Macunaíma* é um livro-catarata em que se opera uma verdadeira descida aos subterrâneos da nacionalidade.

Em seu trabalho para “civilizar” as artes brasileiras, Mário orienta-se pela convicção de que “a arte nacional já está feita na inconsciência do povo” – fato esse menos teso-guia do que constatação, a que chega com o auxílio de paciente exame de mais de uma centena de documentos do populário musical. Cotejando peças de Norte a Sul do país, nosso musicólogo encontra nelas um “*imperativo étnico*” – “a mesma doçura molenga, a mesma garganta, a mesma malinconia, a mesma ferocia, a mesma sexualidade peguenta, o mesmo choro de amor” – a lhes conferir *unidade* interna e *distinção* face às produções musicais estrangeiras, o que o leva a reconhecer na música

popular “a mais completa, mais totalmente nacional, mais forte criação de nossa raça até agora”. (17) Ora, semelhante constatação tem, para Mário, o efeito de uma revelação: porque, se desde 1500 o Brasil já existe como país – um mesmo território governado por um mesmo Estado –, já não se pode afirmar, pelo menos até o século XVII, semelhante unidade no plano cultural, desarticulados que ainda estavam os elementos étnicos que aqui viriam a se compor. Pois essa relativa unidade cultural os documentos do populário musical segredam ao pesquisador. A par de uma língua comum, o Brasil já apresenta, vindo de suas camadas profundas, um certo jeito de cantar, de criar, de sofrer, de compreender o mundo, o qual, se obviamente não é igual em suas várias regiões, aponta para um instigante núcleo identificador. Em suma, Mário observa que o Brasil já tem *tradição cultural*. E trabalha pela *com-solidação* de um *continuum temporal* entre presente e passado, visando a uma temporalidade que “anule as distâncias entre momentos temporais diferentes, compondo como um fundo do tempo, uma dimensão duradoura, em que se enraízam as manifestações culturais que possuem um caráter genuíno”; e de um *continuum social* entre erudito e popular, para que este não se feche àquele – o que seria sua estagnação –, nem aquele desconsidere este, condenando-se à inanição. Trata-se, portanto, de acolher a tradição e partir dela, quaisquer que sejam os caminhos expressivos que se devam abrir a partir dos direitos criativos da arte e, em particular, do ímpeto transformador do mundo contemporâneo. Recusar o caldo dessa tradição e os séculos de cultura que nele se condensam, em nome de pretensa “liberdade estética”, seria arriscar-se a cair

ingenuamente na “moxinifada moluscóide” de uma arte-arremedo do que se faz no estrangeiro, este “cabaré das nações”. Porque o que muitas vezes parece espontaneidade criadora não passa, no fundo, de imitação inconsciente.

Mário de Andrade estava convencido de que a cultura brasileira passava, no primeiro quartel do século XX, por uma fase de “fundação étnica”: construção voluntária da arte nacional a partir do elemento popular. Sabia, e exprobase, os perigos dessa opção: a confusão de popular e “exótico”, a fácil concessão ao gosto popular – o chamado “popularesco” –, a recusa xenófoba do estrangeiro. Sabia, ainda, da limitação que esse trabalho voluntarioso implicava para a liberdade “mais trágica da arte”. E previa, para a evolução da cultura brasileira, a passagem gradual da tese nacionalista para o *sentimento nacional*, e deste para a *inconsciência nacional*. Nessa etapa – não mais nacionalista, nem meramente nacional, mas já “cultural” ou estética –, a “sinceridade da vontade” e a “sinceridade do hábito” coincidiram; e o artista expressaria, sem esforço e como por transpiração, o *pathos* de sua condição. Mas, considerando o abismo que se estabeleceu entre elite e povo, e o influxo desagregador exercido pelas engrenagens modernas, esperar isso do momento atual seria, para nosso autor, perigoso engano.

Resumindo, se para Mário civilizar significa, em parte, *nacionalizar*; nacionalizar significa, sob qualquer aspecto, *socializar*. 

Luciano Santos é professor de Filosofia das Universidades Católica de Salvador e Estadual da Bahia, mestre pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, com a dissertação *Mário Vário: Mário de Andrade e a Superação da Subjetividade Moderna*.

Notas

- (1) In *A Imagem de Mário – Fotobiografia de Mário de Andrade*, Nota Editorial. Rio de Janeiro, Ed. Alumbamento, 1998.
- (2) Cf. Andrade, Mário de. *Correspondente Contumaz*, p. 29. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1982.
- (3) Andrade, M. de. *Aspectos da Música Brasileira*, p. 195. Belo Horizonte, Ed. Vila Rica, 1991.
- (4) Andrade, M. de. *Poesias Completas*, págs 88-89. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1987.
- (5) Andrade, M. de. *Aspectos da Literatura Brasileira*, p. 241. São Paulo, Livraria Martins Editora S.A, 5a ed.
- (6) In Teles, Gilberto M. *Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro*, p. 353. Petrópolis-RJ, Ed. Vozes, 1987.
- (7) Andrade, M. de. *Aspectos da Literatura...*, op. cit., p. 242.
- (8) In Teles, G. M., op. cit., p. 330. Grifo nosso.
- (9) In Teles, G. M., op. cit., p. 152.
- (10) Andrade, M. de. *A Arte Religiosa no Brasil*, págs 92 e 96. São Paulo, Ed. Experimento, 1993.
- (11) Apud Jardim, E. Atitude estética e nacionalismo em Mário de Andrade, págs 5-6. Texto manuscrito.
- (12) Cf. Andrade, Carlos D. *A Lição do Amigo – Cartas de Mário de Andrade a Carlos D. de Andrade*, p. 30. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1987.
- (13) Andrade, M. de. *Danças Dramáticas do Brasil – Tomo I*, págs 69-70. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1982.
- (14) Bosi, A “Situação de Macunaíma”. In Andrade, M. de. *Macunaíma*, p. 179. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1988.
- (15) Bosi, A “Macunaíma: o encontro da literatura com o folclore”. In *Macunaíma*, Rio de Janeiro, op. cit., p. 362.
- (16) Andrade, M. de. *Macunaíma*, p. 131. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1984.
- (17) Andrade, M. de. *Ensaio sobre a Música Brasileira*, p.16. São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d.

Um convite para ler Marx

Marx – Ciência e Revolução, Márcio Bilharinho Naves, São Paulo-Campinas: Editora Moderna-Editora da Unicamp, 2000.

Márcio Naves responde ao enorme desafio de apresentar a imensa obra teórica de Marx não só para os já iniciados no marxismo como para o grande público. Obra essa que abrange, pelo menos, disciplinas como a história, a economia política, a teoria política, a ideologia e a filosofia. Analisando todos os principais textos de Marx, tendo como fio condutor a concepção materialista da história, o autor, em menos de cem páginas, oferece uma ótima oportunidade para os que desejam iniciar um estudo sistemático sobre a teoria do pensador revolucionário alemão, em linguagem simples mas sem prejuízo de sua complexa construção conceitual.

Um dos grandes méritos do livro é destacar a importância que tem a análise sobre as relações de produção para a teoria de Marx; não só para a constituição do materialismo histórico, como para a compreensão de sua teoria do Estado e da transição socialista, e também para o estudo sobre a reprodução ou a transformação do conjunto das relações sociais. Recuperando assim a concepção de Marx, segundo a qual é nas relações de produção que se encontra “o segredo mais profundo, o fundamento oculto do edifício social”.

Márcio Naves, a partir da leitura de Marx, mostra por que a transição para o comunismo pressupõe a transformação das relações capitalistas de produção. Essa transformação se inicia com a estatização das fábricas e da terra, mas não se esgota nela, como indicou Lênin. Para retirar o produtor direto da condição de mero apêndice da máquina é indispensável a completa revolucionarização do processo de trabalho e de produção, com a eliminação da divisão capitalista do trabalho, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, o trabalho de direção e o trabalho de execução. A estatização é a transferência da titularidade jurídica dos meios de produção, que de propriedade privada passam a propriedade estatal, sem implicar a sua socialização. A luta pela completa supressão das relações de produção capitalistas representa um desafio vital para o socialismo, já que a ditadura do proletariado se instaura sem a existência de relações de produção socialistas, e sobretudo porque o novo Estado só pode se consolidar e se desenvolver com a sua emergência. E esta apenas pode ocorrer com a transformação das forças produtivas herdadas pelo capitalismo, a ser realizada pelos trabalhadores.

Márcio Naves apresenta a obra de Marx indissociavelmente ligada à luta da classe operária pelo comunismo. Por isso é uma obra ao mesmo tempo científica e revolucionária, conforme o título do livro. E, para o autor, a sua atualidade se revela também pelo fato de ela própria oferecer os conceitos necessários para o estudo das sociedades pós-revolucionárias surgidas no século XX e de seus problemas.

Luciano Cavini Martorano

Assine

Princípios

e ganhe uma *Agenda do Século Rebelde 2001* inteiramente grátis!

<input type="checkbox"/>	Revista Princípios (4 edições)	R\$ 30,00
<input type="checkbox"/>	Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas)	R\$ 45,00
Nome _____		
Endereço _____		
Bairro _____	CEP _____	
Cidade _____	Estado _____	
Fone _____	Profissão _____	e-mail _____
Forma de pagamento:		
<input type="checkbox"/>	Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda. Valor R\$ _____	
<input type="checkbox"/>	Depósito em conta. Banco Itaú, agência 0251, c/c 48.678-3 (enviar comprovante)	
<input type="checkbox"/>	Cartão Credicard ou Visa n.º _____	validade ____/____/____
Data ____/____/____	assinatura do cliente _____	

Movimento em defesa do Brasil



O Conselho Político da Frente Democrática e Popular – que reúne PT, PCdoB, PSB, personalidades nacionais e representantes de entidades da sociedade brasileira – realizou, no dia 20 de abril na Câmara Municipal de São Paulo, o lançamento do manifesto *Brasil, Ciência e Tecnologia: é hora de usar a cabeça*. O evento foi organizado como parte do movimento em defesa da nação e seus fundamentos, dando continuidade ao manifesto *Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho*.

O ato foi coordenado pelo prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, e contou com significativa presença de dirigentes políticos, intelectuais, culturais, jurídicos e populares. Dentre eles, Luís Inácio Lula da Silva (pres. de honra do PT), Renato Rabelo (vice-presidente do PCdoB), José Dirceu (pres. PT), Zuleide Melo (PCB), Marta Suplicy (prefeita de São Paulo); José Eduardo Cardoso (pres. Câmara de SP), deputados federais Aldo Rebelo (PCdoB/SP), Ricardo Berzoini (PT/SP) e José Genoíno (PT/SP), deputados estaduais Nivaldo Santana (PCdoB) e Cândido Vacarezza (PT), vereadores e secretários da capital e Grande São Paulo, dirigentes de entidades nacionais (UNE, Ubes, CUT, Conam, UBM, Anpg, Contee) e acadêmicas.

Além desses representantes, merece destaque a presença de cientistas, pesquisadores, professores universitários e lideranças de instituições desse setor, como José Leite Lopes, René Dreyfus, Aldo Lins e Silva, Luis Pinguelli Rosa, Theotônio dos Santos, Osíres Lopes Filho, Maria da Conceição Tavares,

Antonio Ibanez Ruiz, Jorge Matoso, Marcos Dantas e outros.

Após o acompanhamento do Hino Nacional Brasileiro pelos presentes, Tarso Genro abriu o ato expondo que “o Conselho da Frente Democrática e Popular foi formado na última campanha presidencial e continua trabalhando em torno das questões fundamentais ao país. Produziu e lançou o manifesto *Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho* e, após, definiu que o primeiro tema a ser abordado seria o da ciência e tecnologia”.

Renato Rabelo, em nome do Partido Comunista do Brasil, afirmou que “este ato simboliza um passo importante para a defesa da soberania e para a construção de um novo rumo para o Brasil. Ciência e tecnologia compõem, hoje, forças produtivas fundamentais ao desenvolvimento num mundo globalizado, estando apropriadas de forma concentrada pelas grandes potências, que impõem uma injusta divisão internacional do trabalho – a que o Brasil está subordinado, aplicando apenas a parte final do processo desenvolvido no centro do capitalismo. Para construirmos um rumo de desenvolvimento soberano para o país – que dispõe de grandes recursos e quadros qualificados – é fundamental e estratégico consolidar a produção endógena de ciência e tecnologia. Para isso, precisamos de um novo governo, pois a saída para a atual situação de dependência, e crises sucessivas, é política – e, portanto, necessitamos da mais ampla unidade do povo e das forças conseqüentes da nação”.

Princípios 60

“Agradeço o convite para o lançamento da edição nº 60 da revista *Princípios*; (...) parabeno a iniciativa e deixo meus sinceros votos de estima e consideração.”

Donisete Braga
Deputado Estadual/SP

Polêmica

“(...) Ao contrário do que afirma Jacob Gorender, que ‘são [os trabalhadores assalariados intelectuais] os mais capazes de adquirir a visão de conjunto da evolução histórica e alcançar a consciência da necessidade de uma alternativa socialista-comunista’, os assalariados intelectuais não contam com nenhuma vantagem ‘imaneante’ no processo de conscientização revolucionária. O simples fato de terem treinamento técnico significa apenas que ‘aprendizado’, para eles, significa aquilo que Paulo Freire chamou ‘concepção bancária de ensino’ (da qual eles são vítimas) – muito mais presente nas instituições de ensino técnico que nas demais. Mesmo a posse de profundos conhecimentos científicos e filosóficos não garante uma conscientização revolucionária. (...)”

Paulo Henrique Rodrigues Pinheiro
Paranaguá/ PR

Registro de apoio

“(...) Quero manifestar meu imenso apreço e admiração pelo excelente trabalho em prol da cultura e do socialismo que é editar *Princípios*.”

Marival de Oliveira
Registro/SP

Ilegalidade nos EUA

“Sou ministra-conselheira da carreira diplomática do Brasil, aposentada. Cheguei de viagem e estou indignada com o que me aconteceu. (...) Mando em anexo fotocópia do envelope no qual meu passaporte ficou retido ILEGALMENTE durante vôo Hong Kong- São Paulo porque eu passava em trânsito, portanto com permanência só nos aeroportos, nos EUA. Retiveram também as fichas de embarque nos aeroportos pelos quais passaria em trânsito em Los Angeles e Miami, assim como os tickets das malas despachadas. Reparem que as instruções para o pessoal da segurança dizem e repetem que os documentos retidos dos passageiros em trânsito ‘poderão’ (*may*) ser devolvidos ao passageiro no momento de sua chegada ao destino final fora dos EUA, não dizem ‘deverão’ (*must*), palavra que utilizam sistematicamente nos outros casos. (...)”

Marina do Rego Freitas de Toledo
Santana do Parnaíba/SP



Revista Teórica, Política e de Informação

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editores: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira e José Carlos Ruy

Comissão Editorial: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto, Sara Romera, Luciano Martorano, Roniwalter Jatobá, Priscila Arantes e Luiz Marcos Gomes

Conselho Editorial: Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, João Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luis Fernandes, Luis Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino

Colaboradores: Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guiomar Prates, Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Olívia Rangel

Secretários de Redação: Edvar Luiz Bonotto e Priscila Arantes - e-mail: princip@ruralsp.com.br

Projeto Gráfico: Gilberto Maringoni

Diretor de Produção e Comercial: Divo Guisoni

Administração: Zandra de Fátima Baptista

Departamento de Circulação: Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica: Random Design Ltda

Fotolitos: Digtex

PRINCIPIOS é uma publicação da
Editora Anita Garibaldi

R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010
São Paulo - SP - Tel.: (011) 289-1331 e
3266-4312

E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Pontos de Venda: SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Bártira, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estadual - Viaduto 9 de julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288; USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação, Rua Manoel Gaia, 442 - Vila Mazzei (em frente a Madeirenses); ARACAJU: Banca S. Francisco - Pça. Olímpio Campos; Banca Ponte do Imperador - Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; Livraria Escariz - Shopping Jardins I, 81/83; Livraria Universitária - Didática I (UFS); Livraria Minuano - Didática II (UFS); CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 33-1226; FLO-RIANÓPOLIS: Banca Pça. 15 de Novembro - centro; RIO DE JANEIRO: Livraria CHE-R Gastão Penhalva, 173 - Andaraí - fone: (021) 570-1181; GOIANIA: Banca do Marcão - R. 8 c/ Av. Anhanguera; NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revisão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçada - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário; VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311; RECIFE: Livromagazine - Av. Conde da Boa Vista, 688, fone 231-0036; Livraria Modelo - Shopping Center Recife, fonetax 465-5919; Shopping Tacaruna, fonetax 421-6460 e Shopping Guararapes, fonetax 468-4428; Livraria Imperatriz - Shopping Tacaruna, fone 421-6667 e Shopping Guararapes, fone 464-2424; Livraria Síntese - R. do Riachuelo, 202, fone 221-4044; Livraria Potylivros - Av. Conde da Boa Vista, 1413, fone 423-1100; Livraria Sodiler - Aeroporto dos Guararapes, fone 326-0883; Bazaar 494 - R. da Hora, 456, fone 241-9842; Livraria 1001 Livros - R. do Príncipe, 410, fone 221-2270; Banca Globo I - Av. Guararapes, fonetax 224-0317; Banca Destaque - Av. Conde da Boa Vista, 814, fone 222-0799; Box Viva Ler - Shopping Boa Vista, quiosque 132; Senhor Martins - Pátio de São Pedro, 25, fone 424-1366; Portugal: Distribuição Editorial Caminho, Alameda Santo Antonio dos Capuchos, 6 - b, 1100 - Lisboa/Portugal.

VISITE A EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES

De 1926 a 1960, o Palácio Tiradentes foi sede da Câmara Federal. Nomes como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Carlos Lacerda ajudaram a construir ali a História do Brasil. A exposição permanente

Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro permite ao visitante conhecer com maior profundidade os principais episódios ocorridos no espaço onde hoje está instalada a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Um espaço com muita história para contar.



- Painéis fotográficos
- Multimídia
- Charges históricas
- Maquetes
- Depoimentos

Rua Primeiro de Março, s/n, Centro.
De terça a sexta *10h às 20h* • Sábado *9h às 19h*
• Domingo *9h às 14h*
Entrada Franca

Visite a home page da Assembléia:
<http://www.alerj.rj.gov.br>



ELOGIO DO PARTIDO

O indivíduo tem dois olhos

O Partido tem mil olhos.

O Partido vê sete Estados

O indivíduo vê uma cidade.

O indivíduo tem sua hora

Mas o Partido tem muitas horas.

O indivíduo pode ser liquidado

Mas o Partido não pode ser liquidado

Pois ele é a vanguarda das massas

E conduz a sua luta

Com os métodos dos Clássicos, forjados a partir

Do conhecimento da realidade

Bertolt Brecht



Anita Garibaldi